

TFG I / FAU / UFRJ

CARMEN PORTINHO E AS MULHERES NOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DO DHP

LUISA SERRAN VELOSO DE CASTRO

Orientadora: Ana Paula Polizzo

Rio de Janeiro, 2021

RESUMO

O presente trabalho irá tratar dos Conjuntos Residenciais desenvolvidos pelo Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sob direção da engenheira, arquiteta e urbanista Carmen Portinho, nos anos 1940 – 1960. Irá compreender o contexto o qual o Departamento foi implementado assim como trazer para a discussão os pensamentos feministas, arquitetônicos e urbanistas da época. Tem por objetivo investigar se os pensamentos da feminista tiveram reflexos nos projetos elaborados, a partir de uma perspectiva do uso dos corpos femininos dos espaços gerados nos Conjuntos.

SUMÁRIO

1.	MOTIVAÇÕES DO TRABALHO	5
2.	CONTEXTO BRASILEIRO: ESTADO, IGREJA, O ASSISTENCIALISMO SOCIAL, A NOVA MULHER E NOVO HOMEM	9
3.	FEMINISMOS.....	14
4.	CARMEN PORTINHO, CRIAÇÃO DO DHP E OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS.....	19
4.2	- CONJUNTO RESIDENCIAL PREFEITO MENDES DE MORAES (PEDREGULHO)	33
4.3	- CONJUNTO RESIDENCIAL MARQUÊS DE SÃO VICENTE (GÁVEA)..	47
4.3	- CONJUNTO RESIDENCIAL DE VILA ISABEL	55
4.4	- CONJUNTO RESIDENCIAL DE PAQUETÁ	60
5.	ANÁLISES DOS PROJETOS	64
5.1	- PEDREGULHO – BLOCO A – duplex com 2 quartos.....	76
5.2	- PEDREGULHO – BLOCO B – 1 quarto.....	80
5.3	- PEDREGULHO – BLOCO B – duplex com 2 quartos.....	84
5.4	- GÁVEA – BLOCO CURVO – duplex com 2 quartos	88
5.5	- GÁVEA – BLOCO CURVO – 1 quarto	91
5.6	- VILA ISABEL – 1 quarto.....	93
5.7	- VILA ISABEL – tipologia flexível	96
5.7	- PAQUETÁ	99
6.	CONCLUSÃO	103
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

1. MOTIVAÇÕES DO TRABALHO

A ideia inicial do trabalho surgiu de um questionamento e curiosidade sobre a relação das mulheres com a casa, no âmbito da arquitetura. Qual seria o papel das mulheres na história do desenvolvimento das residências e mais especificamente nas residências brasileiras? Será que as conquistas dos direitos femininos resultaram de alguma forma em mudanças nos espaços domésticos, coletivos e públicos?

A arquiteta e urbanista argentina Zaida Muxí Martínez em seu livro “*Mujeres, casa y ciudad*” (2018), conta sobre essa relação histórica da mulher com a casa principalmente no contexto europeu, destacando as mulheres que tiveram contribuição para a Arquitetura e Urbanismo.

A contribuição do livro de Muxí é grande no reconhecimento das mulheres que foram apagadas da história e/ou não tiveram a repercussão que tantos outros homens usufruíram. O trabalho de recuperar e reconhecer as contribuições de mulheres na história está em constante crescimento, sendo cada vez mais recorrente o interesse do meio acadêmico em evidenciar essas atuações, até então pouco exploradas. Para falar sobre a importância de visitar a história da arquitetura através de uma postura feminista, utilizo as palavras de Muxí:

Implica necessariamente na desconstrução da historiografia majoritária, revelando a falsa neutralidade e universalidade na transmissão do conhecimento e na construção dos relatos históricos. Nesse sentido, não é trivial falar de mulher, arquitetura e urbanismo, uma vez que, como em outras áreas do conhecimento, arte, ciência ou política, as mulheres não são representadas em igualdade de condições, nem mesmo representadas em ordem de igualdade por mérito. Portanto, é necessário visitar a história da arquitetura e das cidades, para reescrevê-la, incorporando as mulheres como protagonistas. (MUXÍ, 2018, paginação variada, tradução da autora)

Muxí também afirma que a casa não é um espaço neutro. Ou seja, não é apenas um espaço físico, com paredes, mas a sua organização espacial, a divisão do seu espaço

tem um significado que se relaciona com as pessoas que o habitam. Segundo a autora: “O espaço não é neutro e por tanto a maneira em que se divide, se articula e se hierarquiza influencia diretamente no desenvolvimento das relações e das pessoas que o habitam”. (MUXÍ, 2018, paginação variada, tradução da autora)

A partir dessa perspectiva da autora, podemos concluir também que historicamente o lugar da mulher era o espaço da casa, o espaço doméstico, e este lugar está atrelado a um trabalho específico:

nesta divisão dupla e artificial, às mulheres têm sido designadas um espaço, o interior, e um mundo de trabalho, o reprodutivo. A invisibilidade do privado e o reconhecimento do valor da reprodução [...] marcaram e marcam as atividades realizadas pelo gênero feminino ainda hoje maioritariamente responsabilidade e obrigação das mulheres. (MUXÍ, 2018, paginação variada, tradução da autora)

Desmontando o senso comum, a casa não mudou quando as mulheres passaram a trabalhar fora de casa, até porque, como sabemos, a conquista do direito de se trabalhar fora apenas ocasionou na famosa dupla jornada, onde o trabalho assalariado foi somado ao trabalho doméstico já existente, não mudando o papel da mulher na sociedade, como dito por Silvia Federici, intelectual militante de tradição feminista marxista: “Como anos e anos de trabalho feminino fora de casa têm demonstrado, conseguir um segundo trabalho não muda esse papel. O segundo trabalho [...] aumenta nossa exploração [...]” (2018, p.50)

Na busca por trazer a luz as contribuições das mulheres na história da arquitetura, Muxí apresenta algumas experiências de mulheres de nacionalidades e épocas diferentes. Dentre elas, a que nos interessa investigar nesse trabalho, Carmen Portinho.

Carmen Portinho foi uma feminista, engenheira e urbanista brasileira. Dedicou parte da sua carreira para a construção de habitações de qualidade para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, a partir da criação, em 1946, do Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do Distrito Federal (PDF). Ela participou ativamente da luta pelo voto feminino no Brasil, lutando pela igualdade política entre homens e mulheres. Em razão deste posicionamento de Carmen Portinho, me pergunto,

inicialmente, se o mesmo teria influenciado nas decisões projetuais das habitações implementadas pelo DHP.

O projeto de maior destaque do DHP, é o Conjunto Habitacional do Pedregulho, de autoria do Affonso Eduardo Reidy, companheiro de vida de Portinho. Apesar de este ser o conjunto de maior destaque, o Departamento também implementou outros quatro projetos, que serão apresentados mais à frente. O presente trabalho pretende abordar estes conjuntos.

A partir da compreensão da não neutralidade dos espaços, da escolha dos projetos e do discurso de igualdade entre homens e mulheres que a mentora desses projetos possuía, pretendo neste trabalho analisar, entre outras coisas, em que medida os ideais feministas expressos em seu discurso, publicados em revistas e jornais, atravessam os projetos aos quais ela se dedicou no DHP.

Para dar conta dessa análise, pretendo abordar o contexto brasileiro, as relações sociais, os pensamentos feministas, o trabalho de Portinho no DHP e relacionar com a leitura e estudo dos projetos buscando verificar de que forma os pensamentos se concretizaram, ou não, nos projetos de arquitetura idealizados pelo Departamento.

Assim, este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além deste primeiro:

O segundo capítulo tem o objetivo de apresentar os fatos históricos brasileiros como também a sua sociedade para entendermos qual o contexto que levou à criação do DHP e a elaboração dos projetos vinculados a ele, quais eram as instituições envolvidas e como elas podem ter influenciado na concepção dos projetos.

O terceiro, traz informações tanto sobre o feminismo nos anos tratados neste trabalho como também discussões posteriores referentes às mulheres e o trabalho doméstico, com o objetivo de compreender os debates em questão, de forma contextualizada ao período em que se inserem.

A primeira parte do quarto capítulo será dedicado a Carmen Portinho, com uma pequena biografia, suas referências no campo da arquitetura e urbanismo e suas publicações de artigos em jornais, na tentativa de entender o seu pensamento e como

ele se rebatia na implementação do seu trabalho. Muitas das ideias defendidas nesses artigos publicados serão definidores na concepção do DHP, como veremos no decorrer do trabalho. Esse capítulo irá tratar também da criação do DHP e suas propostas para as habitações, apresentando as informações principais dos conjuntos que serão estudados, sendo eles: Conjunto Residencial do Pedregulho, Conjunto Residencial de Paquetá, Conjunto Residencial da Gávea e Conjunto Residencial de Vila Isabel.

A segunda parte do quarto capítulo se concentra no estudo mais aprofundado dos conjuntos. Será realizado um breve resumo comparativo entre os quatro conjuntos, através da elaboração de uma tabela, a fim de entender as semelhanças e diferenças entre eles, tanto em sua concepção quanto no cumprimento dos projetos traçados. Pois entende-se que as intenções projetuais são relevantes ao se pensar no papel que a mulher ocupa socialmente, buscando pautar também os limites para a concretização dos mesmos.

Além disso, serão realizadas análises a partir de uma perspectiva do uso dos corpos femininos destes espaços (domésticos, coletivos e públicos) gerados nos conjuntos, tanto na escala residencial quanto na escala do conjunto em si. O objetivo dessas análises é investigar a organização espacial das unidades residenciais, com base nas hierarquias espaciais, mostrando o trabalho reprodutivo dentro das casas. Esses estudos têm como objetivo identificar se esses espaços criados poderiam ter sido de alguma forma inovadores e causadores de transformações para as mulheres na sociedade em que estão inseridas.

2. CONTEXTO BRASILEIRO: ESTADO, IGREJA, O ASSISTENCIALISMO SOCIAL, A NOVA MULHER E NOVO HOMEM

Conforme já abordado, que as casas não são espaços neutros, e levando em consideração que a experiência de moradia trazida por este trabalho será baseada na ação do Estado através do DHP, com seus projetos para habitações, parece relevante apresentar o contexto do surgimento da questão da habitação naquele momento.

No livro “Carmen Portinho: o moderno em construção”, da arquiteta Ana Luiza Nobre, o capítulo intitulado “Pedregulho” passa brevemente pelo cenário existente no nascimento de tal projeto no Rio de Janeiro. Ela destaca a transformação da economia, o surgimento de fábricas que ocasionaram em um aumento no fluxo migratório, derivando numa forte expansão da cidade do Rio de Janeiro, então capital, onde a população duplicou entre 1920 e 1940, e resultou em um grande problema de moradia:

E ainda que uma série de iniciativas tivessem sido ensaiadas, efetivamente não havia se instalado no Rio uma estratégia arquitetônico-urbanística no sentido de prover a população de baixa renda de condições de habitações condizentes com o projeto de construção da nova sociedade tecnológica. (NOBRE, 1999, p.51)

Dentre essas iniciativas, podemos citar as do Instituto de Aposentadoria e Pensões que implementavam conjuntos residenciais. Destes se destacam o de Realengo (1939-1943), projetado pelo arquiteto Carlos Frederico e o da Penha (1947-1949), projetado pelos irmãos Marcelo e Milton Roberto. Enquanto isso, também havia o projeto dos Parques Proletários Provisórios¹, programas de ação repressiva que visavam a erradicação de favelas. Três Parques foram criados entre 1941 e 1943, um na Gávea, um no Caju e outro no Leblon.

A arquiteta e historiadora Flávia Brito Nascimento, em seu livro “Entre a Estética e o Hábito” (2008), apresenta esse contexto histórico social no qual o Departamento de Habitação Popular se inaugurou. Nascimento apresenta a discussão nos anos 1930 e 1940 sobre a questão de moradia, relacionado com o crescimento desenfreado das

¹ Em 1941, os Parques Proletários são propostos pelo Prefeito Henrique Dodsworth para substituir as favelas pois essas demonstravam um grande problema de saúde pública

favelas, derivado do forte crescimento urbano que as cidades presenciavam. O Rio de Janeiro, sendo a capital, estava no epicentro desse fenômeno.

Sob a política de Vargas, os anos 1930 e 1940, segundo Nascimento, testemunharam a transformação ideológica do “pobre urbano” em o “trabalhador da nação”. Trabalhador esse que deveria ter direito à moradia digna, alimentação, educação e saúde, tornando esses projetos prioritários do Estado. Ao mesmo tempo, fazer parte dessa sociedade significava que o trabalhador deveria produzir riquezas, possuir carteira de trabalho e compreender esse trabalho como um dever e um direito, o “meio de realização pessoal e de promoção do desenvolvimento social do próprio povo” (NASCIMENTO, 2008, p.30). Diante disso, receber essa mudança de papel na sociedade, também significava que seria preciso aprender a viver nessa sociedade com moral e valores pré-estabelecidos. Apagava-se então a ideia de “povo brasileiro” surgida na 1ª República, de um povo incapaz de se integrar em sociedade e se forja a ideia do “verdadeiro trabalhador”, um homem novo para uma sociedade nova.

Nascimento considera ainda o papel da Igreja Católica nesse processo de criação do “novo homem”. A Igreja tinha, naquela época, recém consolidado seu espaço político, principalmente através da educação. A partir do crescimento do prestígio da religião católica, são consolidadas as relações entre Estado e Igreja, através da cooperação mútua. Símbolo dessa união, na interpretação da autora, seria a inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro em 1931, assim como ter sido instituído o ensino religioso nas escolas na Constituição de 1934, a indissolubilidade do matrimônio e a validade do casamento religioso para fins civis.

É nesse cenário que a moradia popular adquire importância e significado, passando a constar da agenda das intervenções laicas e religiosas. O ideal de que o meio forma decisivamente as atitudes, gestos e posições políticas dos trabalhadores brasileiros será defendido com afinco pelas diversas instâncias que trataram da questão. A casa operária gestará o “novo homem” (NASCIMENTO, 2008, p.34)

Segundo a autora, o assistencialismo social vai ganhar uma importante função a partir de 1930 com as ações do Governo Federal. Pois, para conseguir fazer a casa formar o “novo homem” se fazia necessária não somente a casa em si, projetada de acordo com os valores da época, como a presença das assistentes sociais. Tendo o

assistencialismo social nascido das instituições católicas, está fortemente ligado ao cristianismo.

O serviço social partia do princípio de que o “pobre urbano” estava em fase moral e educacional atrasada, devido às “deformações do meio e a ignorância nata”. Dentre as funções exercidas pelas assistentes sociais estava o levantamento das circunstâncias da vida e moradia popular, sendo este de grande importância para o planejamento de novas casas. As agentes sociais eram autorizadas a entrar no universo popular, eram as conhecedoras do povo brasileiro, “em particular do operário residente nas áreas pobres das grandes cidades brasileiras” (NASCIMENTO, 2006, p.45). Além de realizar essa função de reconhecimento popular, também tinham a tarefa de promover a superação dessa condição considerada atrasada. Superação essa que não seria conquistada apenas com o atendimento dos direitos à moradia digna, alimentação, educação e saúde. Se fazia necessário educar essas pessoas, e para isso as assistentes sociais foram eleitas as educadoras de uma sociedade em formação.

É importante destacar que a maioria das profissionais do assistencialismo social era do sexo feminino, o que pode ser interpretado devido ao fato do trabalho envolver a esfera familiar, o âmbito da casa, do cuidado, que acreditava ser a esfera natural da mulher.

Tratava-se de um contexto de crise habitacional, onde a cidade não estava conseguindo suportar e oferecer condições dignas para todos os novos moradores que chegavam cada vez mais para trabalhar na cidade. O Estado iniciou um projeto político que trazia como “protagonista” o operário, e para isso queriam transformar esses operários em cidadãos, o “novo homem”, baseando-se na forma de habitar de pessoas que viviam há tempos com direitos e deveres. Ignorando, ou melhor, deslegitimando a forma de viver dessas pessoas.

Essa parte da população era considerada pouco afeita ao trabalho, promíscua, desajustada, miserável, carente, malandra, etc. A partir do interesse do Estado em “restaurar” a sociedade a partir de um projeto trabalhista, essa parcela do povo, antes ignorada e violentada, se torna a camada trabalhadora, portadora de potencialidades e necessidades, necessidades essas que se atendidas trariam à tona suas reais virtudes.

Dessa maneira, o Estado vai atender a essas necessidades como educação, moradia, saúde e alimentação esperando em troca uma boa mão de obra, trabalhadoras e trabalhadores da nação.

As maneiras de deslegitimar esses modos de morar veio em parte dos relatórios elaborados pelas assistentes sociais. Elas que visitavam as favelas e cortiços para realizar levantamentos em relação ao tipo de habitação e quem eram os moradores, já iam munidas de prejulgamentos de como deveria ser uma casa e como as pessoas deveriam nelas morar, e relatavam então, que aquela forma não era a “correta”.

Nos conjuntos promovidos pelo DHP, as assistentes sociais desempenharem fundamental papel em todos os processos, desde o levantamento dos possíveis moradores, passando pela mudança dos escolhidos, o ensino da dita maneira correta de utilizar a casa moderna (ensinar a morar), atividades coletivas, etc. Elas vão acompanhar o desenvolvimento dos moradores, fazendo estudos anuais a fim de avaliar o comportamento e interação tanto entre moradores quando entre morador e os espaços coletivos e privados.



Figura 1: Assistente Social Anna Augusta em atividade com as crianças no ginásio do pedregulho. (NASCIMENTO, 2008, p. 132)

“Ensinar a morar” consistia em educar os moradores dos conjuntos recém implementados, a respeito dos cômodos da nova casa. Por exemplo a cozinha e banheiros poderiam ser uma novidade, como também eletrodomésticos como o fogão que seria utilizado no lugar do fogareiro. A arrumação da casa e até a escolha dos móveis também era algo a ser ensinado. A maioria desses ensinamentos eram passados diretamente para as donas de casa.

O hábito do banho é algo a ser destacado por apresentar um outro discurso de forte influência no contexto o qual a preocupação com a habitação surge: o higienismo, um movimento que agia em nome da moral e saúde das pessoas, com o desejo de erradicar doenças por meio de novos hábitos.

Desde o último quartel do século XIX, o tema da saúde vinha frequentando a agenda intelectual e política brasileira, e gerava preocupação. Viajantes, jornalistas, literários, médicos e cientistas sociais andavam atentos à forte incidência de moléstias tropicais [...] (SCHWARCZ, 2018, p.329)

Esse pensamento motivou uma parte da visão negativa existente das habitações dos pobres urbanos, como por exemplo, os cortiços:

Rapidamente, tais moradias foram associadas à insalubridade e identificadas como foco de doenças de toda ordem. O Estado procurou normatizar e controlar as construções, com a imposição de normas higiênicas e intervenção direta, fechando os cortiços. (NASCIMENTO, 2008, p.70)

É importante compreender como a parcela do povo à qual estavam sendo direcionadas as novas habitações era vista (ignorante por natureza e sem cultura) e a maneira como o Estado e a Igreja aproveitam a situação precária para realizar sua maior propaganda (no caso do Estado, promover seus ideais e no caso da Igreja recolher novos seguidores). As assistentes sociais passam a desempenhar um papel de mediação entre o povo e a Igreja, no ensinamento de morar com base na ideia hierárquica patriarcal de família defendida pelos valores cristãos.

3. FEMINISMOS

“O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres” (TELES, 1993, p.10)

Maria Amélia de Almeida Teles, feminista e militante de direitos humanos, no livro *Breve História do Feminismo no Brasil* (1993) inicia um resgate da presença feminina na história oficial brasileira, principalmente nas mobilizações femininas e feministas.

No início do século XX, segundo Teles, existiam

movimentos femininos que caminhavam paralelamente – as sufragistas, as tecelãs e as costureiras grevistas. As primeiras procuravam na conquista do voto a cidadania negada, enquanto as outras batalharam para a redução da jornada e melhores condições de trabalho. Com a conquista do voto, as sufragistas se desmobilizaram. (TELLES, 1993, p.13).

Essa afirmação além de apresentar a separação dos movimentos, mostra a divisão de classes, indicando a visão de diferentes mulheres e como cada grupo encarava suas opressões.

A Primeira República (1889-1930) é marcada pelas greves das lutas operárias, com reivindicações de redução da jornada de trabalho e aumento salarial. Alguns momentos são destacados pela autora: O I Congresso Operário Brasileiro, onde a luta pela regulamentação do trabalho feminino foi aprovada dentro do movimento operário, no ano de 1906 e, também nesse ano, quando os tecelões (categoria majoritariamente composta por mulheres) da fábrica de São Bento, em Jundiaí, São Paulo, entraram em greve. Nessa, os homens tiveram vitória completa, conquistando oito horas de trabalho, e as mulheres ganharam redução da jornada para nove horas e meia. A autora também destaca as greves ocorridas em 1907, novamente em São Paulo, onde as costureiras se destacaram. No entanto, assim como na greve em Jundiaí, elas ficaram com nove horas e meia de jornada diária (TELLES, 1993, 42).

Apesar das conquistas obtidas por essas greves, era comum naquela época, segundo artigo publicado pela BBC Brasil, as conquistas serem respeitadas inicialmente e, passado um tempo, ocorrer um retrocesso nas mesmas. (COSTA, 2017). Dessa forma, as greves pontuais acabaram por eclodir em uma greve geral datada de julho de 1917. Iniciada em uma fábrica têxtil em São Paulo, reuniu inicialmente 400 operários, em sua maioria mulheres, com as mesmas reivindicações das greves anteriores: aumento de salário e redução de jornada de trabalho. Porém, segundo o artigo, foi uma greve que principiou por questões específicas, como o assédio sexual. Essa greve tomou toda a cidade de São Paulo, paralisando não só as indústrias têxteis paulistas como também outros setores da economia, se expandindo para Rio de Janeiro e Porto Alegre. Foi a primeira greve geral do país. Infelizmente, da mesma maneira que as anteriores, obteve vitórias no primeiro momento, sendo em seguida “esquecidas”. Somente em 1943, com o governo Vargas, que os direitos trabalhistas seriam consolidados (COSTA, 2017)



Figura 2: greve de 1907. Fonte: BBC Brail < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39740614>>

Nesse mesmo período, as sufragistas, grupo que pertencia na sua maioria a classe média, também estavam se organizando. Elas se juntaram a essa causa comum às mulheres de diversos países. O ano de 1917 presenciou, além da greve geral, uma

passeata organizada pela professora Leolinda Daltro (1859 - 1935), que reuniu quase cem mulheres, na luta pelo direito ao voto.

O voto feminino é incorporado na constituição de 1934 – quase dez anos antes dos direitos trabalhistas serem consolidados – e após essa vitória as preocupações dessas mulheres se voltam principalmente na proteção à maternidade e às crianças e a questão do trabalho feminino (TELES, 1993). A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino² (FBPF) – onde Carmen Portinho foi uma personagem crucial – teve grande importância nessa conquista feminina.



Figura 3 - Integrantes da FBPF em 1930 - Fonte: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/a-representatividade-da-mulher-nos-acervos

O golpe de estado de Getúlio Vargas, em 1937, ocasionou uma união das lutas pela democracia e resistência à ditadura. Os movimentos feministas voltam a aflorar após o fim da 2ª Guerra Mundial em 1945, mantendo a preocupação da proteção à maternidade e à infância e o desenvolvimento do ensino e de creches, junto com o

²A FBPF foi uma organização fundada por Carmen Portinho e Bertha Lutz (1894 - 4976), entre outras, em 1922 no Rio de Janeiro (e dissolvida em 1986) em prol dos direitos civis e políticos das mulheres. É herdeira da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1919-1922). - <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>

enfrentamento da carestia. Também há nesse momento uma luta pela reforma do código civil, onde propunham a anulação de artigos discriminatórios à mulher casada.

Nessa época, conseguimos observar, através de publicação da própria Portinho, o reconhecimento do trabalho que apenas as mulheres realizavam, o trabalho reprodutivo, e como as operárias, principalmente, eram sobrecarregadas por ele, tendo que além de exercer o trabalho produtivo, realizar mais tarefas ao chegar em casa: “a mão cansada da operária que além do trabalho da fábrica e da oficina, é obrigada a empregar os seus dias de folga na lavagem de roupa de família” (PORTINHO, 1946). Porém o aprofundamento desse debate não é realizado na época. A respeito de outros debates feministas, Telles ressalta que “questões relativas à libertação da mulher, como autonomia, controle de fertilidade, aborto, sexualidade, não eram sequer mencionadas.” (TELLES, 1993, p.51).

No âmbito do feminismo internacional, o debate sobre o trabalho doméstico, assim como o direito reprodutivo, a saúde da mulher, a violência doméstica, entre outros, começa a ganhar espaço somente por volta dos anos 1960. É nesse contexto que nasce o livro “A mística Feminina” de Betty Friedan, publicado em 1963, onde a autora investiga como foi construída e mantida a norma social que define a mulher burguesa a partir de uma existência dedicada à família. Ela identifica entre as mulheres donas de casa, um sintoma social que chamou de “problema sem nome”. Nas palavras de Marcela Abla: “Betty Friedan ajudou as mulheres a perceberem que a sua insatisfação era real. Elas eram capazes de se relacionar com o livro porque ela era a mulher ali descrita: branca, educada, do lar, com foco na maternidade e entediada.” (ABLA, 2017)

Foi neste período pós 1960, então, que as feministas colocaram em discussão o trabalho doméstico como trabalho reprodutivo, passando a reconhecê-lo como trabalho de fato, que deveria inclusive ser assalariado. Federici vai falar sobre o trabalho doméstico, apresentando a sua importância para a manutenção da sociedade capitalista patriarcal:

é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro – amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que seu

desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo (FEDERICI, 2019, p.68)

Outro conceito que ajudar a entender essa relação, é a divisão sexual do trabalho. Trata de uma ideia surgida para tratar das diferentes atividades realizadas por homens e mulheres, mas que antropólogas feministas atribuíram um novo conteúdo, trazendo à luz a relação de poder existente dos homens sobre as mulheres. Danièle Kergoat, socióloga francesa acadêmica e feminista, explica: “divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; [...] Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva.” (KERGOAT, 2009).

Vale a pena ressaltar que essas discussões, mesmo que extremamente importantes, tratam de um debate recente, que não mobilizou a geração de Carmen Portinho, ainda que a formulação de algumas inquietações já estivesse sendo apontadas por essas mulheres.

4. CARMEN PORTINHO, CRIAÇÃO DO DHP E OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS

A brasileira Carmen Velasco Portinho nasceu em Corumbá no Mato Grosso do Sul, no ano de 1903. Aos 05 anos de idade se mudou com a família para o Rio de Janeiro. Como já abordado anteriormente, a engenheira e urbanista teve uma atuação importante no campo do urbanismo e nas conquistas dos direitos femininos no país.

Suas primeiras repercussões apareceram na luta feminista, tendo como uma das companheiras nessa jornada Bertha Lutz (1894 – 1976), bióloga, educadora, diplomata e política. Junto de Bertha Lutz, fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em prol dos direitos civis e políticos das mulheres, em 1922. Carmen cria também, em 1929, a União Universitária Feminina, com objetivo de ajudar mulheres em suas carreiras profissionais. Além delas, iniciou a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA) em 1937.

Carmen Portinho foi a 3ª mulher a se formar em engenharia no Brasil em 1926 e 1ª urbanista, em 1939, com o trabalho de conclusão de nome “Anteprojeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central”. Logo após sua formatura no ano de 1926, iniciou sua jornada como servidora pública, sendo nomeada diretora no Departamento de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal, departamento este que se tornaria o Departamento de Habitação Popular (DHP).

Seu companheiro de vida e profissão foi Affonso Eduardo Reidy (1909 - 1964). Trabalharam juntos em defesa de habitação popular de qualidade e uma cidade melhor para todos, através dos ideais modernos. A parceria está presente em muitos projetos, dentre eles os projetos que serão analisados no presente trabalho, todos eles, originados no Departamento de Habitação Popular.

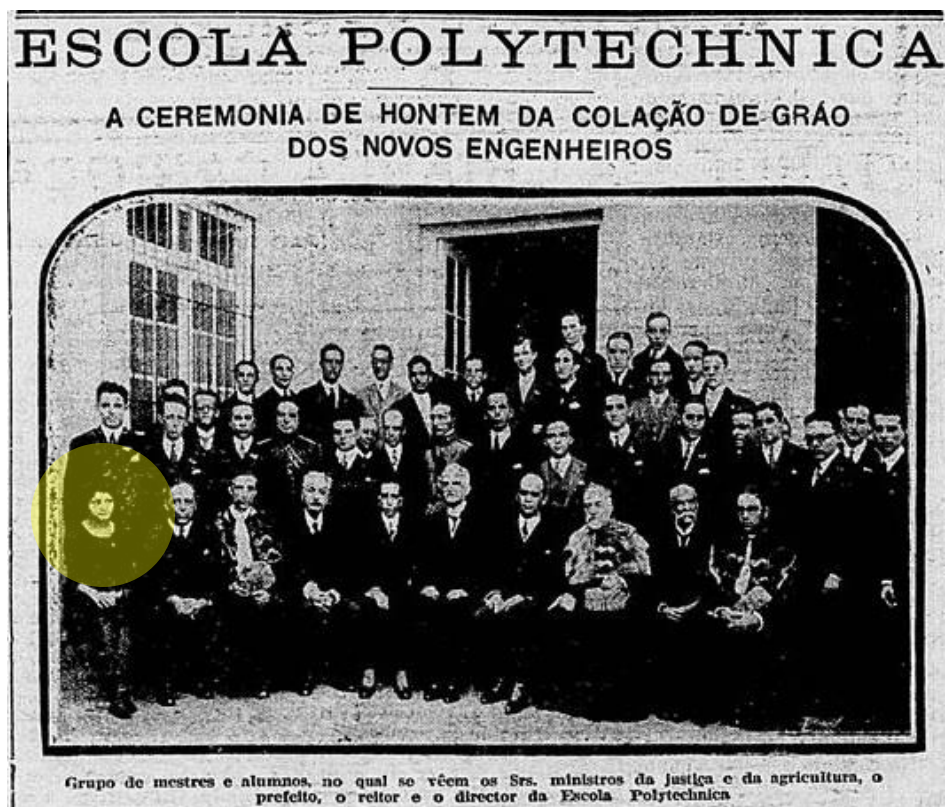


Figura 4 – Turma de Engenharia da Politécnica de 1926



Figura 5: Visita de integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino ao Instituto Oswaldo Cruz

O DHP surgiu com um Decreto-Lei nº 9124 de 4 de abril de 1946 onde:

O Presidente da República, considerando a necessidade de ser resolvido o problema da habitação popular no Distrito Federal [...] decreta: Art. 1º O Departamento de Construções Proletárias da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal passa a denominar-se Departamento de Habitação Popular, e terá por objetivo a sonho do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da Prefeitura do Distrito Federal, mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico [...] (BRASIL, 1946)

Carmen Portinho teve grande influência no surgimento do Departamento; grande parte dos princípios adotados e defendidos neste, são consequência das opiniões da própria engenheira e urbanista, que podem ser lidas em publicações realizadas na Revista da Diretoria de Engenharia, na Revista Municipal de Engenharia, e naquelas as quais o trabalho focará: uma série de artigos com o tema da Habitação Popular escritos por ela no ano de 1946 para o jornal Correio da Manhã. Essas publicações ocorreram logo após a realização de um estágio na Inglaterra, onde ela partiu em meados de 1945, retornando no mesmo ano. O estágio tinha como finalidade acompanhar a reconstrução das cidades no pós-guerra, participando assim, das discussões arquitetônicas que estavam sendo feitas naquela época na Europa. A experiência proporcionou a ela ver de perto o trabalho em desenvolvimento voltado para a questão da habitação.

Em entrevista concedida a Hugo Segawa em 1987, Carmen Portinho afirma que por mais que o Brasil não estivesse destruído como as cidades europeias, ele enfrentava problema de falta de moradia para pessoas com baixo salário.

O primeiro artigo dessa série foi publicado no dia 10 de março de 1946. Nele, Carmen Portinho conta sobre as visitas que fez na Inglaterra às chamadas “cidades-jardim³”, onde constatou que apesar delas terem constituído um avanço no problema da moradia, não resolveu por completo, pois esses lugares com casas em centro de terreno, ficavam desertas por todo o horário de trabalho somado ao de locomoção ao mesmo, no

³ Ebenezer Howard apresentou sua criação das “cidades-jardim”, através da publicação “Tomorrow: a peaceful path to social reform” de 1898. A ideia seria a de unir as vantagens da vida do campo à vida da cidade, criando cidades em formatos circulares com vastos jardins em seu interior e no entorno, localizando todas as instalações industriais como manufaturas, lojas, mercados, etc, em um anel exterior, na periferia da cidade. (CHOAY, 1992)

Dessa forma, ela inicia uma defesa às chamadas Unidades de Vizinhança⁴ – modelo funcional e organizacional difundido a partir do anos 1920 e principalmente após a segunda guerra mundial – que nas palavras de Portinho:

deverão compreender não só os blocos de habitações como também os edifícios para o funcionamento do comércio local e, ainda, outras edificações destinadas a instalações de creches, escolas maternais e primárias, clínicas, bibliotecas, clubes, etc. Na construção desse conjunto deverão ser previstos, além do recreio organizado, espaços livres onde as crianças possam andar e brincar à vontade sem o perigo de serem atropeladas. As vias de tráfego deverão ficar sempre na periferia do conjunto residencial. (PORTINHO, 1946)

Além disso, ela afirma que tais conjuntos devem ser responsabilidade das municipalidades, destinados aos grupos sociais de baixos salários, acreditando ser esse um caminho para solucionar o problema das moradias, e substituir as favelas, cortiços etc.

Em seu segundo artigo publicado sobre Habitação Popular, datado de 17 de março de 1946, a urbanista defende novamente a responsabilidade do Estado perante o acesso a moradia digna, argumentando que:

À primeira vista, pode parecer que a intervenção oficial no provimento da habitação de baixo aluguel acarrete demasiado ônus para o estado. Analisando, porém, a questão com mais cuidado, verificamos a falsidade desse ponto de vista. A existência das ‘favelas’ e de outras habitações anti-higiênicas, como os cortiços, sempre trouxe, para todos os países do mundo, despesas e prejuízos incalculáveis. (PORTINHO, 1946)

⁴ A ideia de unidade de vizinhança onde “é de extrema singeleza: constatando que as relações entre vizinhos, que existiam nos antigos bairros, tendem a desaparecer nas novas urbanizações e grandes metrópoles”, pretendia-se recriá-los através do planejamento urbano. Assim, as unidades habitacionais deveriam ser controladas no número de habitação e extensão territorial, tendo equipamentos e serviços dispostos de tal modo que a população estabelecesse espontaneamente relações sociais. (LAMAS, 2007, p.317).



Figura 8.: Recorte do artigo de 17 de março de 1946.

Para além do discurso higienista, neste artigo ela usa o caso da Dinamarca no combate ao problema de habitação para as classes de pequenos recursos, como um exemplo a ser seguido. O país começou a oferecer “habitações confortáveis e higiênicas por meio do aluguel módico”, optando pelas habitações coletivas ao invés das casas de uma só residência, tendo em vista que estas eram 30% mais onerosas do que as coletivas.

Ainda, ela alega a necessidade da assistência social no processo para ser ensinado a viver em sociedade.

A assistência social deverá fazer parte obrigatória dos programas de realização dos núcleos residenciais. O trabalhador precisa, antes de mais nada, ser educado para a vida em sociedade, o que será relativamente fácil desde que se lhe ofereçam os meios de educação necessários ao lado de condições de vida condigna (PORTINHO, 1946)



Figura 9: Recorte do artigo de 21 de março de 1946.

O conceito dos Conjuntos Residenciais é mais elaborado no terceiro artigo, publicado no dia 21 março de 1946, onde ela também apresenta a ideia de "habitação mínima"⁵. Esse conceito parte da concepção de uma casa projetada para os padrões mínimos de vida, padrões esses que Catherine Bauer (1905 - 1964)⁶. teria detalhado em seu livro "Modern Housing" e Portinho enumera em seu texto:

- 1- Necessidade de fornecer abrigo conveniente ao homem. Cada família precisa de uma habitação separada

⁵ "Tema central do 2º CIAM [...] tornou-se uma referência da nova forma de enfrentar o problema da arquitetura, passando a dar importância à funcionalidade e aos espaços então ausentes no estudo da arquitetura, tais como o banheiro e cozinha [...]" (BONDUKI, 2017)

⁶ Catherine Bauer nasceu em Elizabeth, Nova Jersey, Estados Unidos. Planejadora urbana e ativista dos direitos femininos, levou as experiências do entre-guerras da Europa para os Estados Unidos. Em 1934 publicou o livro *Modern Housing: Metropolitan America*. (ABLA, 2017)

- 2- Tantos quartos quantos forem necessários a fim de que pais, filhos e filhas possam dormir separados
- 3- A independência das habitações deverá ficar garantida. Nenhum vão de janela ou porta deverá devassar os de outra
- 4- Água corrente e instalações sanitárias em cada habitação
- 5- Iluminação, insolação e ventilação adequadas
- 6- Nenhuma via de tráfego de grande movimento nas proximidades da habitação
- 7- Facilidade para recreio ao ar livre. Espaços reservados para jogos de crianças e adultos. Jardins e parques em volta das habitações e fora das vias de tráfego de penetração
- 8- Emprego de matérias de construção de boa qualidade. Projetos simples e fáceis de serem compreendidos. Conjuntos harmoniosos
- 9- Tranquilidade dos habitantes. Isolamento das paredes. Nenhuma área interna que amplie os ruídos.
- 10- Compartimentos projetados de modo a facilitarem a colocação do mobiliário, a circulação e a limpeza. Equipamento adequado de cozinha a fim de simplificar ao máximo o trabalho doméstico. Facilidades para lavar e secar roupas, seja na própria habitação, seja em local centralizado
- 11- Acesso fácil às escolas, lojas comerciais, restaurantes, cafés e centros sociais. O homem não deverá gastar mais de 30 minutos para se transportar ao local de trabalho.
- 12- Solidez e incombustibilidade da construção

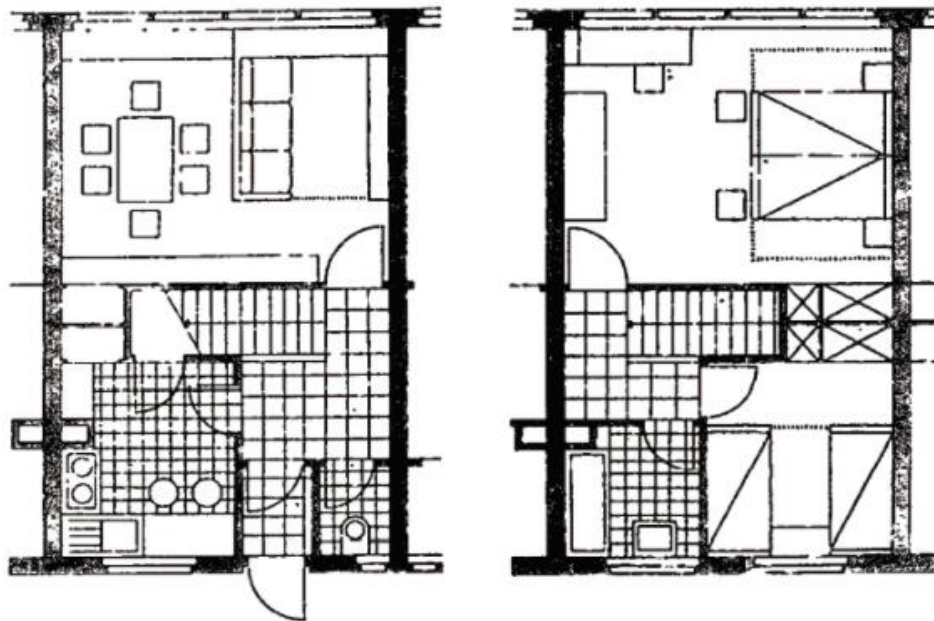


Figura 10: planta de habitação mínima discutida no 2º CIAM. Fonte: BENEVOLO, 497.

O uso de diferentes tipologias também é defendido como uma das diretrizes dos conjuntos residenciais, a fim de receber tanto famílias de duas ou mais pessoas como solteiros e idosos. Aos olhos de Portinho, a moradia para esses dois últimos grupos nas unidades de vizinhança seriam soluções mais simpáticas e humanas do que pensões e asilos.

No dia 31 de março de 1946 foi publicado o 4º artigo da série que trataria de um programa especial de assistência aos idosos que teve a oportunidade de conhecer na sua viagem à Grã-Bretanha. Neste programa há dois tipos de acomodações, uma para aqueles que não tem mais como cuidar de si e outra para aqueles que ainda conseguem. Além dessas, as autoridades britânicas colocaram no programa habitações para solteiros, que, segundo Portinho, são muito procuradas por mulheres solteiras que trabalham fora achando nesse um ambiente familiar, melhor do que os das pensões.

O 5º artigo, datado de 7 de abril de 1946, vai tratar do decreto lei que autorizou a Fundação da Casa Popular, sendo uma pausa na “série de considerações que vínhamos desenvolvendo em torno do problema da habitação popular”. A Fundação da Casa Popular foi uma primeira tentativa de implementar uma política habitacional nacional.

Rua Gonçalves Dias, 5 — RIO DE JANEIRO — Av. Gomes Freire, 61/63.

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN PORTINHO



Mansão antiga, situada em centro do grande jardim, de propriedade da cidade de Bath, que a adquiriu para habitação de pessoas idosas de pequenos recursos

Já nos referimos, anteriormente, à necessidade de se incluir nos estudos dos conjuntos residenciais a construção de edifícios destinados a velhos e solteiros. De facto, estas situações individuais, embora numa solução mais satisfatória do que vem sendo dada, recorrendo-se a asilos e penais.

A assistência aos velhos deve fazer parte do programa da habitação popular. Na Inglaterra, onde todos os problemas sociais são estudados com o maior cuidado e carinho, tipos especiais de habitações para velhos de ambos os sexos, são construídas pela administração pública. Tivemos ocasião de visitar em Birmingham, algumas dessas habitações. Há 15 anos atrás as pessoas idosas, residentes nessa cidade, que não possuíam meios de subsistência, nem parentes ou amigos que delas se encarregassem, recorriam à "Comissão de Assistência Pública". Os velhos eram, então, internados em asilos ou instituições similares. Hoje, entretanto, existem nessa cidade do sul de Grã-Bretanha, quatro edifícios destinados aos velhos, que não têm possibilidades de possuir um lar próprio. Deste tipo distintos de habitação, foram construídas para neste fim. Um, para a merenda daqueles que ainda estão em condições de se cuidarem. São aquelas iguarias as outras componentes do conjunto, isto é, satisfazendo aos poderes mínimos de vida, aos quais já nos referimos no artigo anterior. São projetadas para moradia de uma única pessoa ou de um casal. O outro tipo, apresenta o caráter de habitação coletiva, sendo destinado aos velhos que já não se acham mais em condições de atender às suas próprias necessidades, precisando dos cuidados de outras pessoas, empregadas e enfermeiras. Os velhos encontram neste ambiente a mais ampla liberdade. O caráter de asilo desaparece completamente. Estranam e saem de casa à vontade. Recebem visitas a qualquer hora do dia, sendo que obedecem, apenas, ao horário determinado para as refeições e para dormir. No caso de manifestarem desejo de trabalhar, podem fazer serviços leves. Se, ao contrário, preferem ficar inativos, passando pelos parques que rodeiam as habitações, podem fazê-lo sem o menor constrangimento, pois o trabalho não é obrigatório.

As mulheres em geral, gostam de ajudar na limpeza e arrumação da casa, ou no cozimento. Isto lhes é permitido como passatempo e, desde que não lhes seja prejudicial à saúde. As que dispõem de meios de se dar ao lar comum. Por outro lado, aqueles que não têm recursos, recebem um pequeno auxílio para as despesas diárias.

Em Birmingham, cerca de 1.000 velhos moram em edificações des-

Na Inglaterra, antes da última guerra, já se tinha terminado a edificação de 8.000 habitações destinadas a pessoas de idade avançada. Além disso, associações particulares vinham cuidando do mesmo problema.

Na cidade de Bath, tão cruelmente castigada pelas bombas alemãs, visitamos um prédio destinado à residência dos velhos. Era uma antiga mansão, situada em centro de agradável jardim. Era mandado adquirir pela municipalidade de Bath para 20 residentes. Deste tipo de uma agradável sala para refeições onde a mesa grande de abundância por várias mesas, e de duas salas de estar. Estas últimas são providas de poltronas confortáveis e de duas lareiras, em volta das quais os velhos fazem "tricot" e conversam, remunerando tempos passados. Observar que não havia regulamentos, nem restrições. Alentavam-se quando querem, às vezes mesmo, por muitos dias, em visita a parentes. Recebem quem desejam. Os quartos são para uma ou duas camas. Em geral, os residentes preferem os quartos de duas camas, onde possam ter uma acompanhante para conversar.

A administração dessa habitação comum, foi confiada a um casal inglês. Formam, juntamente com as velhinhas uma única família. Além, os ingleses tem por norma não exceder de 30 o número de residentes. Proporcionam assim ambiente familiar e evitam a atmosfera de "instituição".

As construções destinadas aos velhos devem fazer parte dos conjuntos residenciais. Não se deve

isolar-as. Ao contrário, é de toda conveniência projetá-las próximas das outras habitações, os velhos precisam da companhia das crianças e dos mais moços para se sentirem felizes.

As autoridades britânicas incluem, também, nos seus programas, habitações para solteiros. São geralmente localizadas em blocos, compreendendo apartamentos simples. Estes costumam de duas peças apenas: sala e instalações sanitárias, bem como de um pequeno compartimento-armário para o preparo de refeições ligeiras. Em cada andar do edifício são previstos, sala de estar para recepção, descanço, lareira e sala para refeições em comum. Em geral essas residências são projetadas para o preparo de refeições ligeiras. São previstas, sala de estar para recepção, descanço, lareira e sala para refeições em comum. Em geral essas residências são projetadas para o preparo de refeições ligeiras. São previstas, sala de estar para recepção, descanço, lareira e sala para refeições em comum.

O conceito moderno de "unidade de habitação" como organismo social, é o que vem predominando em todos os projetos de remodelação das cidades inglesas. Não é pensamento das urbanistas, construir apenas casas e mais casas, para substituir as que foram destruídas pelos bombardeios aéreos. Os "neigh bourhoods", estudados com tanta proficiência, são providos de um centro comunal, serviços para fins sociais e culturais, de escolas, de creches, clínicas, parques, locais para comércio e diversões, etc. Representam, na Grã-Bretanha, essas noções de habitação, algo mais do que pilas intermináveis e monotomas de casinhas baratas, alinhadas à beira das estradas e das ruas.

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN PORTINHO

A publicação do projeto de decreto-lei elaborado pelo Ministério do Trabalho, autorizando a Fundação da Casa Popular, fez com que nos comprometêssemos a ser de consultores que vinhamos desenvolvendo em torno do problema da habitação popular. Faremos, hoje, em linhas gerais, rápida apresentação do conteúdo do projeto. Preliminarmente sugerimos a substituição, no texto, da palavra "casa" por "habitação, de sentido mais amplo. Passamos, em seguida, à análise a que nos propomos, animados pelo facto de ter o Ministério do Trabalho assumido este problema.

O artigo 2º refere-se à "aplicação do conceito de moradia", para adquirir casa ou apartamento, com o preço, antes de mais nada, possível para os trabalhadores. O artigo 3º refere-se à "aplicação do conceito de moradia", para adquirir casa ou apartamento, com o preço, antes de mais nada, possível para os trabalhadores. O artigo 4º refere-se à "aplicação do conceito de moradia", para adquirir casa ou apartamento, com o preço, antes de mais nada, possível para os trabalhadores.

O artigo 5º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 6º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 7º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 8º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 9º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 10º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 11º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 12º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 13º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 14º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 15º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 16º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 17º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 18º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 19º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 20º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 21º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 22º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 23º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 24º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 25º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 26º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 27º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 28º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 29º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 30º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 31º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 32º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 33º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 34º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 35º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 36º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 37º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 38º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 39º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 40º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 41º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 42º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 43º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 44º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 45º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 46º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 47º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 48º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 49º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 50º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 51º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 52º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 53º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 54º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 55º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 56º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 57º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 58º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 59º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 60º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 61º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 62º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 63º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 64º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 65º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 66º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 67º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 68º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 69º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 70º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 71º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 72º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 73º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 74º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 75º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 76º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 77º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 78º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 79º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 80º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 81º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 82º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 83º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 84º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 85º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 86º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 87º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 88º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 89º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 90º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 91º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 92º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 93º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 94º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 95º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 96º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 97º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

O artigo 98º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 99º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares". O artigo 100º estabelece que "serão tomadas as medidas necessárias para a aquisição de terrenos destinados à construção de moradias populares".

Figura 11: Recorte do artigo de 07 de abril de 1946

Carmen se apresenta contrária aos fundamentos estabelecidos no decreto lei da Fundação, tecendo argumentos ancorados nos princípios que vinha esmiuçando nos artigos anteriores, destacando a importância de ampliar o entendimento de moradia, a presença da assistência social, enfatizando que o público-alvo deveria ser aquele de baixa renda e não a classe média, classe alvo da política segundo interpretação da autora – se fazendo necessária a aquisição da moradia através do aluguel:

“Ora, para adquirir casa ou apartamento, é preciso, antes de mais nada, possuir meios financeiros suficientes [...] Essas despesas estarão forçosamente acima da capacidade econômica dos nossos trabalhadores. Depois de acurados estudos e observações feitas [...] ficou provado que a ‘habitação popular’ deve ser destinada à aluguel e não a venda. Na base do aluguel, o desconto mensal do salário do trabalhador será acessível às suas possibilidades econômicas [...]” (PORTINHO, 1946)

Portinho volta com as considerações acerca da habitação popular no 6º artigo (14 de abril de 1946), aprofundando sobre a importância dos edifícios de serviços comuns destinados à educação, saúde, assistência social etc. Neste, novamente ela destaca o papel essencial do centro comunal como uma área de encontro entre os habitantes, contribuindo para o desenvolvimento do “hábito de viver em sociedade”.



Figura 12: Recorte do artigo de 14 de abril de 1946

O DHP funcionou de 1946 até 1962, período de forte empenho na construção dos Conjuntos Habitacionais. Desses anos, Carmen Portinho foi diretora entre 1948 até 1960 quando foi exonerada do cargo. (ABLA, 2017, p.240). Além de Portinho e Reidy também faziam parte da equipe de arquitetos do DHP: Francisco Bolonha (1923-2006), Hélio Modesto (1921-1980) e Lygia Fernandes (única mulher na equipe composta majoritariamente por homens) formando a primeira turma da Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1945.

Assim, o DHP terá uma preocupação com a vida comunitária e utilizará como base norteadora a unidade de vizinhança e a habitação mínima, contendo apartamentos de diferentes tipologias e edifícios complementares, qualificados como prolongamentos da moradia: escola, mercado, ginásio, clube etc. Todos próximos à moradia, incluindo também o local de trabalho, proporcionando uma maior economia, melhor alimentação e mais tempo para repouso e lazer.

No que diz respeito à visão do papel da mulher especificamente nos conjuntos, é importante destacar um pensamento da Carmen Portinho que se reflete nas soluções das unidades de vizinhança que, segundo ela, tinha como finalidade:

social: ter a criança perto da mãe; que pudesse ir para a escola sem atravessar a rua nem ter perigo de vida; era a mulher que podia se abastecer no mercado próximo, ou quando a criança estava doente ser levada para o ambulatório ao lado, e assim por diante. (PORTINHO, 1987)

Apesar de não questionar efetivamente o papel da mulher na sociedade, entendendo-a como figura única responsável pela manutenção da casa e cuidado com os filhos (trabalho reprodutivo) enquanto cabia ao pai o trabalho produtivo, esta colocação da urbanista aponta para a forma como encarava o papel da arquitetura e da produção dos espaços: a sua distribuição espacial e a relação de distâncias entre a moradia e os equipamentos, poderia supostamente induzir a melhores condições na sua vida.

Reafirmando esse ponto de vista cabe citar a colocação de Nobre que ressalta a postura reformista de Carmen Portinho, ao estabelecer um projeto de uma nova sociedade onde se previa um novo modo de morar “condicionado à revisão de um conjunto de valores considerados ultrapassados, entre eles o culto secular à dita ‘vocalização natural’ da mulher para a maternidade e as tarefas domésticas.” (NOBRE, 1999, p.43). No entendimento de Nobre, essa redefinição do papel da mulher na sociedade ao “romper com a clausura do lar” fazia parte dos ideais feministas por trás do plano de habitação sustentado por Carmen Portinho, evidenciando um avanço na discussão feminista existente na época.

Esse novo modo de morar, como já dito anteriormente, seria ensinado pelas assistentes sociais que exercerão um importante papel no Departamento. Segundo Francisco Bolonha, as assistentes realizavam o levantamento, definiam o programa com a Carmen Portinho, estabeleciam relações com os moradores e eram responsáveis pela mudança das famílias. (NOBRE, 1999, p. 143)

O plano inicial de Carmen Portinho para o Departamento englobava a criação de um conjunto habitacional em cada distrito da cidade, totalizando 11 conjuntos (Avenida Presidente Vargas, Botafogo ou Gávea, Pedregulho, Jardim Zoológico, Madureira, Penha, Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador)

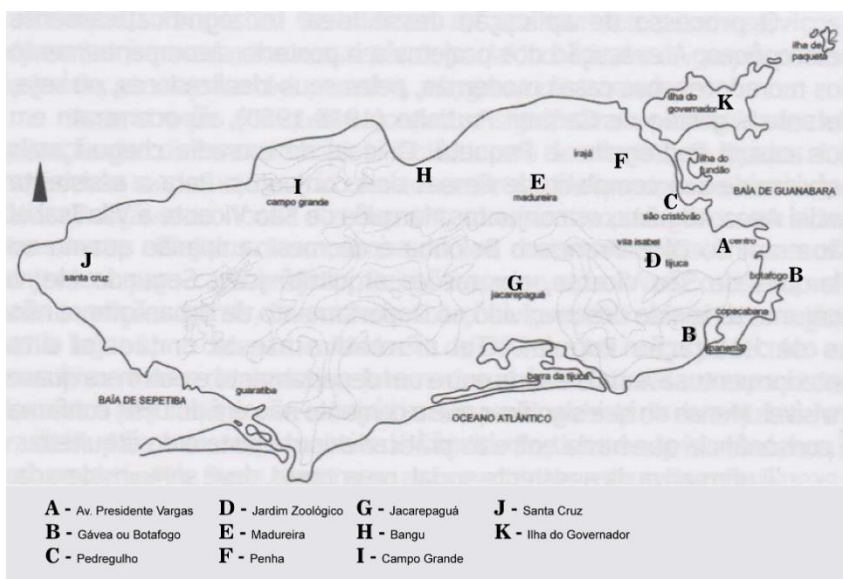


Figura 13: Mapa do município do Rio de Janeiro: localização dos conjuntos do plano inicial de Portinho. (base: NASCIMENTO, 2008, p.140, redesenhado)

Dos conjuntos pensados apenas três foram construídos, o Pedregulho de 1946, Marquês de São Vicente (Gávea), de 1955, e Vila Isabel (no Jardim Zoológico) de 1948. O de Paquetá (1949) não estava nesse primeiro planejamento, mas também fez parte da produção do DHP. Nenhum deles foi executado na sua integridade. (mapa da página 140)

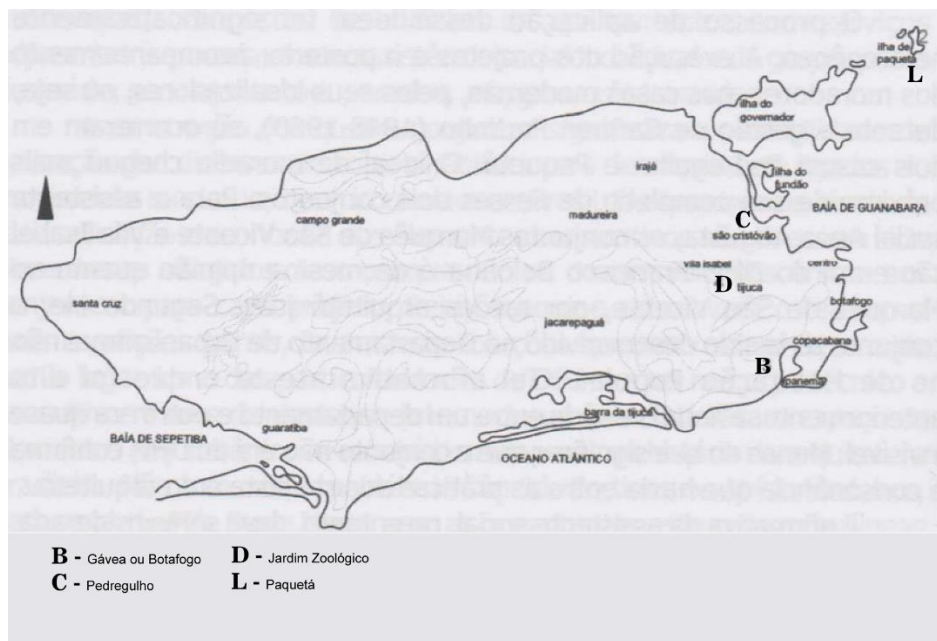


Figura 14: Mapa do município do Rio de Janeiro: localização dos conjuntos projetados. (base: NASCIMENTO, 2008, p.140, redesenhado)

A partir daqui apresento os conjuntos residenciais desenvolvidos no DHP.

4.1 - CONJUNTO RESIDENCIAL PREFEITO MENDES DE MORAES (PEDREGULHO)



Figura 15: Foto da localização do Conjunto Residencial do Pedregulho – fonte: google earth, 02/2022



Figura 16: Conjunto Pedregulho. Fonte: Archdaily. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy/12832_12880?next_project=no> Acesso em out. 2021.

Primeiro conjunto realizado pelo DHP, de autoria de Affonso Eduardo Reidy, teve seu processo iniciado em 1946 e finalizado somente nos anos 1960. Ele é o de maior reconhecimento tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Localizado em São Cristóvão, foi destinado à moradia de funcionários municipais com exercício no distrito de São Cristóvão. As casas seriam concedidas por meio de um aluguel que seria descontado em folha de pagamento. (NASCIMENTO, 2008, p. 157)

A escolha dos futuros moradores do conjunto passou por algumas etapas as quais as assistentes sociais eram responsáveis, realizando inquéritos preliminares (figura 17) e levantamentos das famílias (figura 18), organizando assim as informações dos locatários. O primeiro, sendo um documento de caráter preliminar, abarcava informações básicas dos mesmos, como dados objetivos sobre a casa atual, salários e quantidade de filhas e/ou filhos. Este foi realizado antes de 1948 para o conjunto do Pedregulho, “Segundo relatório do serviço social, de 1961, inscreveram-se mais de 550 interessados, tendo sido selecionados apenas 44 para residir nos blocos B1 e B2, inaugurados em 1950” (NASCIMENTO, 2008, p. 158).

As fichas de estudo da família, organizada por Ruth Souza, uma das assistentes sociais ativas no DHP, possuem maior nível de detalhamento, consistindo em identificação do responsável da família (não sendo possível saber se eram mulheres ou não), a composição da família e, caso houvesse, o salário dos mesmos – nessa parte há a opção de identificação do sexo do familiar. Seguindo, encontra-se uma parte para especificar a casa habitada anteriormente, cobrindo aspectos como existência ou não de área livre, luz elétrica, instalações sanitárias, cozinha, o material da parede, cobertura e telhado, se era uma habitação individual, coletiva, barracão ou cortiço, situado em morro, rua calçada ou parque proletário. Também há um espaço destinado ao preenchimento sobre os hábitos alimentares e despesas mensais. Seguindo para a segunda folha do estudo, temos uma parte médica, para entender a saúde familiar, indicando motivos de falecimento dos ascendentes, assim como vacinas tomadas e doenças tidas.

Existia um discurso higienista presente na elaboração dos Conjuntos, havendo então uma preocupação em se ter controle da saúde dos moradores, fato evidenciado nessas fichas e também na condição do contrato de aluguel só ser assinado após a

realização de exames de saúde, a fim de resguardar os moradores de possíveis doenças infectocontagiosas. (NASCIMENTO, 2008, p.157)

P. D. F. 1 H. P.

S. G. V. O. - D. H. P.
INQUERITO PRELIMINAR

Número do inquerito Data

Nome Idade

Endereço Bairro

Habitação (individual ou coletiva ?)

Própria ou alugada Aluguel

Estado civil

Quantas pessoas residindo na mesma casa 1

Idade e sexo dos filhos: { Masculino

{ Feminino

Outros parentes

Salário do principal responsável pela casa

Salário de mais pessoas que auxiliam a manter a casa

Salário total

Figura 17

P.D.F.	S. G. V. O. D. H. P.	ESTUDO DA FAMÍLIA CONJ. RES.	QUEST. Nº	DATA				
1 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL								
NOME		MAT.						
CATEGORIA		RESIDÊNCIA						
DEPARTAMENTO		SECRETARIA						
SECRETARIA		BAIRRO						
2 - COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA								
N	C	N	M	S	P	S	S	S
1	2	3	4	5	6	7	8	9
3 - HABITAÇÃO ANTERIOR								
TIPO		SITUAÇÃO		SPL. LIVRES		ABAST. EGUA		E
INDIVIDUAL		MOBIL		JARDIM		REDE		N
COLETA		RUA CALÇ		QUINTA		PISCO		L
BARRACÃO		RD. PROLET		RUA PÚBL		SICA		C
CORTIÇO		CORTIÇO		CORTIÇO		CORTIÇO		D
PAREDES		COBERTURA		PISOS		DEP. ENT		R
ALVENARIA		TELHAS		TERRA		SALA		C
MADEIRA		MADEIRA		MADEIRA		COZINHA		C
TAIPA		ZINCO		GIMENTO		BANHEIRO		C
						VARANDA		C
4 - ALIMENTAÇÃO								
DIVERSOS		LEIUNGS & VEROURAS		ALUGUEL			FARMACIA	
LEITE L		FRUÍO K		CERNOU K		ALFACE		MÉDICO
CARNÊ K		BATAT K		TOMAT K		BERRO		DENTISTA
PEIXE U		MARR K		ABOB K		COVE		VESTUÁRIO
OVOS U		PRO		VASSA K				INSTRUMENTO
BACON K				VIND K				CONDIÇÃO
MANT. K								
ARROZ K								
FRUTAS		DOÇES		BEBIDAS				
CAB. DE		ABACAXI		CAMP. N				
LARANJA				MARR. N				
5 - SAÚDE								
A - ASCENDENTES								
	V/M	IDADE	SAÚDE	CAUSA-MORTE	OBSERVAÇÕES			
		S	B	S	M			
H								
PAI								
MÃE								
F. PAI								
M. MÃE								
B - CASAL, DESCENDENTES E DEPENDENTES								
	VACINAS	DOENÇAS ANTERIORES	SAÚDE ATUAL					
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
ANOTAÇÕES POR: _____ VISÃO _____								

Figura 18

Na figura 19 encontramos o resultado preliminar de 1952 dos moradores selecionados para o conjunto. Nela, apresenta-se o cargo/função que a pessoa responsável pela família exercia, novamente não sendo possível identificar o gênero, evidência da sociedade patriarcal. Para além da função da trabalhadora ou trabalhador, a tabela mostra o tipo de moradia habitada sendo a maioria de casa de alvenaria, localizada no subúrbio.

DHP - CONJUNTO RESIDENCIAL DO PEDREGULHO		
Resultados preliminares 1952		
ESPECIFICAÇÃO	SERVIDORES	
	Nº abs	%
TOTAL	55	100,00
CARGO OU FUNÇÃO:		
Arquivista	2	3,6
Artífice	7	12,8
Atendente	1	1,8
Auxiliar de encarregado de garagem	1	1,8
Auxiliar de garagem	1	1,8
Comissário	1	1,8
Controlador mercantil	1	1,8
Datilógrafo	1	1,8
Encarregado de serviço	1	1,8
Enfermeiro	1	1,8
Feitor	1	1,8
Ferreiro	1	1,8
Fiel de tesouro	2	3,6
Fiscal	2	3,6
Inspetor de alunos	1	1,8
Marinheiro	1	1,8
Médico	1	1,8
Mecânico	3	5,6
Mestre	2	3,6
Motorista	5	9,1
Músico	1	1,8
Oficial administrativo	1	1,8
Oficial de vigilância	1	1,8
Prático rural	1	1,8
Professor	3	5,6
Servente	1	1,8
Torneiro mecânico	2	3,6
Trabalhador	5	9,1
Vigilante	3	5,6
Zelador	1	1,8
TIPO DE DOMICÍLIO:		
Apartamento	8	14,5
Casa de alvenaria	18	32,9
Casa de vila	13	23,6
Quarto alugado:		
• em casa individual	6	10,9
• em casa de vila	2	3,6
• em casa coletiva	4	7,3
Próprio municipal	2	3,6
Porão	1	1,8
Barracão	1	1,8
LOCALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO:		
Zona Sul	5	9,1
Zona Centro	8	14,6
Zona Norte	19	34,5
Subúrbio	21	38,2
Estado do Rio	2	3,6
NÚMERO DE PEÇAS:		
1 peça	11	20,0
2 peças	4	7,3
3 peças	7	12,7
4 e mais peças	33	60,0

Figura 19

O Conjunto Residencial do Pedregulho previa em seu programa inicial, conforme implantação apresentada na figura 20: escola, mercado, lavanderia mecânica coletiva, posto de saúde, piscina com vestiários, ginásio, quadra esportiva, grandes jardins com playground, clube, creche e, claro os três blocos residenciais, sendo o bloco A o bloco curvo, os blocos B1 e B2 os retos paralelos entre si, e o bloco C.

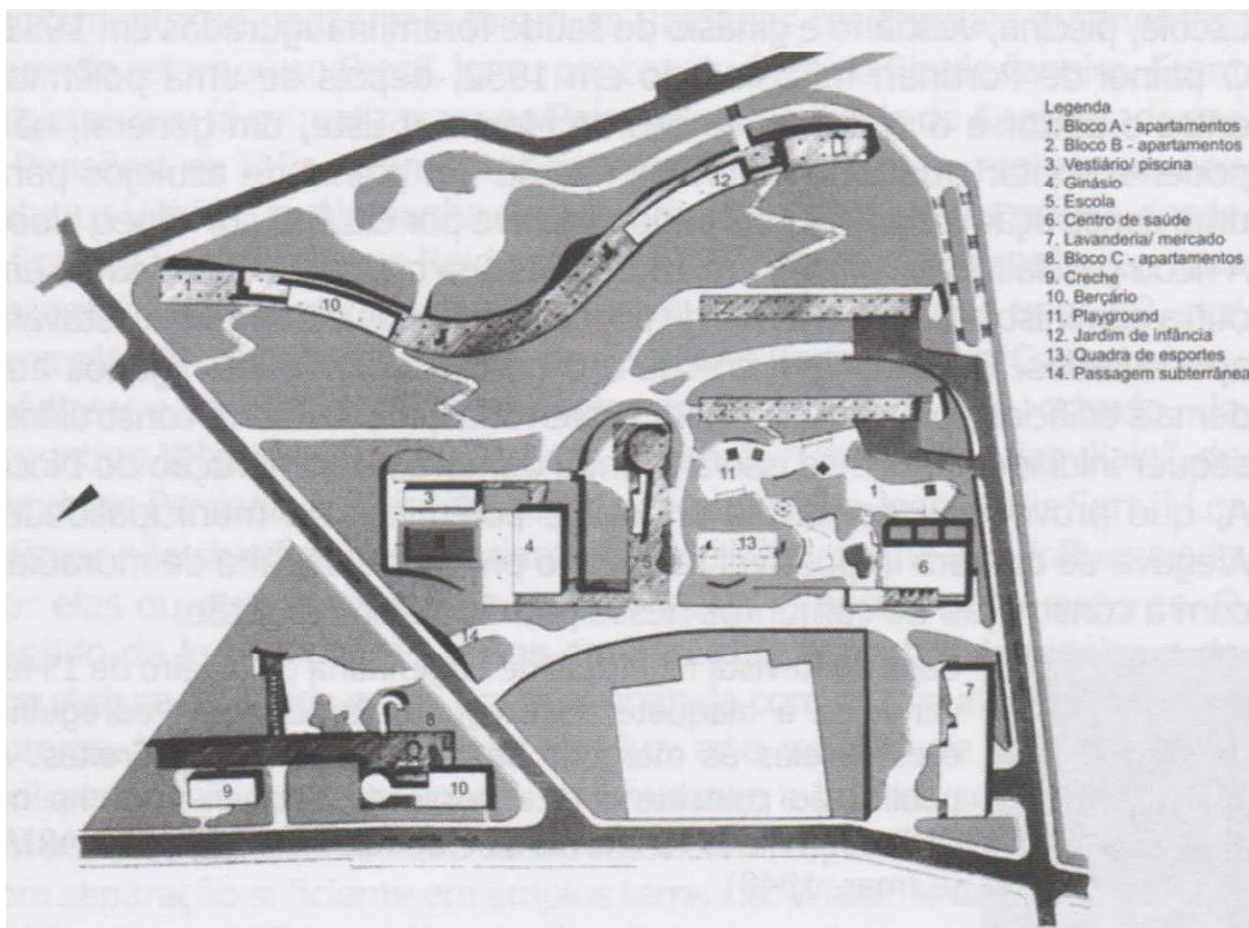


Figura 20: Conjunto Pedregulho - Implantação. Fonte: Entre a Estética e o hábito

Os dois blocos residenciais lineares (bloco B1 e B2) – com 56 apartamentos ao todo – posto de saúde, lavanderia mecânica coletiva e mercado, foram inaugurados em 1950. Em 1951 houve a inauguração das quadras de basquete, vestiário e piscina, assim como a escola – inserida no meio do conjunto, como o conceito da Unidade de Vizinhança prezava. O famoso bloco curvilíneo, o bloco A, com 272 apartamentos e 260 metros de extensão, teve sua inauguração parcial em 1958, e sua total ocupação ocorreu

somente na década de 1960, já em outra administração que não mais a de Carmen Portinho.

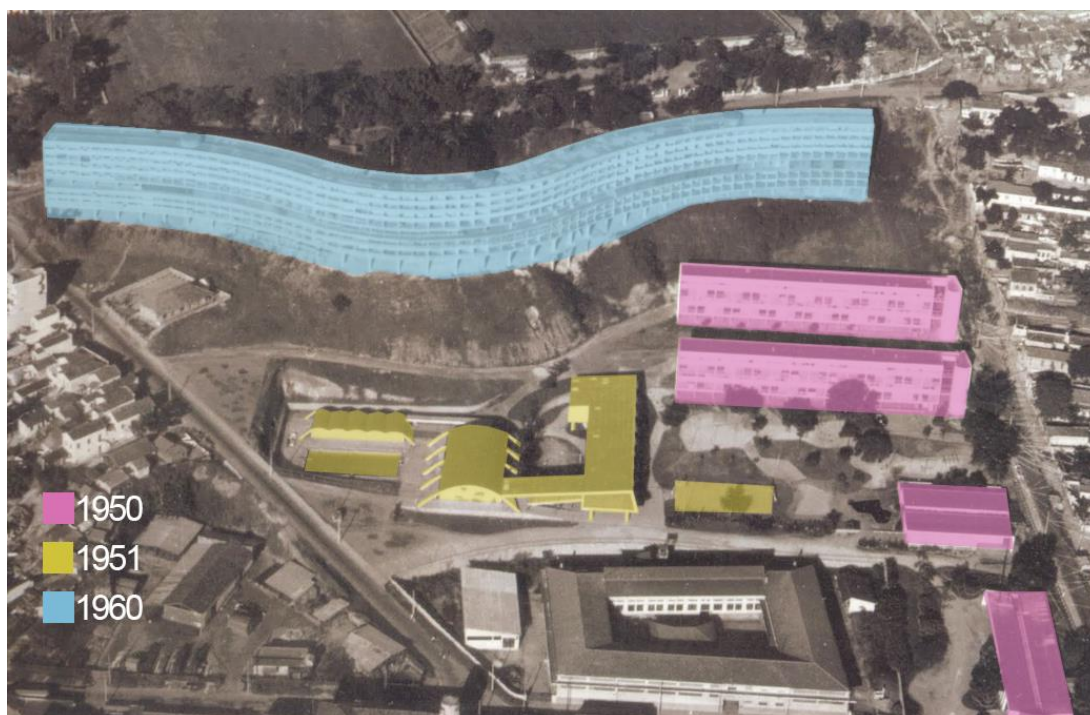


Figura 21: Ordem cronológica da construção do Conjunto Residencial do Pedregulho. (base)

Do programa inicial, não foi executada a construção do bloco C, onde, além de apartamentos receberia uma creche. Além desse edifício, também estava prevista a construção de uma passagem subterrânea, conectando essa parte com o restante do conjunto, mostrando principalmente a preocupação de proteger as crianças de possíveis acidentes de carro, diretriz exposta por Portinho em seu primeiro artigo da série sobre Habitação Popular de 10 de março de 1946.

A figura 21 demonstra uma determinada ordem nas construções do conjunto, priorizando os equipamentos coletivos, o que não se deu por acaso: “Na verdade, ao optar por dar início às obras pelos equipamentos comunitários, que simbolizavam o próprio caráter social do programa, Carmen Portinho queria escapar do risco de que estes viessem a ser considerados supérfluos, e não construídos.” (NOBRE, 1999, p.58). Sua decisão parece ter sido a correta tendo em vista as obras incompletas tanto no próprio Pedregulho quanto nos demais conjuntos residenciais.

A lavanderia mecânica coletiva, inaugurada na 1ª etapa de construção do Conjunto, foi alvo de muitas críticas, apesar do investimento e da alta aposta de Portinho em relação a ela, colocando os equipamentos mais modernos à disposição: máquinas de lavar e secar e calandras para passar roupas grandes. Nela, os moradores teriam uma cota semanal de roupa lavada sem acréscimo de despesa além do aluguel do apartamento (REIDY, 1950, p.43). Entretanto, já apresentando uma das críticas feitas, o seu uso enfrentou resistência dos moradores:

Segundo o relatório do serviço social, houve resistência a seu uso, tendo sido preciso criar um sistema invisível de marcação de roupas para evitar constrangimentos. Dessa forma, os funcionários da lavanderia não saberiam de quem eram as roupas lavadas. Mas parece, nem isso estimulou os moradores. Para dar um exemplo positivo, de acordo com depoimento da arquiteta Lygia Fernandes, ela própria, Reidy e Carmen mandaram lavar as roupas na lavanderia coletiva. (NASCIMENTO, 2007, p. 153)

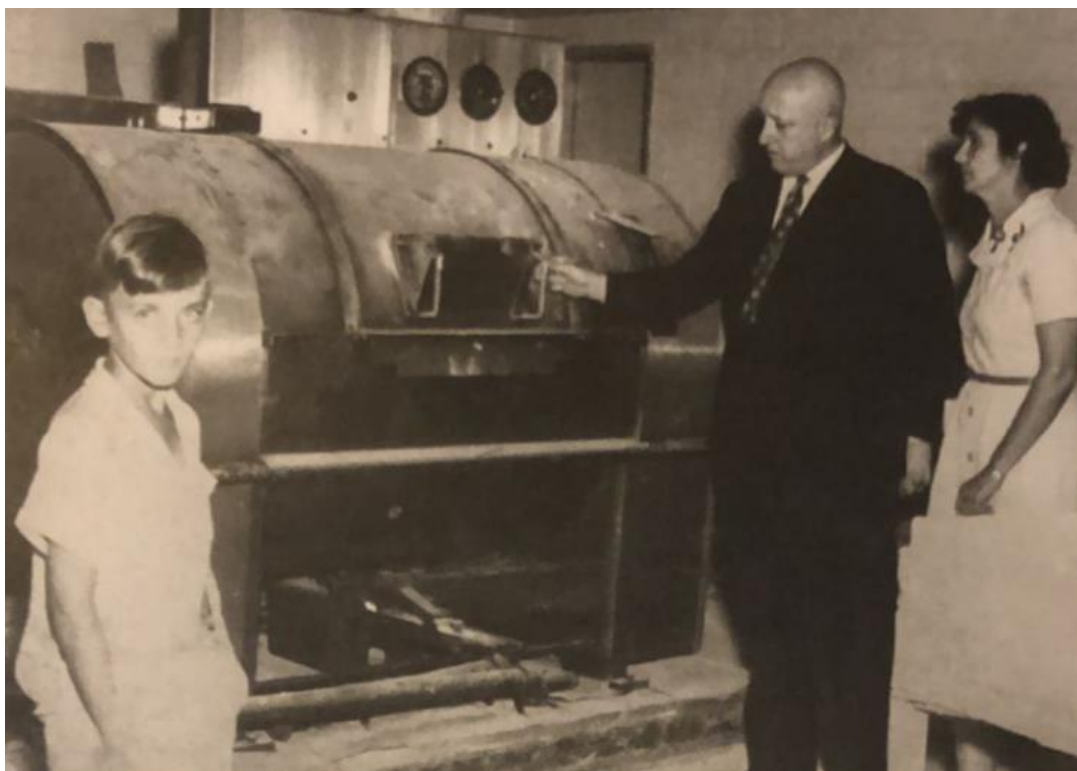


Figura 22: Carmen Portinho e o prefeito Mendes de Moraes, com maquinário para a lavanderia importado da Alemanha. (BRITO, 2015)

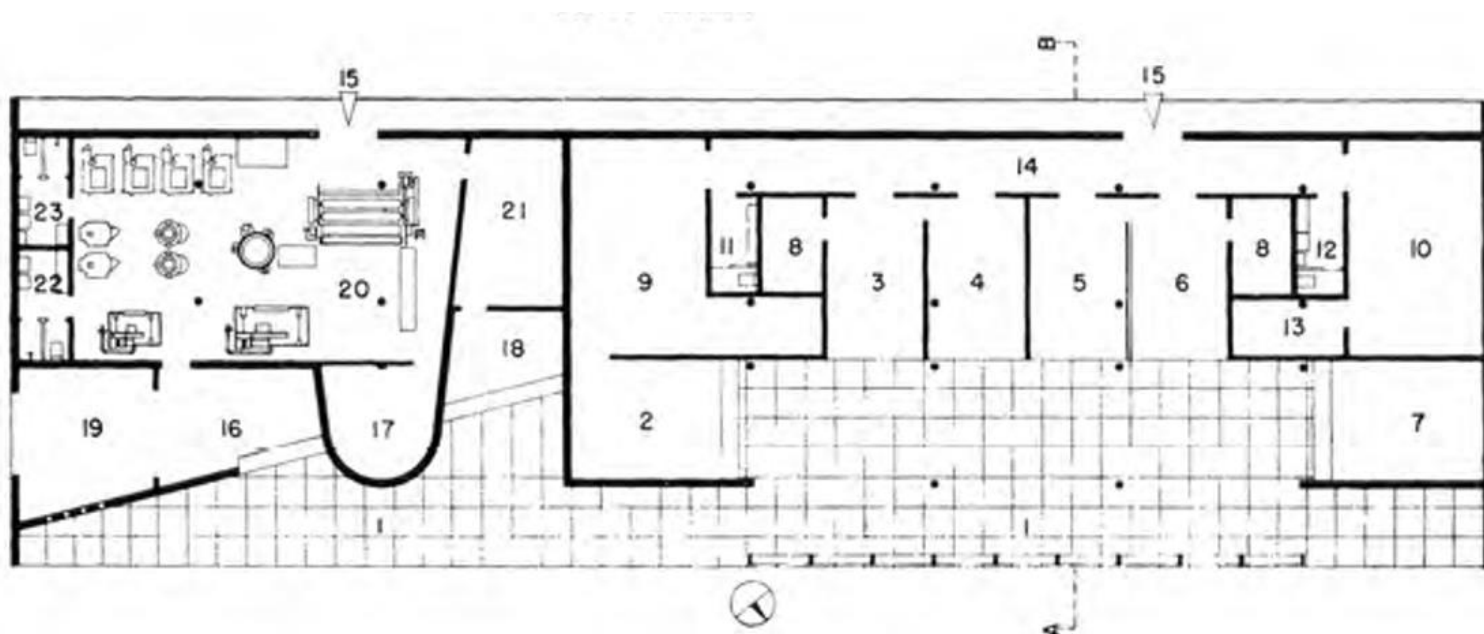


Figura 23: planta baixa da lavanderia e mercado do Conjunto Residencial do Pedregulho (MINDLIN, 2000, p.150)

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| 1 clientes | 13 depósito de farinha de trigo |
| 2 armazém | 14 galeria |
| 3 açougue | 15 entrada de serviço |
| 4 peixaria | 16 recepção |
| 5 frutas e vegetais | 17 gerência |
| 6 leiteria | 18 entrega |
| 7 balcão de vendas da padaria | 19 boilers |
| 8 frigorífico | 20 lavanderia |
| 9 depósito do armazém | 21 entrega de roupa lavada |
| 10 padaria | 22 banheiro feminino |
| 11 banheiro feminino | 23 banheiro masculino |
| 12 banheiro masculino | |

Figura 24: legenda referente a figura 23. (MINDLIN, 2000, p.150)

Um dos motivos para a escolha da lavanderia mecanizada coletiva seria a de manter “as fachadas dos edifícios imaculadas, ao afastar de vez os varais e roupas penduradas, sempre vistos com grande incômodo.” (NOBRE, 1999, p.59). Ou seja, para além das moradoras e moradores terem de entregar suas roupas sujas para terceiros lavarem – situação que lhes causava incômodo – elas não poderiam expor suas roupas limpas pois isso feriria a estética moderna defendida por Portinho. Atenta-se para esse fato, pois, mais uma vez têm-se a imposição de um modo de morar combinado à desqualificação do habitar dos residentes do conjunto.

Contudo, a estética do edifício não era o principal motivo para a realização de uma lavanderia mecânica coletiva: “Uma lavanderia coletiva era parte integrante de um projeto de habitação vinculado ao movimento moderno, [...] Liberar a mulher trabalhadora das tarefas domésticas, tornando-lhe o cotidiano menos penoso, era objetivo que se queira alcançar com as moradias [...]” (NASCIMENTO, 2007, p.52)

A externalização do serviço de lavagem de roupas, mostra a visão de Portinho, citada anteriormente, da melhoria da qualidade de vida das mulheres. Essa externalização se reflete na distribuição espacial das unidades com a ausência do ambiente da “área de serviço”. Todas as unidades construídas nesse conjunto, não possuem então, um espaço dedicado a essa atividade.



Figura 25: Fachada principal bloco B (MINDLIN, 2000, p.146)

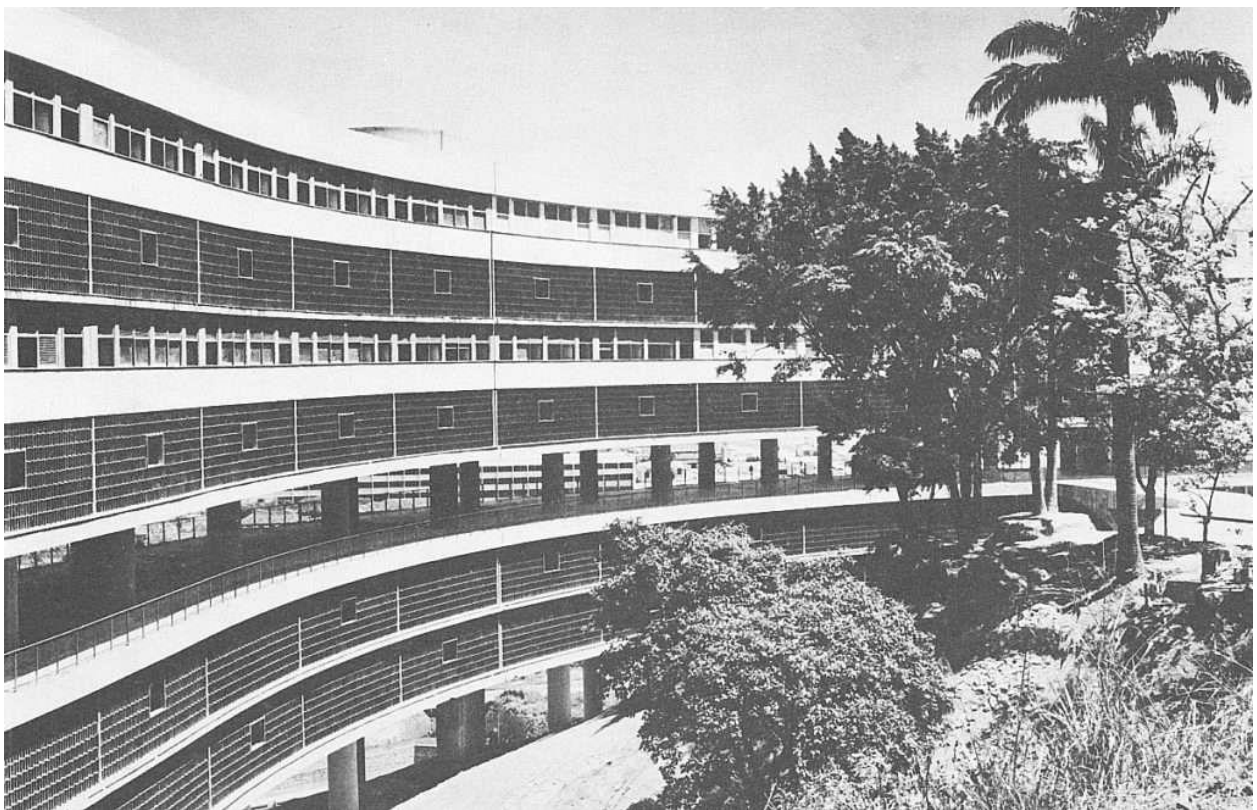


Figura 26: Fachada bloco A do Conjunto do Pedregulho - <https://revistaprojeto.com.br/acervo/entrevista-carmen-portinho/>

As unidades do bloco B, o primeiro dos blocos residenciais edificado, seguem a tipologia duplex, com uma pequena entrada, sala de estar/refeições (1), cozinha (2) e uma pequena varanda no pavimento de acesso, subindo para o pavimento superior, têm-se três quartos (3) e um banheiro.

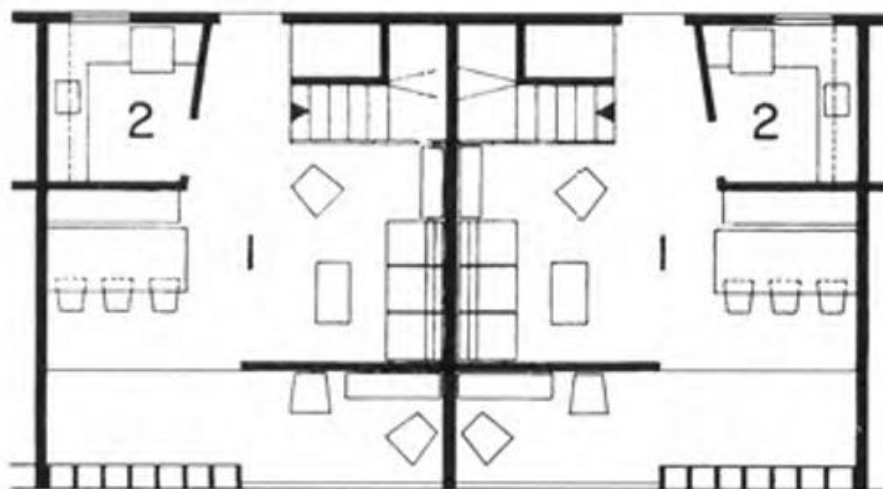


Figura 27: Bloco B - planta baixa do 1º andar da tipologia de 3 quartos. (MINDLIN, 2000, p.147)

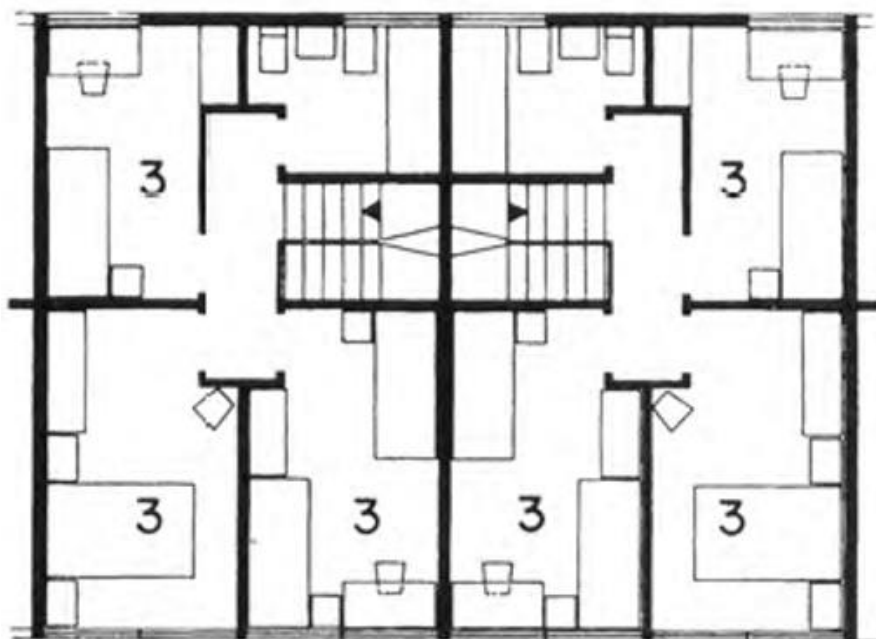


Figura 28: Bloco B - planta baixa do 2º andar da tipologia de 3 quartos (MINDLIN, 2000, p.147)

O bloco A, por sua vez, possuía duas tipologias. A tipologia 1 é a única unidade do conjunto que não é um duplex, sendo concentrada em um único pavimento, uma pequena entrada, sala de estar/refeições (1), cozinha (2), um quarto (3) e um banheiro. Essa tipologia seria a destinada a solteiros ou casais sem filhos (REIDY, 1950, p.42).

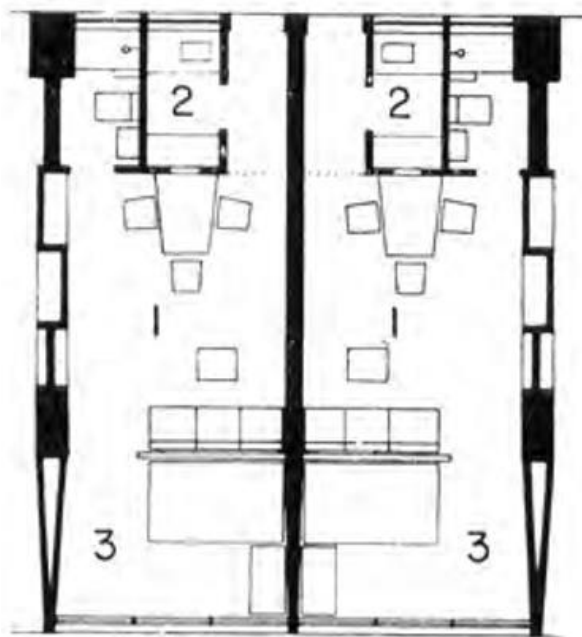


Figura 29: Bloco A - planta baixa da tipologia de 1 quarto (MINDLIN, 2000, p.144)

A tipologia 2, duplex, apresenta conformação semelhante à da tipologia do bloco B, onde encontra-se no primeiro pavimento uma pequena entrada, sala de estar/refeições (4) e cozinha (2). No pavimento seguinte há dois quartos (3) e um banheiro.

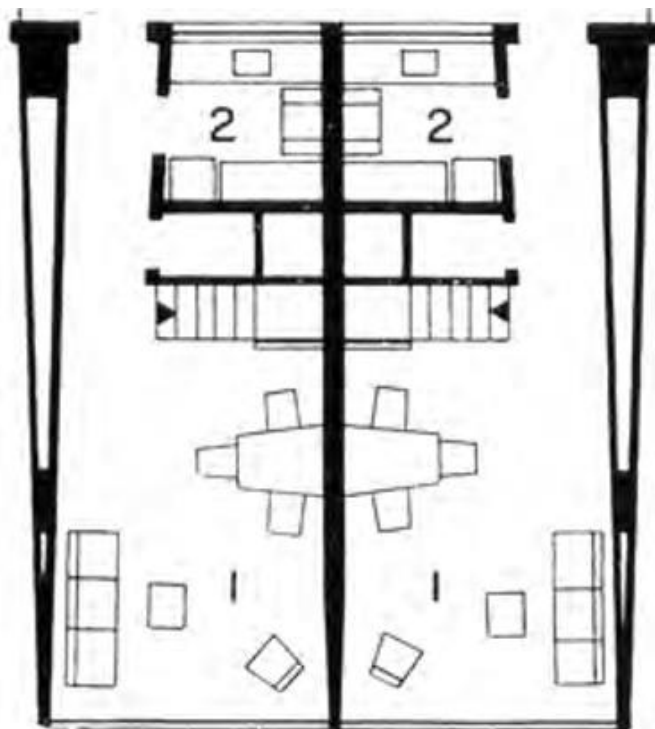


Figura 30: planta baixa do 1º andar da tipologia de 2 quartos (MINDLIN, 2000, p.144)

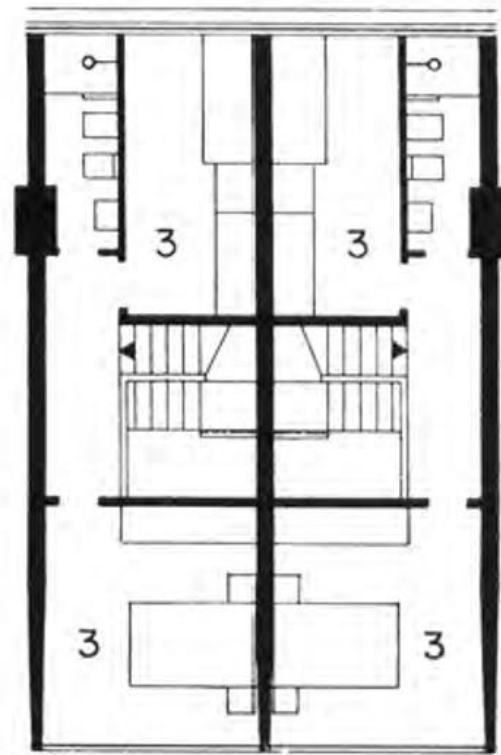


Figura 31: planta baixa do 2º andar da tipologia de 2 quartos (MINDLIN, 2000, p.144)

4.2 - CONJUNTO RESIDENCIAL MARQUÊS DE SÃO VICENTE (GÁVEA)



Figura 32: Foto da localização do Conjunto Residencial da Gávea – fonte: google earth, 02/2022



Figura 33: Foto do bloco habitacional do Conjunto da Gávea em construção - fonte: Revista Municipal de Engenharia, 1954

O conjunto também conhecido como “conjunto da Gávea”, de autoria de Reidy, foi criado para receber parte dos moradores do parque proletário criado em 1942 com caráter provisório, que ocupava o terreno do projeto, onde ocupavam 955 barracões que abrigavam 5.262 pessoas.

O projeto datado de 1955 consistia em um bloco principal (curvilíneo como o de Pedregulho) de 326 metros de comprimento de 8 pavimentos, que continham 328 apartamentos, sendo 192 duplex com dois quartos e sala e outros 136 de quarto e sala. E também outros 7 blocos de apartamentos.

Além dos blocos residenciais estava prevista a construção de um jardim de infância, escola maternal e primária, capela, posto de saúde, mercado, campo para desportos, auditório ao ar livre, playground e administração.

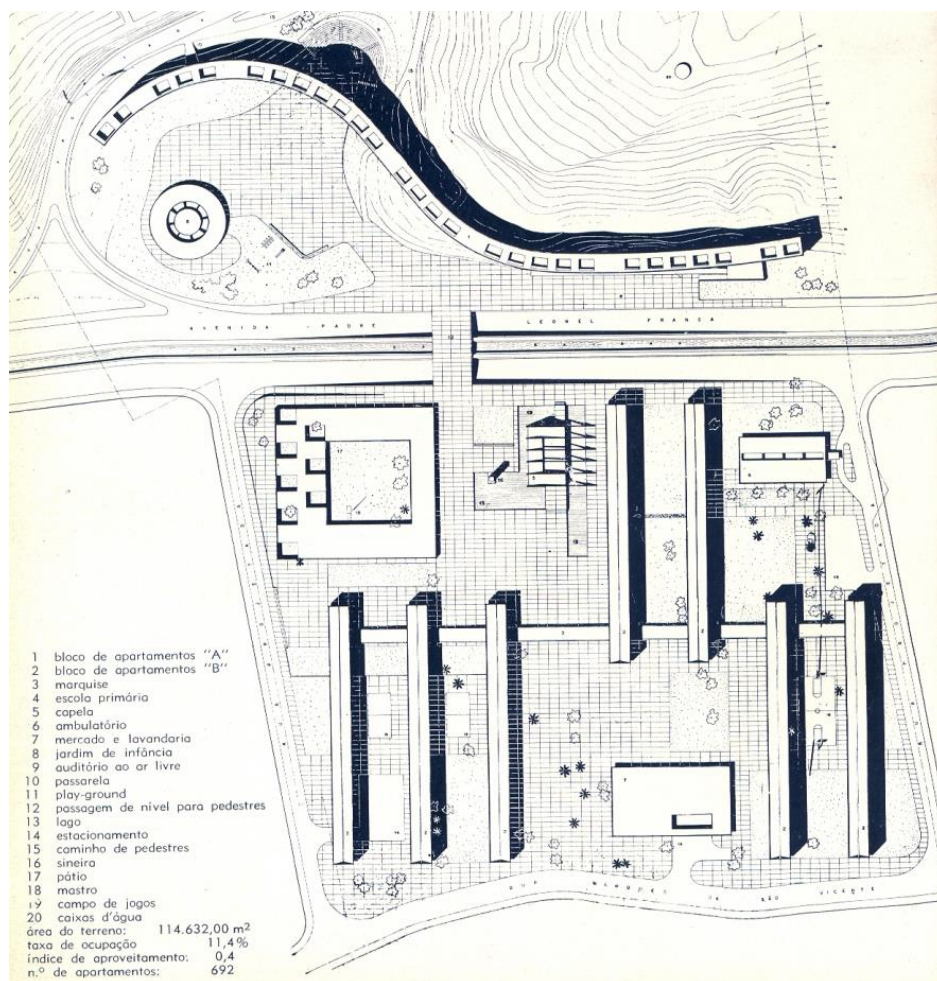


Figura 34: planta de implantação do Conjunto Residencial da Gávea – fonte:

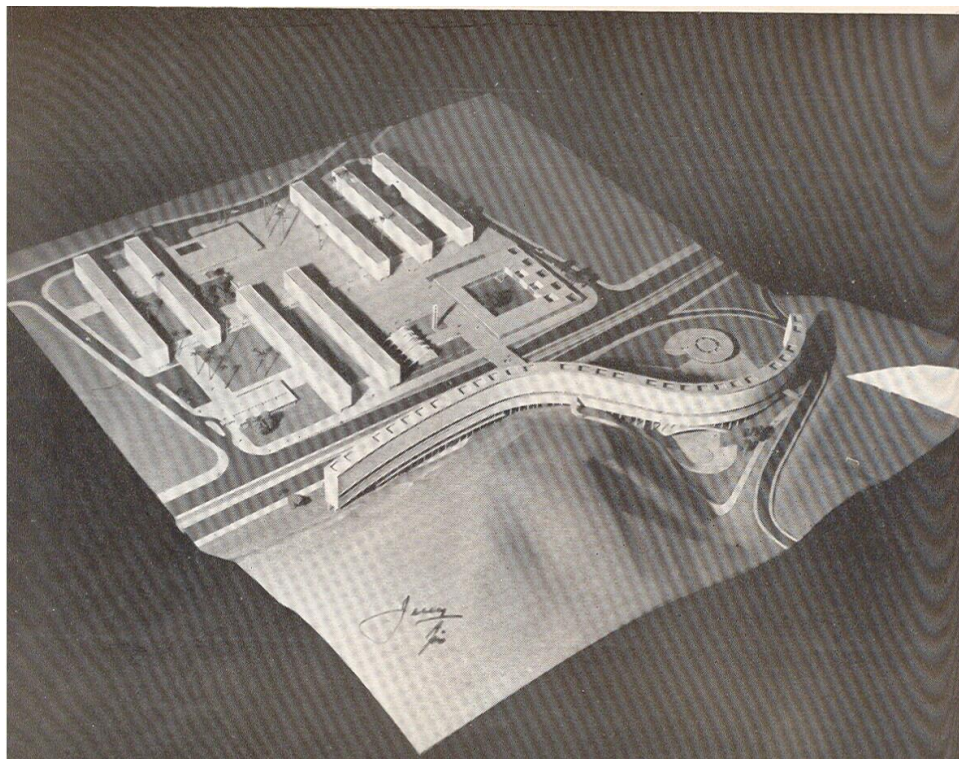


Figura 35: Maquete de implantação do Conjunto da Gávea - fonte: Revista Municipal de Engenharia, 1954

Ele foi concluído em 1964 apenas com o bloco habitacional curvilíneo. Infelizmente em 1982, o bloco perdeu uma parte dos primeiros andares de sua construção por conta da passagem da via expressa Lagoa-Barra, como pode-se observar na figura 36.



Figura 36: Bloco Habitacional da Gávea, 2021. Fonte: google earth 10/2021

Neste único bloco erguido, o último andar foi destinado à uma bateria de tanques de lavar roupa, sendo atribuído um tanque para cada unidade. No planejamento havia sido proposta uma lavanderia mecanizada coletiva para os outros blocos residenciais (que não o curvo, o único construído). Na figura 38 observa-se o corte transversal deste bloco que foi edificado, onde no último pavimento percebe-se o pavimento destinado aos tanques. Essa percepção não é dada através da representação dos tanques, e sim pelo desenho de uma mulher estendendo roupa. A partir desse desenho, podemos interpretar a possível visão do papel da mulher nesses conjuntos pelo Departamento.

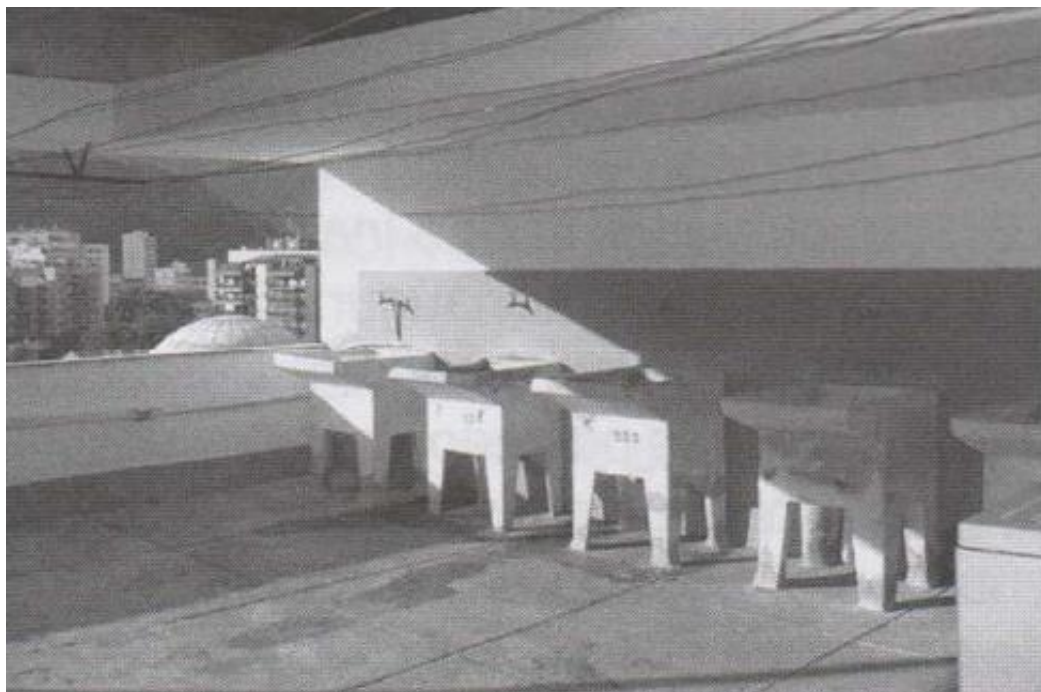


Figura 37: andar destinado aos tanques do Conjunto da Gávea. Fonte “Entre a estética e o hábito”

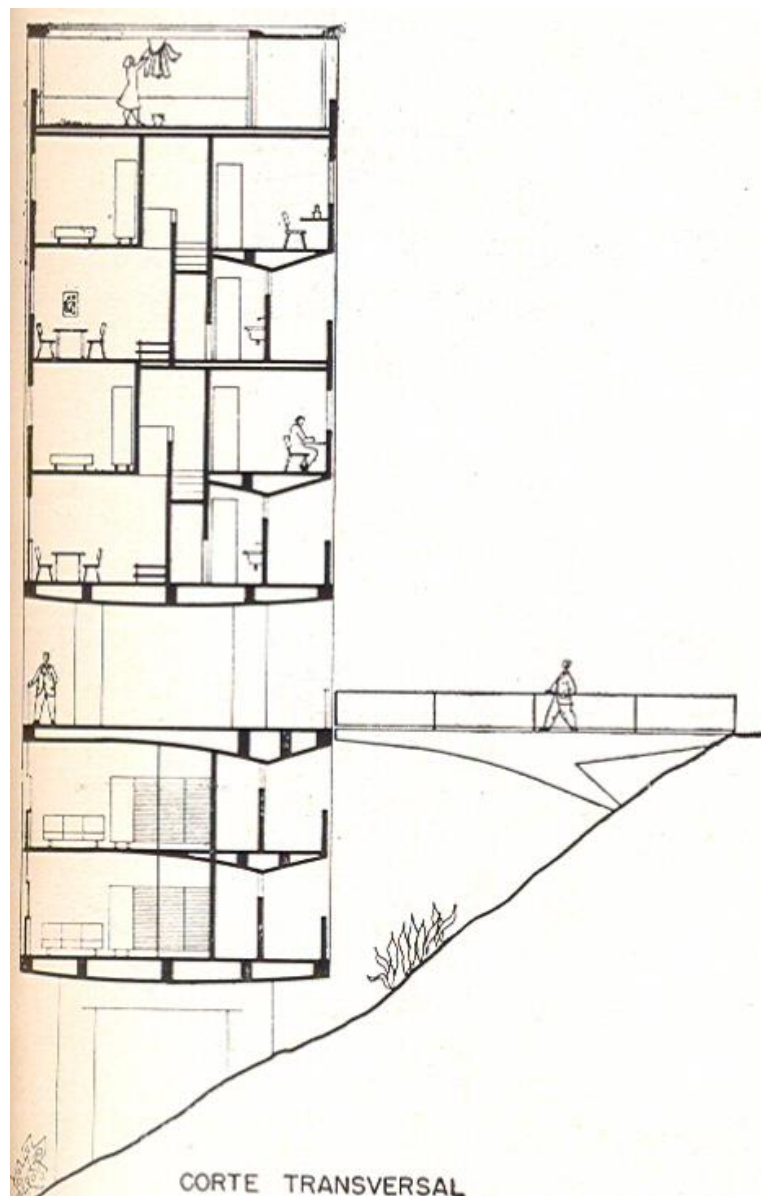


Figura 38: corte transversal do Conjunto Residencial da Gávea

As unidades contidas nesse conjunto se dividem em duas tipologias, um duplex de dois quartos e outra com apenas um pavimento e um quarto, seguindo a lógica das tipologias apresentadas no conjunto residencial do Pedregulho, não havendo o ambiente destino a área de serviço.

A tipologia duplex apresenta uma pequena entrada, sala de estar/refeições, cozinha no pavimento de acesso, tendo o seguinte pavimento dois quartos e um banheiro.

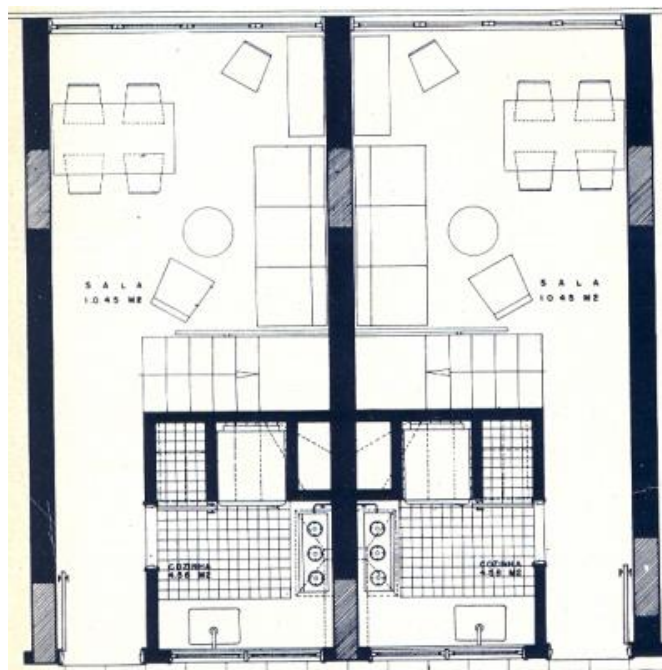


Figura 39: Tipologia duplex - planta baixa do pavimento de acesso – fonte: revista Arquitetura Contemporânea

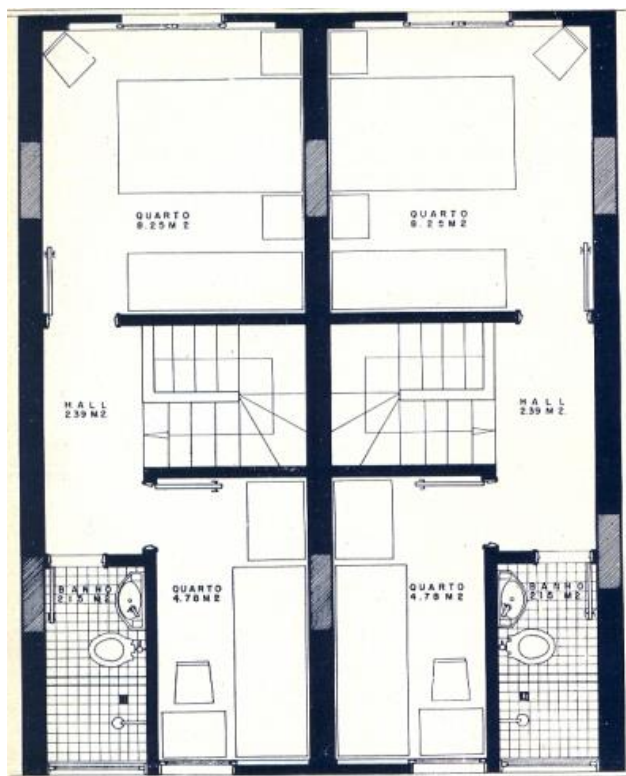


Figura 40: Tipologia duplex - planta baixa do 2º pavimento – fonte: revista Arquitetura Contemporânea

A tipologia com apenas um quarto apresenta uma pequena entrada, sala de estar/refeições, cozinha, um quarto e um banheiro.

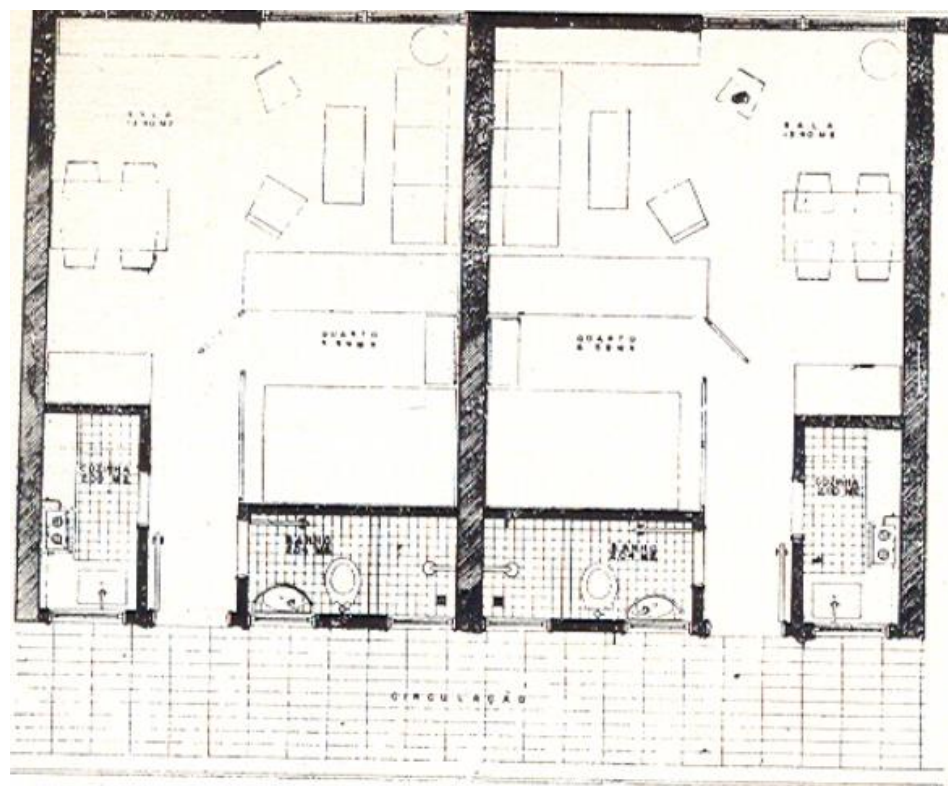


Figura 41: planta baixa da tipologia de 1 quarto. Fonte: revista Arquitetura Contemporânea

Os blocos retos, que não foram executados, apresentam unidades de um quarto e unidades com três quartos. A primeira se concentra em apenas um andar, tendo uma pequena entrada, sala de estar/refeições, cozinha, um quarto e um banheiro.



Figura 42: planta baixa da tipologia de 1 quarto (não executado) fonte: revista Arquitetura Contemporânea

A segunda tipologia, um duplex, consiste em pequena entrada, sala de estar/refeições e cozinha, no primeiro pavimento. No segundo pavimento, temos três quartos, sendo um deles com acesso a um terraço, um banheiro e uma rouparia.

O terraço localizado no primeiro pavimento, no mesmo espaço destinado a cozinha, supõe-se que seja uma área de serviço, mas não sendo chamado assim em planta. Chama a atenção tanto por ir contra o padrão das propostas residenciais elaboradas pelo Departamento, quanto por ser uma tipologia pertencente ao bloco que receberia a possibilidade do uso da lavanderia mecanizada coletiva.



Figura 43: planta baixa do 1º e 2º pavimento da tipologia duplex (não executado) fonte: revista Arquitetura Contemporânea

4.3 - CONJUNTO RESIDENCIAL DE VILA ISABEL

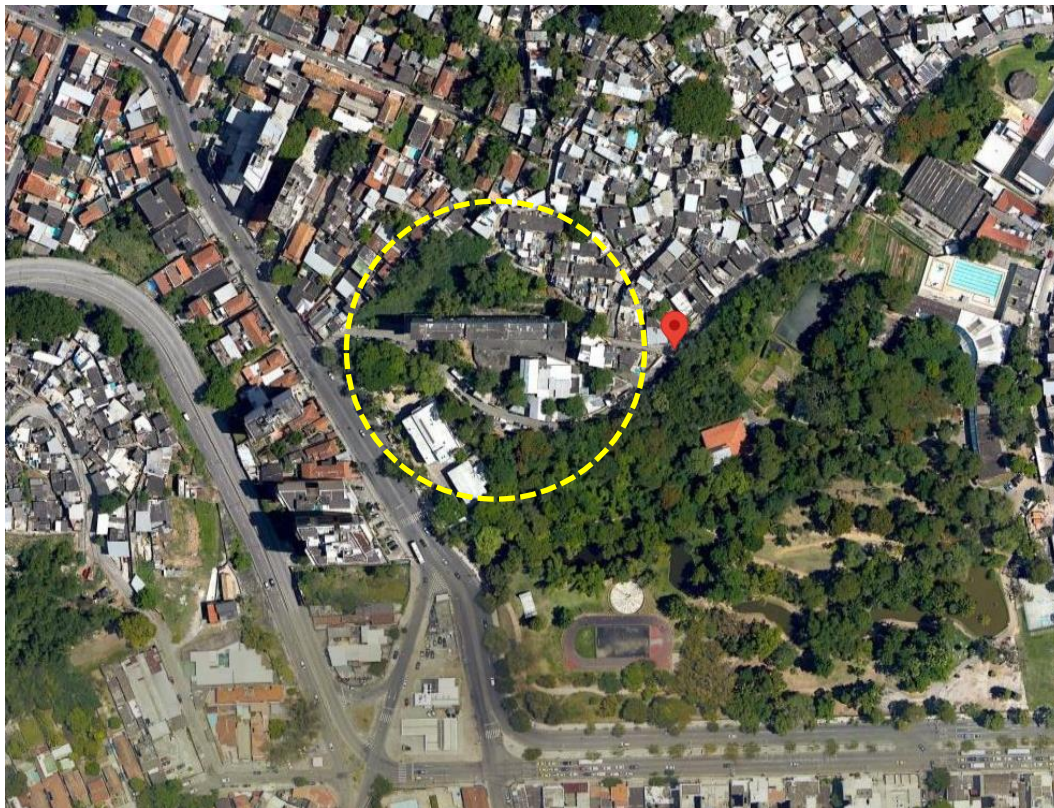


Figura 44: Foto da localização do Conjunto Residencial de Vila Isabel – fonte: google earth 02/2022



Figura 45: Foto do bloco habitacional do Conjunto de Vila Isabel em construção - FONTE: Revista Municipal de Engenharia, 1956

O conjunto residencial de Vila Isabel foi planejado para ocupar o antigo terreno do Jardim Zoológico de Vila Isabel, que continha 75 500m². O projeto data de 1948, de autoria de Francisco Bolonha. Sua obra foi iniciada em 1955 e teve inauguração em 1960, porém com apenas um bloco habitacional de 80 metros de comprimento ao invés de 7 blocos, totalizando 660 metros de comprimento. Não somente teve drástica redução do número de apartamentos, contando só com 72 dos 828 previstos, como não houve a construção de nenhum dos equipamentos externos previstos. No entanto, todos os apartamentos seguem a linha dos demais conjuntos, sendo duplex, sobre pilotis, variando a tipologia de 1 a 4 quartos.

Na figura 46, observa-se os blocos destinados à habitação, assim como os prolongamentos das moradias, que estavam previstos e não foram construídos, sendo eles: posto de saúde, creche, lavanderia e mercado, que ficariam junto ao edifício residencial, ginásio esportivo, piscina, quadras de esporte em playground, a escola ao centro, teatro, cinema e anfiteatro.

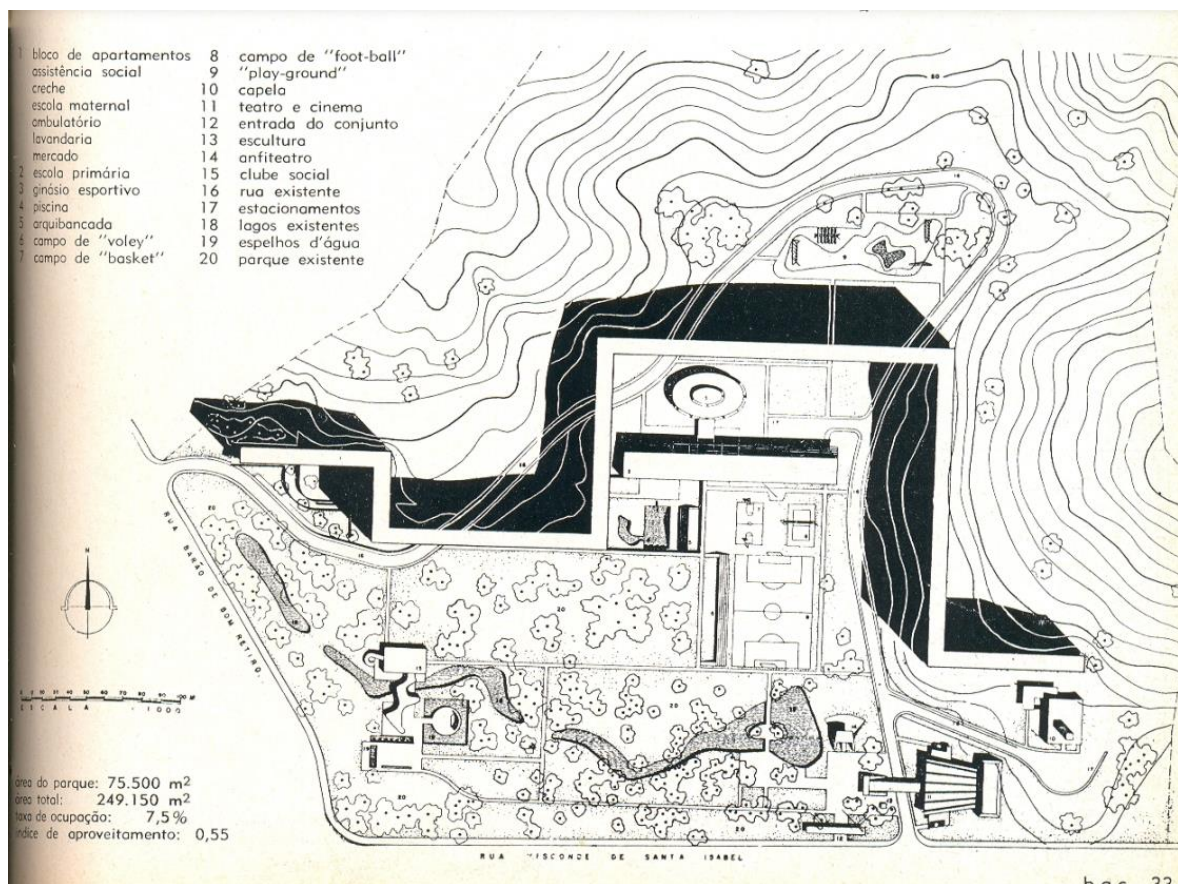


Figura 46: planta de implantação do Conjunto Residencial de Vila Isabel. Fonte: Revista Municipal de Engenharia, 1956

As unidades propostas para o conjunto de Vila Isabel possuem variação de um e três quartos, sendo que esta última é flexível podendo apartamentos vizinhos serem um de dois quartos e outro de quatro quartos.

A tipologia de um quarto consiste em um duplex, onde o primeiro pavimento é destinado a uma pequena entrada, sala de estar/refeições e cozinha, e o segundo pavimento há um quarto e um banheiro.

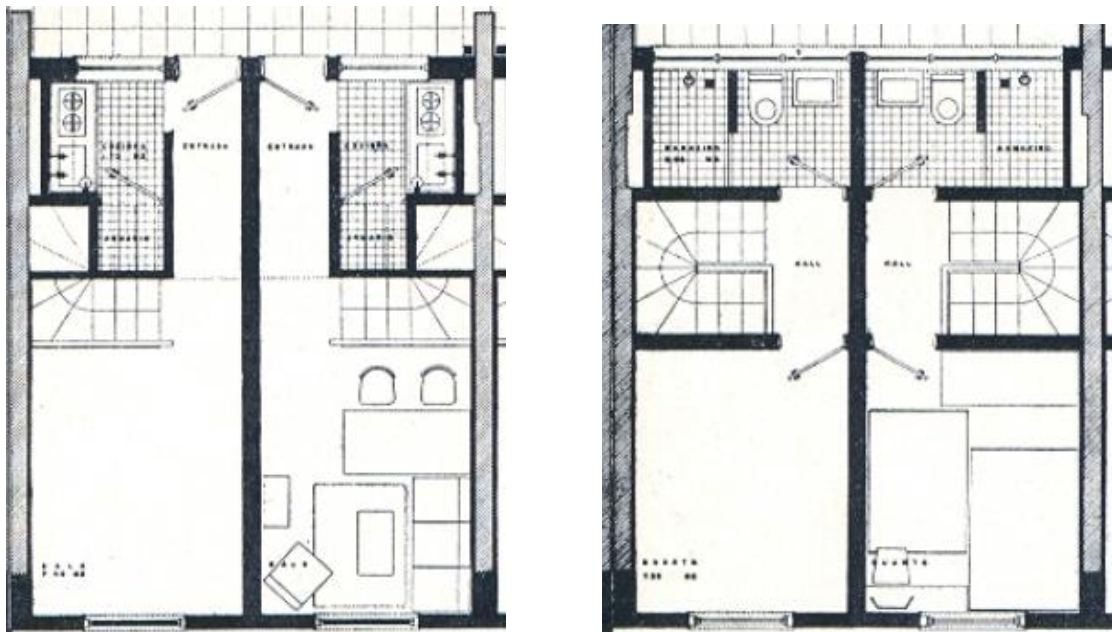


Figura 47: planta baixa do 1º e 2º pavimentos da tipologia duplex

A tipologia flexível irá seguir mesma distribuição em dois andares: o primeiro pavimento é destinado a uma pequena entrada, sala de estar/refeições e cozinha, e o segundo pavimento há os três quartos, ou a sua possibilidade de uma unidade de quatro quartos e outra com apenas dois quartos.

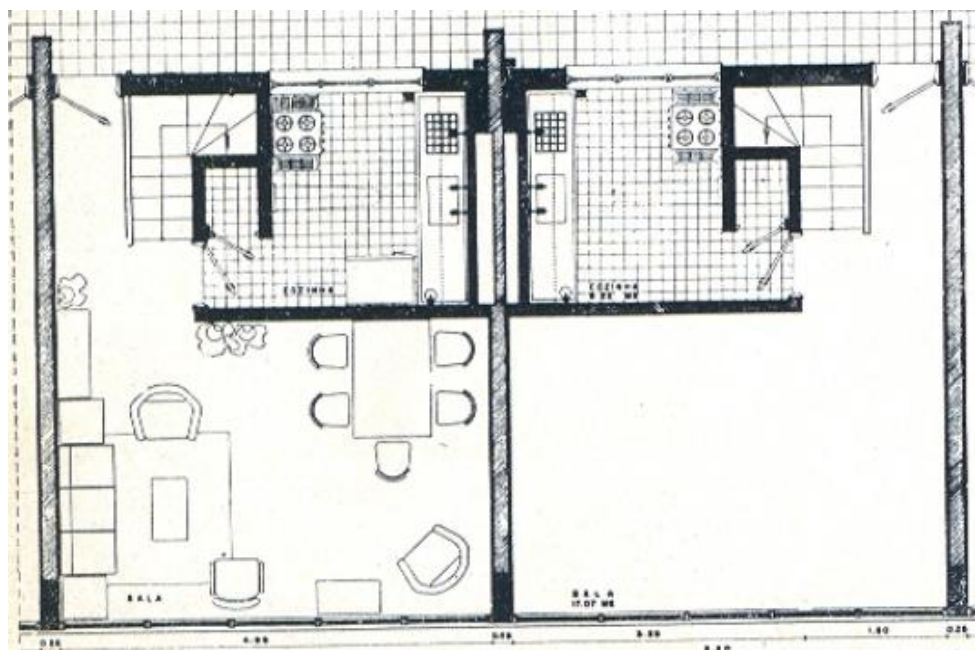


Figura 48: planta baixa da tipologia flexível: 1º andar

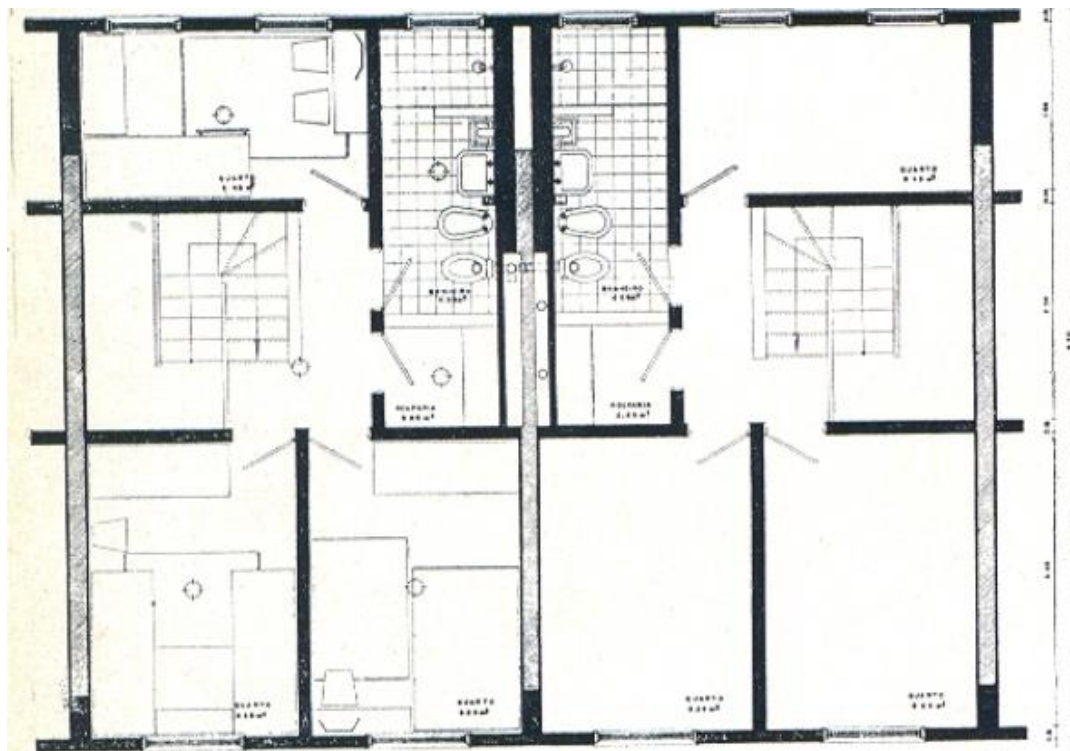


Figura 49: planta baixa da tipologia flexível - 2º andar

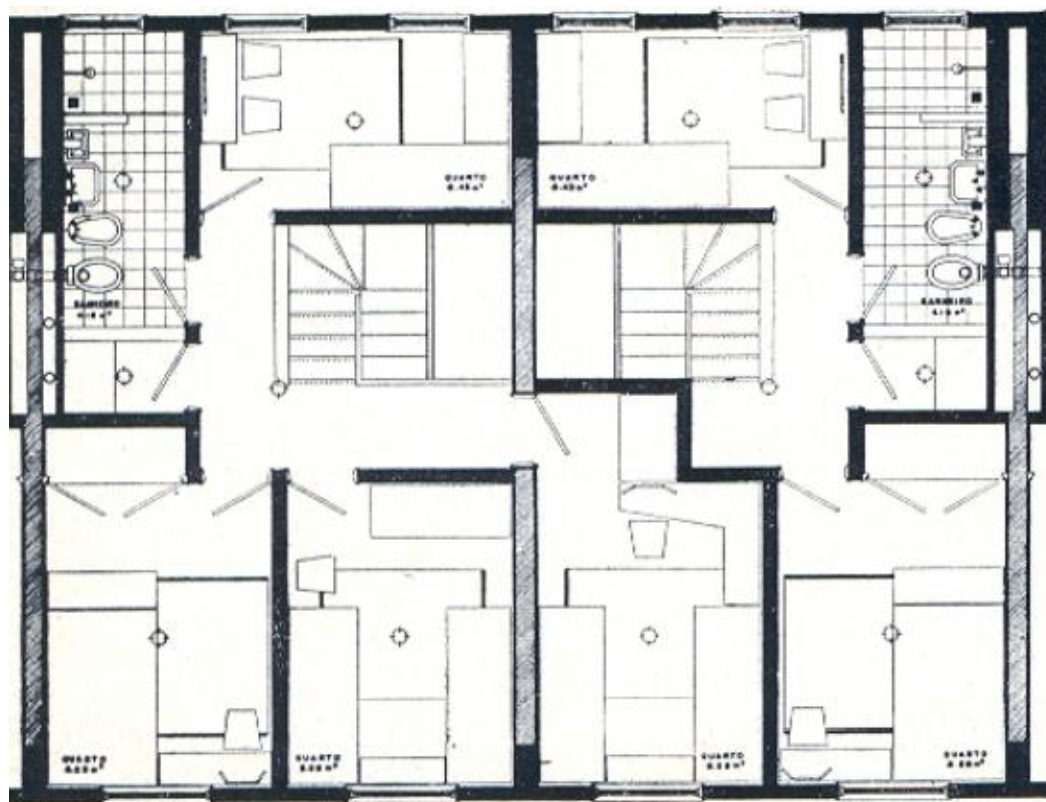


Figura 50: planta baixa da tipologia flexível de 4 e 2 quartos - 2º andar

4.4 - CONJUNTO RESIDENCIAL DE PAQUETÁ



Figura 51: Foto da localização do Conjunto Residencial de Paquetá– fonte: google earth 02/2022



Figura 52: Foto dos sobados do conjunto de Paquetá. Fonte: Arquitetura Moderna no Brasil

De acordo com Nascimento, esse conjunto não estava previsto no plano habitacional traçado por Carmen Portinho no DHP. Ele surgiu, assim como os outros, como resposta ao problema de moradia da ilha que havia atraído farto número de imigrantes devido à atividade turística crescente, para trabalhar no setor de serviço e acabaram por ocupar barracos e cortiços.

Em 1949 um funcionário do Prefeitura do Distrito Federal, Ary de Andrade organizou um abaixo assinado com o nome de 88 moradores da ilha e servidores do PDF, solicitando ao prefeito Mendes de Moraes – que era proprietário de uma casa na ilha e convivia com o problema do aumento das favelas – uma solução para a falta de moradias dignas. (NASCIMENTO, 2008, p. 163)

O projeto, de autoria de Francisco Bolonha, data de 1949 e foi inaugurado em 1952. Consistia em dois blocos laminares de sobrados, um bloco circular, casa do administrador, playground, campo de basquete e jardim. Em 1952 foram inaugurados os blocos laminares com 27 apartamentos – um com 16 e outro com 11 unidades – e a casa do administrador. Playground, campo de basquete e jardim ficaram prontos alguns anos depois. Já o bloco circular, que englobaria 28 sobrados, não chegou a ser construído.

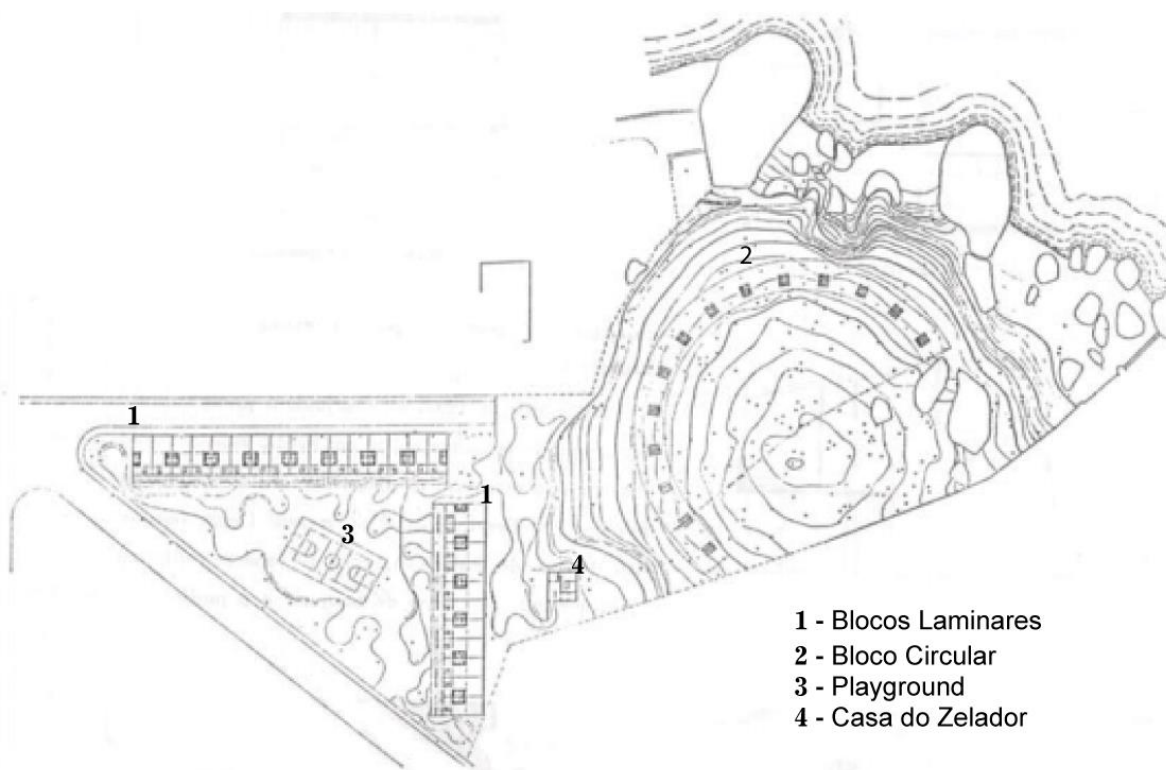


Figura 53: planta de implantação do conjunto de Paquetá. Fonte: Revista Municipal de Engenharia.

O projeto destoa dos demais projetos elaborados pelo DHP principalmente devido à sua escala, a conformação em sobrados enfileirados e a presença de quintal com área de serviço, sendo o único dos quatro projetos a possibilitar tal atividade no interior das residências. (NASCIMENTO, 2008)

Além disso, não há a previsão de equipamentos coletivos como a lavanderia mecanizada, o mercado, posto de saúde e escola, pois a quantidade de unidades residenciais não justificava a infraestrutura destes que poderiam ser acessados com facilidade em distância aceitável aos ideais do Departamento, já que se tratava de um território de implantação de escala menor.

Como dito, as unidades residenciais desse conjunto divergem em comparação com os demais conjuntos. São sobrados de dois pavimentos, onde no andar térreo havia uma sala de pé direito uma vez e meia maior que o do restante da casa, copa, cozinha com área de serviço voltada para um quintal. No andar superior temos dois quartos e um banheiro.

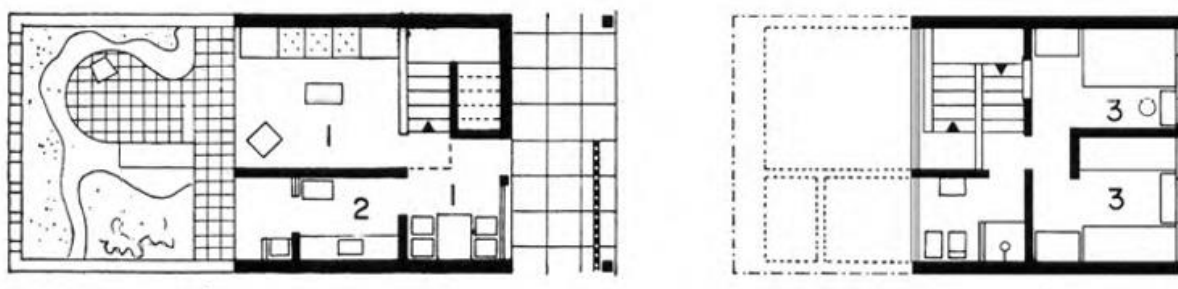


Figura 54: Planta baixa do sobrado do Conjunto Residencial de Paquetá. (MINDLIN, 2000, p.154)



Figura 55 - Conjunto Residencial de Paquetá 2021. Fonte: google earth 10/2021



Figura 56 - entrada conjunto residencial de Paquetá 2017. Fonte: google streetview 10/2021



Figura 57 - conjunto residencial de Paquetá 2017. Fonte: google streetview 10/2021

5. ANÁLISES DOS PROJETOS

A partir dos casos apresentados e tomando como referência mais uma vez, o debate trazido por Zaida Muxí, mesmo que dentro de um contexto europeu, podemos ainda sim afirmar que “o espaço doméstico teve poucas variações, porque as relações profundas que o marcam não mudaram” (MUXÍ, 2018, tradução da autora, paginação variável).

A partir do momento que podemos perceber a manutenção da sociedade capitalista patriarcal, podemos igualmente afirmar que não ocorreram mudanças significativas na forma como os espaços são produzidos e na maneira como habitamos. Logo, as mulheres permanecem em posição de desigualdade em relação aos homens e continuam sendo as únicas encarregadas das tarefas domésticas, ou seja, do trabalho reprodutivo.

Ao ter realizado breve apresentação do contexto social, dos pensamentos feministas da época – assim como os da própria Carmen Portinho através das suas publicações – e dos projetos dos Conjuntos idealizados pelo Departamento, busca-se entender a partir do cruzamento desses dados como essas Unidades, então, poderiam refletir uma mudança para as mulheres na sociedade, em sua forma de habitar e se estabelecer socialmente.

Dito isso, com o intuito de traçar uma análise comparativa entre os quatro conjuntos, foi elaborada uma tabela (figura 58) contendo a quantidade de unidades habitacionais, e as informações referentes aos equipamentos coletivos propostos em contraponto com os que de fato foram construídos.

A tabela abaixo traz então um resumo comparativo dos equipamentos coletivos de cada um dos Conjuntos Residenciais, contrapondo o projetado com o construído. Assim, conseguimos ver que os conjuntos do Pedregulho, Gávea e Vila Isabel possuíam grandes ambições referentes à execução dos ideais do conceito de Unidade de

Vizinhança. Paquetá se apresenta como exceção devido ao motivo já exposto anteriormente, da sua menor escala em comparação com os outros três. Esse projeto, no entanto, apresenta equipamento de lazer, quadra esportiva, localizada entre os blocos residenciais construídos, diferentemente do conjunto da Gávea e Vila Isabel, cujos equipamentos ficaram apenas no papel.

EQUIPAMENTOS	PEDREGULHO (1947-1958)		GÁVEA (1952-1964)		VILA ISABEL (1954-1960)		PAQUETÁ (1949-52)	
	P	C	P	C	P	C	P	C
EDUCAÇÃO								
CRECHE								
LAVANDERIA COLETIVA MECANIZADA								
POSTO DE SAÚDE								
LAZER								
MERCADO								
TEATRO / CINEMA								
Nº APARTAMENTOS	488	297	748	328	828	72	56	27

P – Projetado

C - Construído

Figura 58: Tabela comparativa dos Conjuntos Residenciais fonte: elabora pela autora

Verifica-se o comprometimento em realizar a construção de unidades de vizinhança de acordo com os ideais defendidos por Portinho, em seus artigos, compreendendo “não só os blocos de habitações como também os edifícios para o funcionamento do comércio local e, ainda, outras edificações destinadas a instalações de creches, escolas maternas e primárias, clínicas, bibliotecas, clubes, etc.” (PORTINHO,1946)

A preocupação de se ter equipamentos do cotidiano próximos às residências dos moradores, se apresenta em todos os Conjuntos Residenciais, com exceção ao de Paquetá, por conta da sua escala reduzida. Logo, o comprometimento por parte da equipe do DHP é reconhecido, não se reconhecendo, porém, o comprometimento por parte do poder público, devido a não implementação de grande parte dos equipamentos.

Assim, chama a atenção o Conjunto Residencial do Pedregulho em relação aos demais conjuntos pelo fato de ter tido maior parte do seu projeto original respeitado.

Pode-se dar algumas justificativas em relação a isso, dentre elas o êxito na decisão de Portinho por iniciar sua obra pelos equipamentos coletivos.

O equipamento referente à creche, no entanto, não foi realizado nem no Conjunto do Pedregulho nem nos demais, sendo uma grande perda para o ideal da unidade de vizinhança, ao levar em conta o empenho de Portinho de proporcionar uma maior qualidade de vida para as mulheres.

Nota-se também a ausência da proposta de teatro e/ou cinema nos conjuntos do Pedregulho, Gávea e Paquetá, ocorrendo apenas no conjunto de Vila Isabel. Como já mencionado anteriormente, este conjunto foi o de maior ambição do DHP, sendo, infelizmente, também o de menor respeito ao projeto original oferecido pelo Departamento.

A implantação das unidades de Vizinhança, com as moradias e seus prolongamentos, modifica “a relação entre o público e o privado, rompendo-se as fronteiras que os separavam e criando-se a noção de que não se habita apenas a casa e sim um conjunto de equipamentos e serviços coletivos.” (BONDUKI, 2017, p.156). Um exemplo marcante desse novo habitar se dá através da polêmica retirada da área de serviço de dentro das casas, promovendo as lavanderias coletivas. Dito isso, apresento algumas análises referentes às relações estabelecidas entre conjunto e células habitacionais.

Primeiro, considerando que um dos aspectos prezados no estabelecimento de uma unidade de vizinhança seria o de aproximação das moradias com os equipamentos públicos, e da crença de Portinho que essa proximidade melhoraria a vida das mulheres, “Um mercado e a instalação de lojas próximas das habitações, facilitará muito, à dona de casa, o trabalho das compras” (PORTINHO, 1946), realiza-se um breve estudo sobre as distâncias reais entre essas instalações, tomando como exemplo o Conjunto Residencial do Pedregulho e o bloco A, bloco escolhido por ser o que possui maior distância entre os apartamentos e os equipamentos coletivos.

Foi realizada uma simulação de tempos de deslocamento⁷ a pé de uma pessoa pensando na rotina feminina, abrangendo duas situações. A primeira, considerando o trabalho de levar a roupa para lavar e fazer compras para o preparo das refeições das famílias. Simulação exibida na figura 59. A segunda situação considera o percurso até a escola. Esse cenário possui duas possibilidades, uma considera que as mulheres levariam os filhos para a escola, sendo mais uma tarefa no seu dia. A segunda se baseia nas convicções de Portinho ao projetar um espaço que preserva as crianças da presença dos carros, tornando mais seguro o caminhar das mesmas. Assim, os filhos poderiam ir sozinhos para a escola. Essa simulação está exibida na figura 60. Ambos os trajetos resultaram em um tempo variável de 5 à 6 minutos.

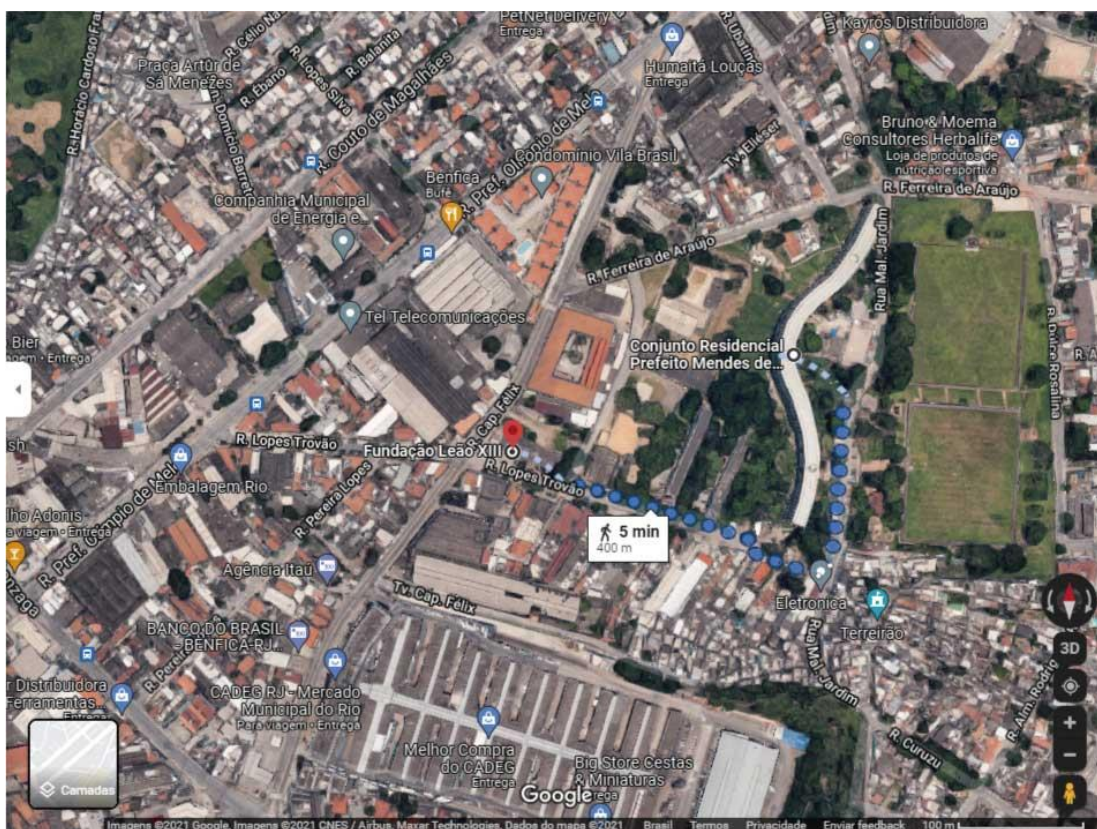


Figura 59: deslocamento do bloco A do Conjunto do Pedregulho ao mercado/lavanderia

⁷ Foi utilizada a ferramenta do google para traçar rotas e prever o tempo que uma pessoa faria um determinado percurso. A ferramenta foi utilizada com um ponto fixo, o do bloco A, o posicionando na área de circulação vertical mais distante das travessias de saída do bloco A. Os outros pontos variaram entre as situações descritas. Na primeira situação, o ponto B foi posto no mercado/lavanderia. Na segunda situação, o ponto B foi colocado na escola. Esse tempo, no entanto, não considerou o deslocamento de dentro de casa até a saída do edifício.

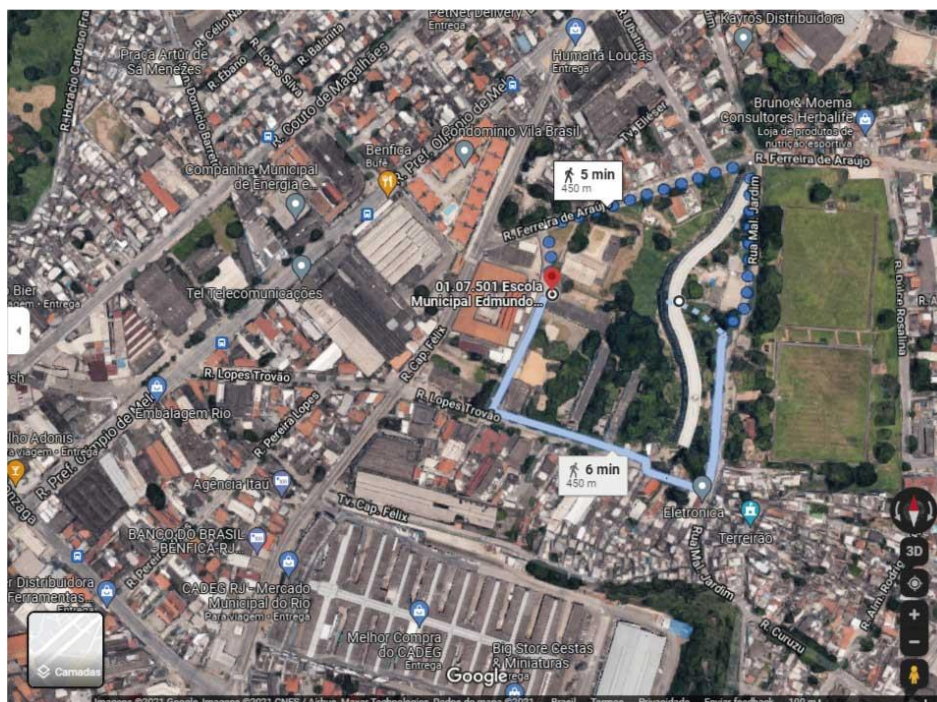


Figura 60: deslocamento do bloco A do Conjunto do Pedregulho à escola

As unidades residenciais mantêm um determinado modelo, respeitando o conceito de habitação mínima, proporcionando ventilação cruzada, variação tipológica de um a quatro quartos, garantindo quartos separados para pais, filhos e filhas a depender do tamanho da família, com metragens de 35 a 70m² com algumas variantes, entre outros, já citados anteriormente no terceiro artigo da série sobre Habitação popular de Portinho.

APARTAMENTOS	PEDREGULHO	GÁVEA	VILA ISABEL	PAQUETÁ
1 QUARTO	~ 32m ²	~ 25m ²	~ 30m ²	
2 QUARTOS	~ 74m ²	~ 38m ²	~ 60m ²	45m ²
3 QUARTOS	~ 65m ²	~ 70m ²	~ 70m ²	
4 QUARTOS			~ 80m ²	

Figura 61: Tabela comparativa da metragem dos apartamentos dos Conjuntos Residenciais
fonte: elabora pela autora

Todas as unidades mantêm um certo padrão na distribuição espacial da casa, sendo em um ou dois pavimentos. Essa se consiste em: uma pequena entrada (circulação), sala de estar/refeições, cozinha, quartos e banheiro. Algumas possuem varandas e apenas a unidade do Conjunto Residencial de Paquetá vai exibir um quintal e área de serviço. Muitas delas também possuem rouparia ou armário. Essa distribuição

se dá da seguinte maneira na planta de dois quartos do bloco A do Conjunto Residencial do Pedregulho:



Figura 62: Distribuição espacial da planta de dois quartos do bloco A do Conjunto Residencial do Pedregulho. Escala 1:100. Fonte: elabora pela autora

Os cômodos citados acima são separados entre ambiente social e íntimo, principalmente nos apartamentos duplex. Tal divisão não se dava sem razão, era uma proposta importante tanto para questões econômicas, ao concentrar instalações, quanto para responder às questões higienistas, já que ao separar o social do íntimo, estaria se evitando a tão temida promiscuidade. Por ambientes sociais foram considerados a sala de estar/jantar e varanda, e por ambientes íntimos quartos e banheiros. Divisão deduzida ao ponderar que se os quartos são destinados a separar os familiares então as salas seriam os espaços de união dessa família.



Figura 63: relação íntimo x social na planta baixa da tipologia de dois quartos do Bloco A do Conjunto Residencial do Pedregulho. Escala 1:100. (desenho elaborado pela autora)

Desse modo, pode ser interpretado que a cozinha não se enquadra em nenhuma dessas duas classificações, sendo o espaço designado apenas para as mulheres exercerem seu papel de cuidadoras da família.

Dito isso, se verifica o isolamento dado ao cômodo da cozinha, sendo colocado na maioria dos projetos logo ao lado da porta de entrada, sendo vista apenas nesse momento de entrada e saída, não mantendo contato com o restante da residência. É possível então, se o habitante não realizar atividades na cozinha, passar o dia inteiro sem olhar para ela. Além disso, o espaço destinado para esse ambiente não acomoda mais de uma pessoa ao mesmo tempo, só comportando uma pessoa, e sabemos que essa pessoa será a mulher. Mostrando, dessa forma, a invisibilidade do trabalho e das próprias mulheres dentro das casas estudadas. Abaixo verificamos esse dado, com as plantas dos quatro conjuntos postas lado a lado para fins comparativos.



Figura 64: plantas baixas dos apartamentos dos Conjuntos Residenciais de Pedregulho, Gávea (bloco curvo) e Vila Isabel. Escala 1:100. (desenho elaborado pela autora)

O projeto de Paquetá parece se afastar um pouco dessa concepção ao apresentar um diálogo entre cozinha e copa – localizada entre porta da cozinha e porta de entrada – e não somente ao corredor de entrada, como nos outros casos. Porém, a copa acaba por se tornar mais desconectada dos demais espaços. Além de que, as pequenas dimensões destinadas a cozinha se mantêm.

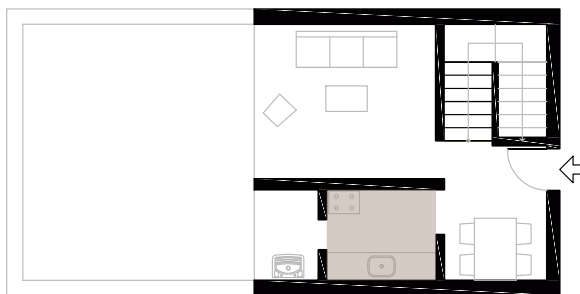


Figura 65: planta do 1º pavimento da unidade do Conjunto Residencial de Paquetá. Escala 1:100. Fonte: elaborado pela autora.

O dimensionamento reduzido dado às cozinhas também evidencia a hierarquia espacial⁸ existente nas unidades dos conjuntos. Como, por exemplo, os dimensionamentos dos quartos, que deixam claro que o maior é destinado aos pais da família, por ser o único que as dimensões permitem acomodar uma cama de casal.

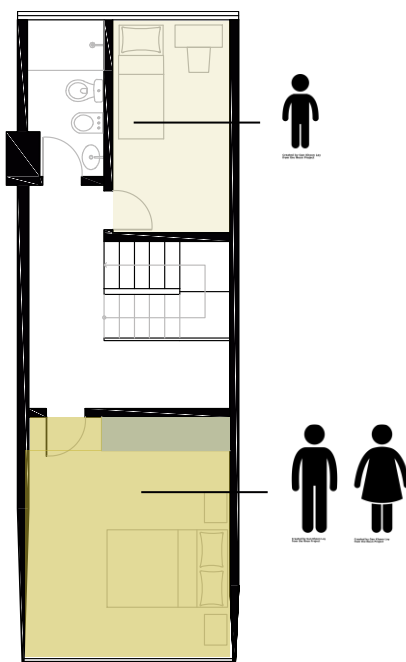


Figura 66: dimensionamento dos quartos da tipologia duplex do bloco A do Conjunto Residencial do Pedregulho. Escala 1:100. Fonte: elabora pela autora

⁸ Análise feita a partir da leitura da cartilha de Zaida Muxí, “Recomendações para um habitar não hierárquico nem androcêntrico” de 2009, opção escolhida como uma possível atualização de um método de leitura dos conjuntos do DHP, entendendo a distância temporal e questões contextuais que os envolvem.

Evidenciando a hierarquia patriarcal existente, contudo, não teria como ter sido projetado de forma diferente tendo em vista os limites impostos pela época.

A exceção dessa vez se dá na planta residencial do conjunto de Vila Isabel, onde percebe-se uma maior igualdade entre os dimensionamentos de pelo menos um dos quartos de cama de solteiro e o de cama de casal, postos lado a lado.



Figura 67: planta baixa do 2º pavimento do apartamento de 2 e 3 quartos do Conjunto Residencial de Vila Isabel. (desenho elaborado pela autora)

Foram elencadas as possíveis atividades relacionadas as tarefas domésticas realizadas por mulheres dentro dos conjuntos: cuidar dos filhos, limpar a casa, cozinhar, ir ao mercado, limpar e armazenar roupas, armazenar alimentos, etc.

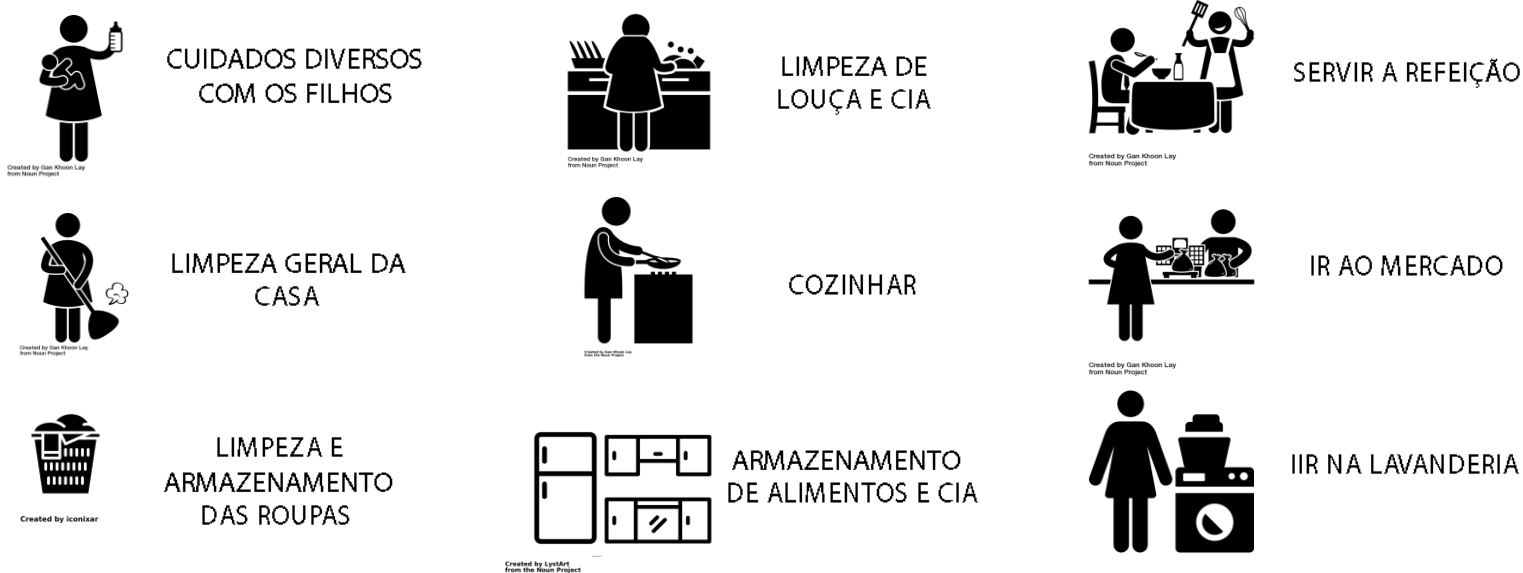


Figura 68: ícones ilustrando as tarefas domésticas realizadas por mulheres (compilado da autora)⁹

⁹ Ícones foram acessados no site <https://thenounproject.com/>

As atividades foram pensadas a partir de dois fluxos: o fluxo da comida e o fluxo da roupa. O primeiro contempla as etapas de ida ao mercado, guardar as compras, preparar a comida, lavar a louça e o que mais for necessário após o preparo da comida, colocar a mesa, servindo a refeição, retirar a mesa pós refeição, e novamente limpar o que tem que ser limpo. Este é ilustrado também na figura abaixo.



Figura 69: ilustração do fluxo da comida. (compilado da autora)

O segundo fluxo, o da roupa, considerou as seguintes etapas, iniciando o ciclo pela roupa suja: juntar as roupas sujas de todos os cômodos, levar para a lavanderia, buscar na lavanderia, guardar todas as roupas nos respectivos armários.

Assim sendo, as referidas análises dos Conjuntos Residenciais do DHP serão apresentadas a seguir.

5.1 - PEDREGULHO – BLOCO A – duplex com 2 quartos

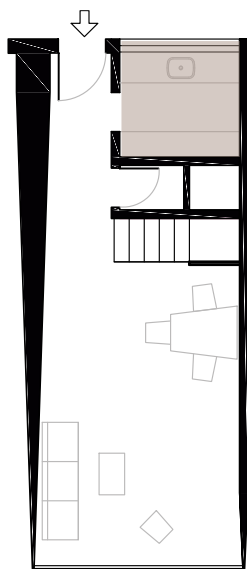
- DIVISÃO ESPACIAL



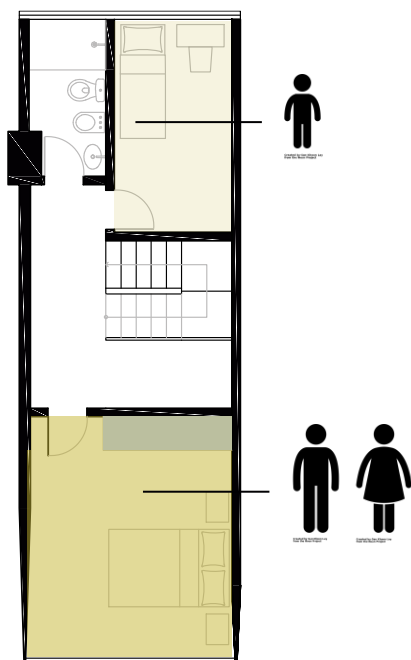
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



- TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS



LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA



SERVIR A REFEIÇÃO



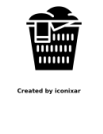
LIMPEZA GERAL DA
CASA



COZINHAR



IR AO MERCADO



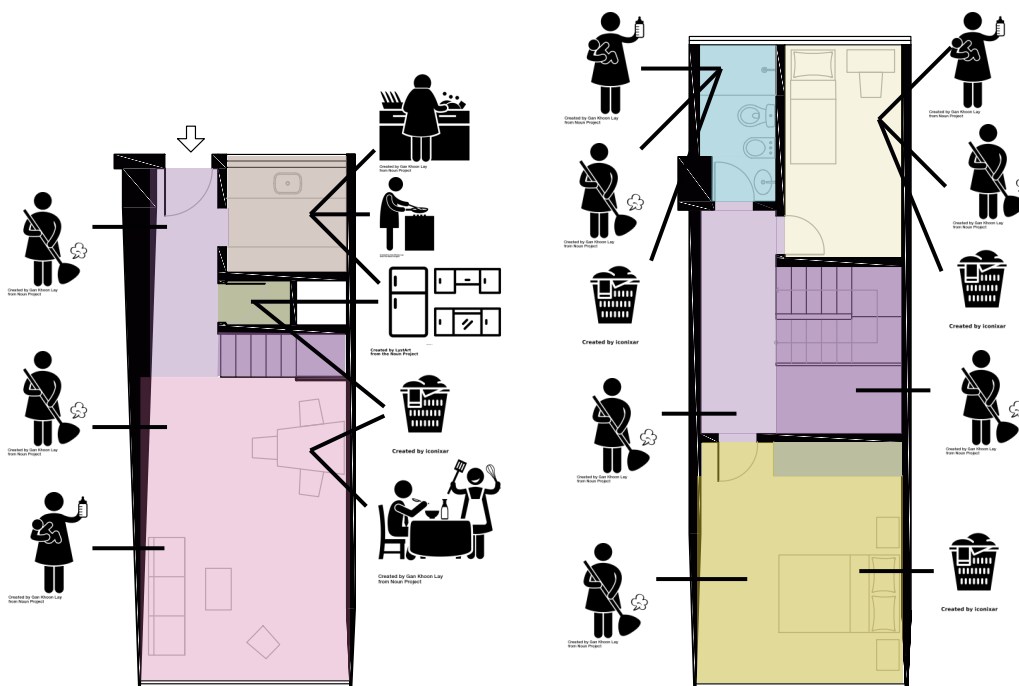
LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS



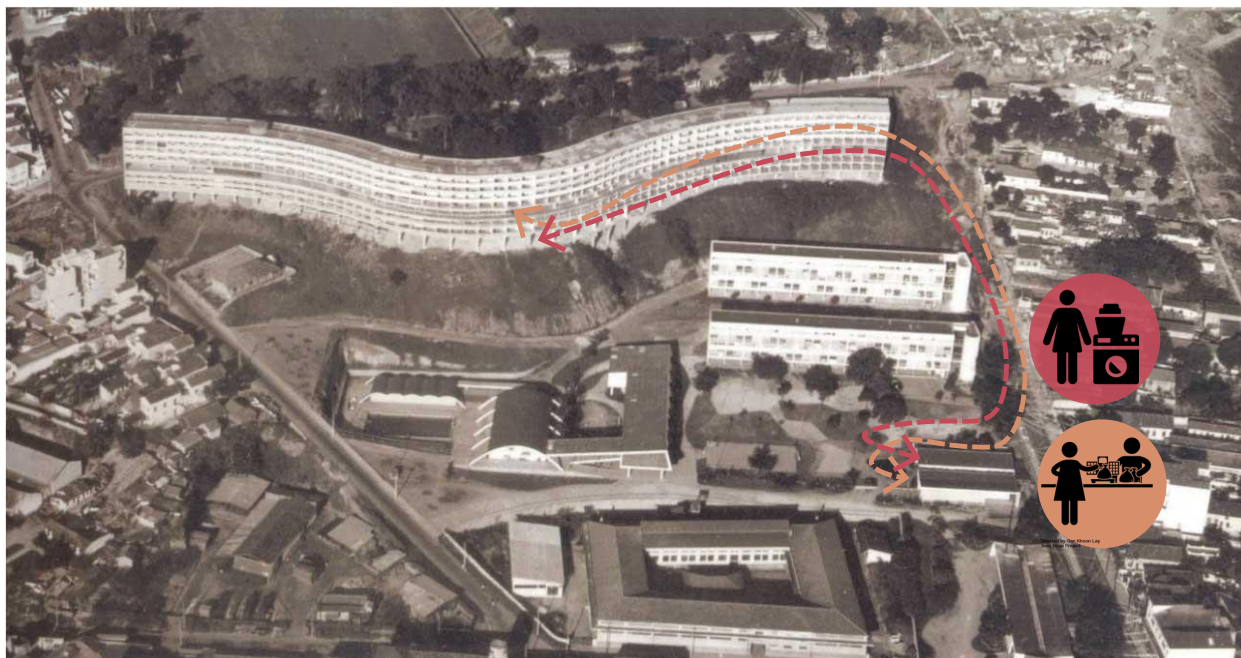
ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA



IR NA LAVANDERIA

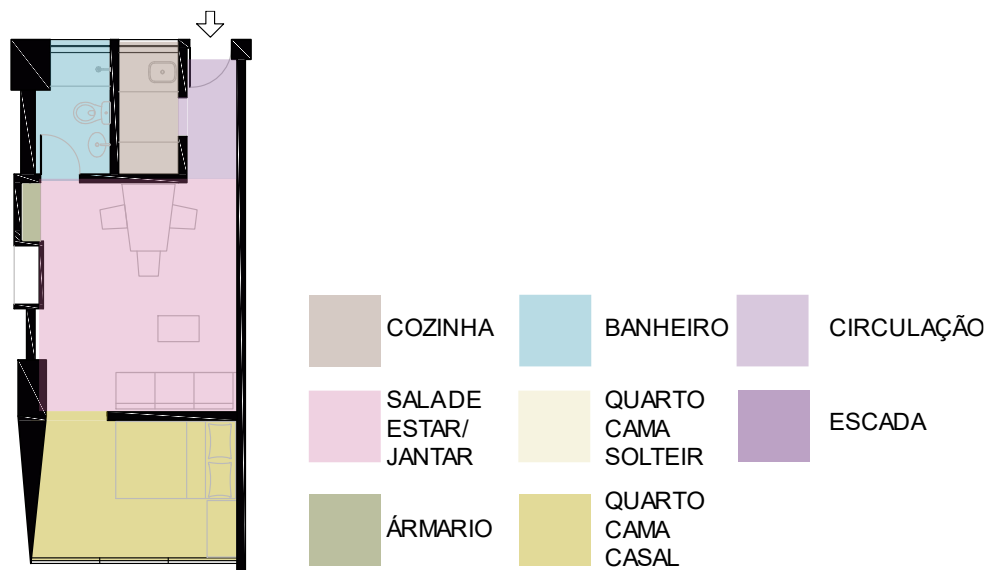


- FLUXO DA COMIDA E ROUPA

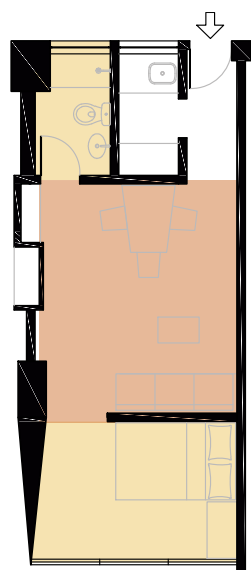


5.2 - PEDREGULHO – BLOCO B – 1 quarto

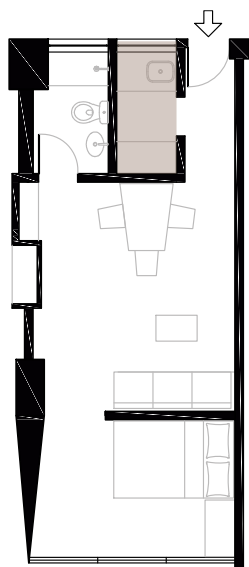
- DIVISÃO ESPACIAL



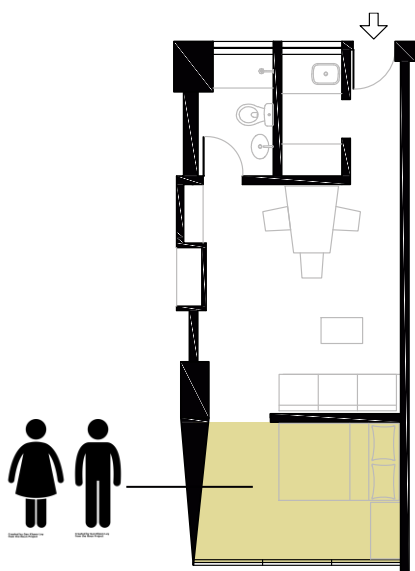
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



- TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS

Created by Stan Akhmet-Lay
from Noun Project



LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA

Created by Stan Akhmet-Lay
from Noun Project



SERVIR A REFEIÇÃO

Created by Stan Akhmet-Lay
from Noun Project



LIMPEZA GERAL DA
CASA

Created by Stan Akhmet-Lay
from Noun Project



COZINHAR

Created by Stan Akhmet-Lay
from Noun Project



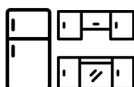
IR AO MERCADO

Created by Stan Akhmet-Lay
from Noun Project



LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS

Created by Iconiclar

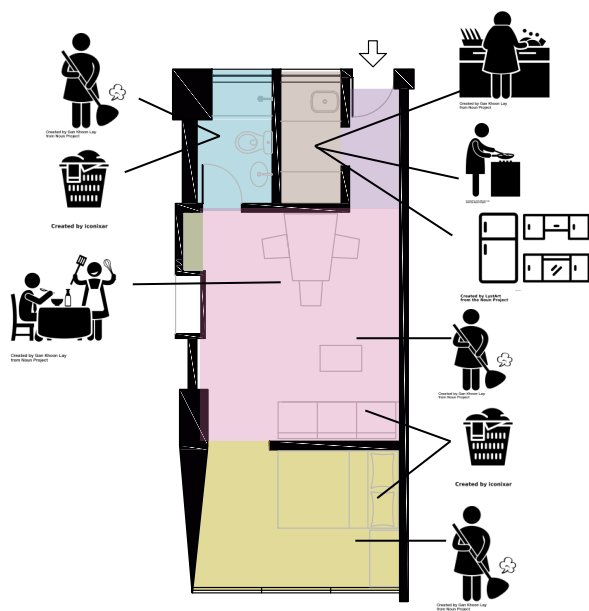


ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA

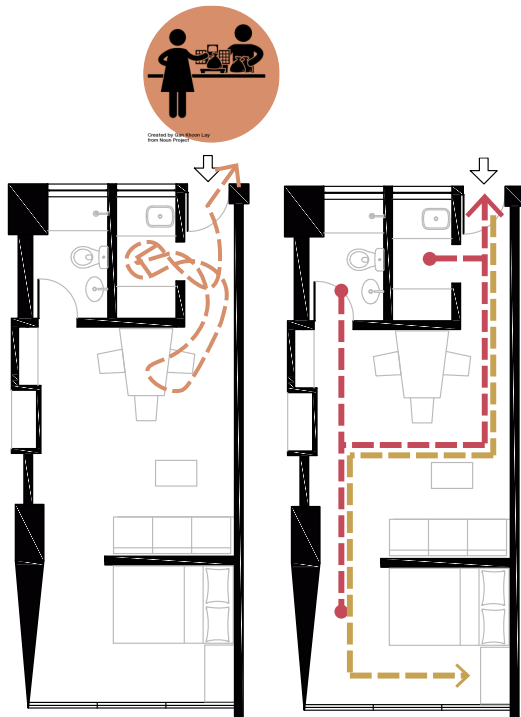
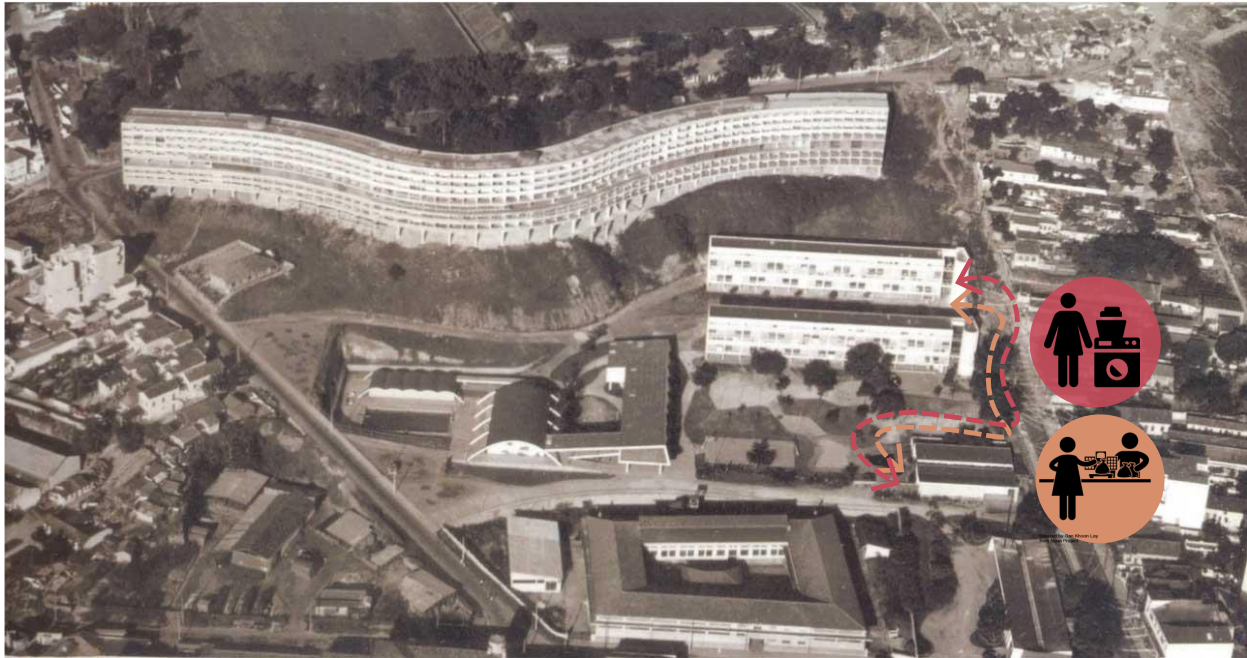
Created by Larkins
from the Noun Project



IR NA LAVANDERIA

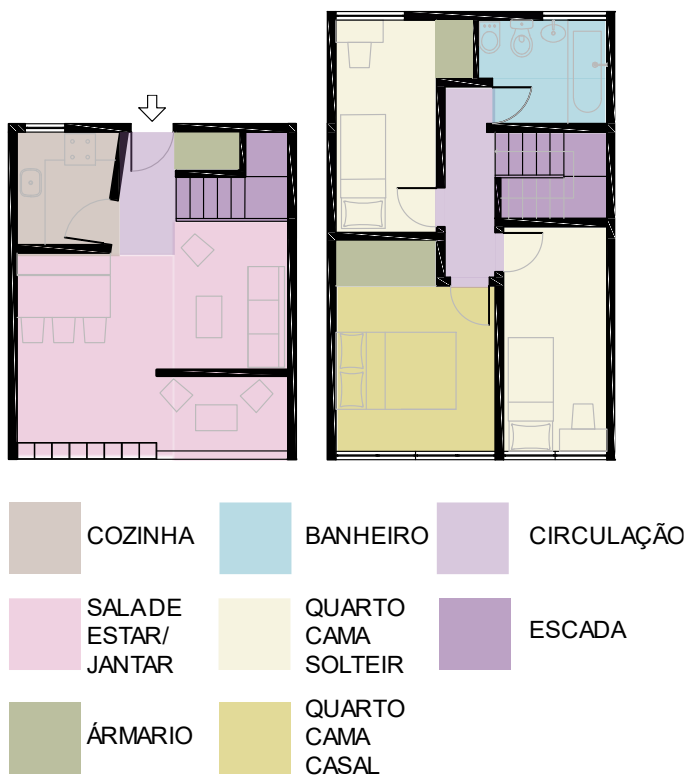


- FLUXO DA COMIDA E ROUPA



5.3 - PEDREGULHO – BLOCO B – duplex com 2 quartos

- DIVISÃO ESPACIAL



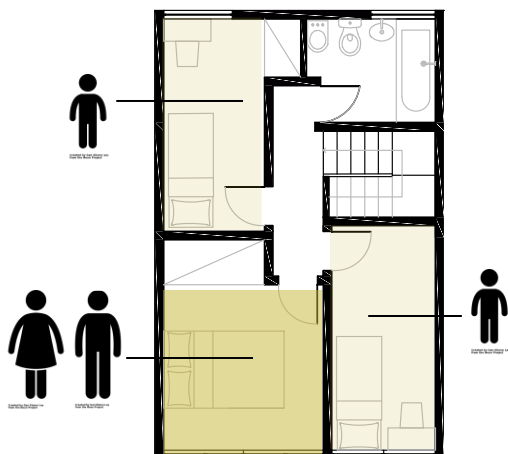
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



- TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS

Created by Gisele Ribeiro-Lay
From Nourish Project



LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA

Created by Gisele Ribeiro-Lay
From Nourish Project



SERVIÇO A REFEIÇÃO

Created by Gisele Ribeiro-Lay
From Nourish Project



LIMPEZA GERAL DA
CASA

Created by Gisele Ribeiro-Lay
From Nourish Project



COZINHAR

Created by Gisele Ribeiro-Lay
From Nourish Project



IR AO MERCADO

Created by Gisele Ribeiro-Lay
From Nourish Project



LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS

Created by Iconair

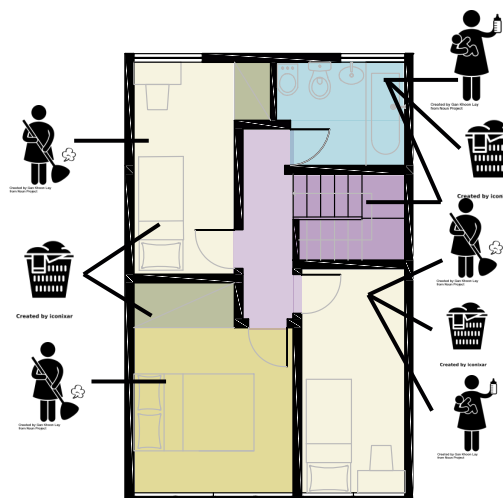
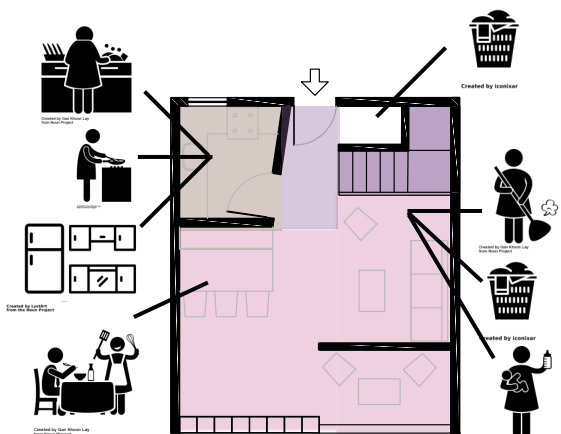


ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA

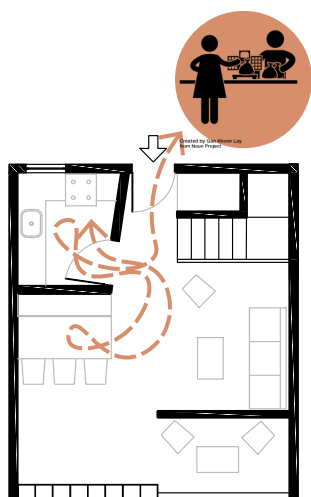
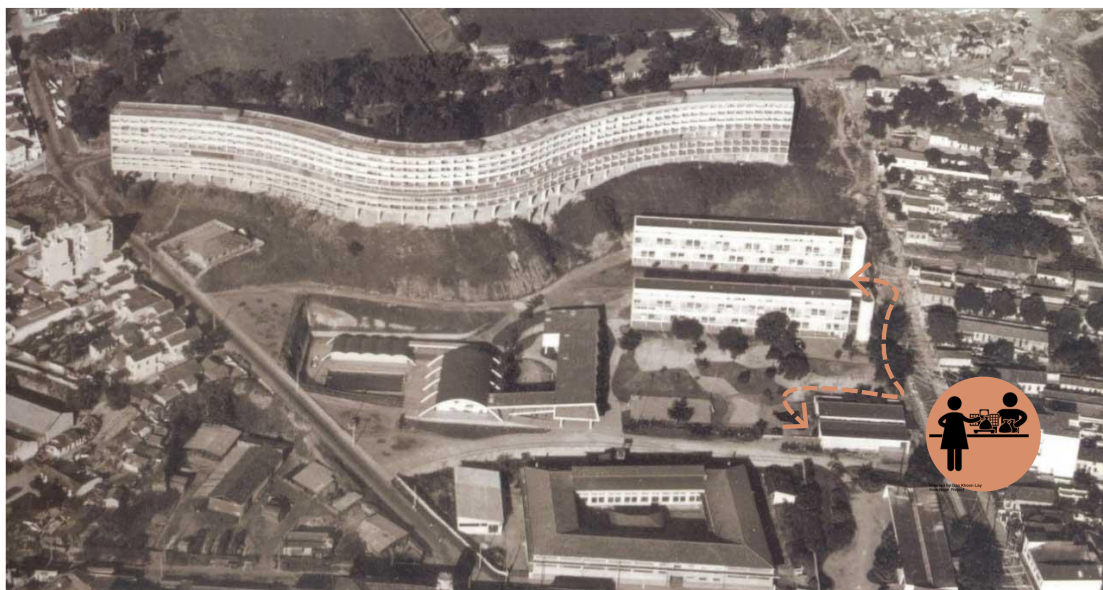
Created by Iconair
From the Nourish Project



IR NA LAVANDERIA



- FLUXO DA COMIDA

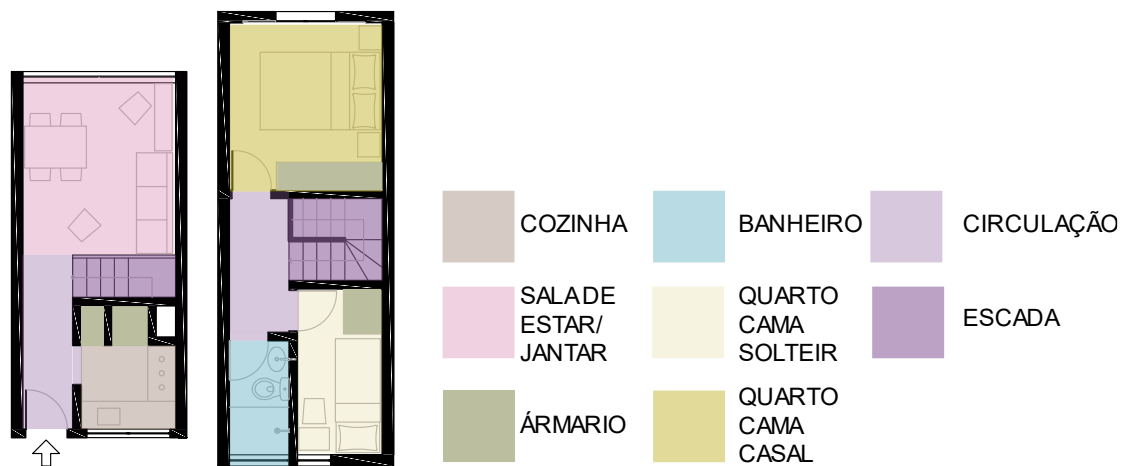


- FLUXO DAS ROUPAS



5.4 - GÁVEA – BLOCO CURVO – duplex com 2 quartos

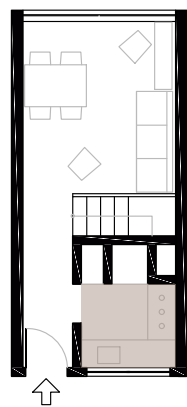
- DIVISÃO ESPACIAL



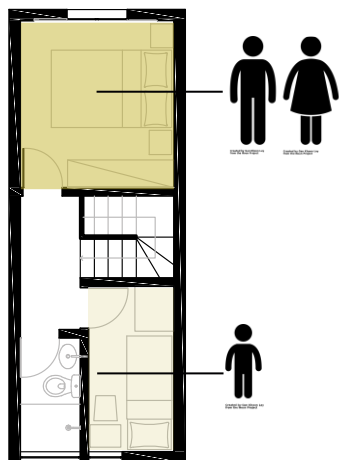
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



- TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS COM OS FILHOS



LIMPEZA DE LOUÇA E CIA



SERVIR A REFEIÇÃO



LIMPEZA GERAL DA CASA



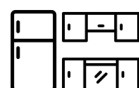
COZINHAR



IR AO MERCADO



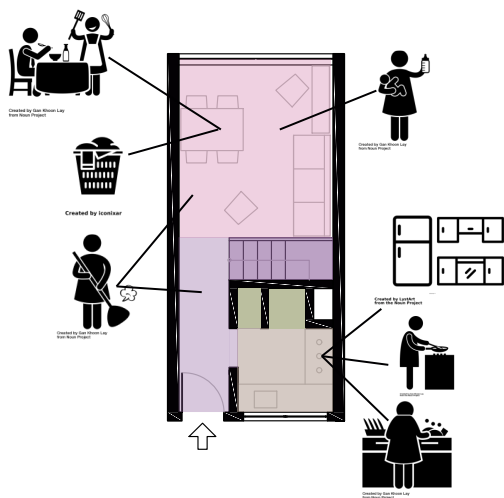
LIMPEZA E ARMAZENAMENTO DAS ROUPAS



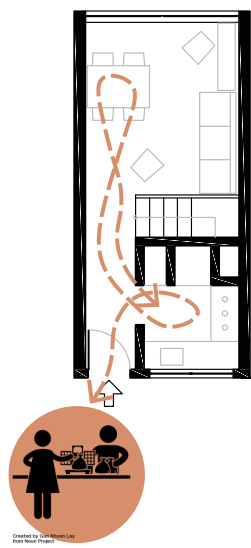
ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS E CIA



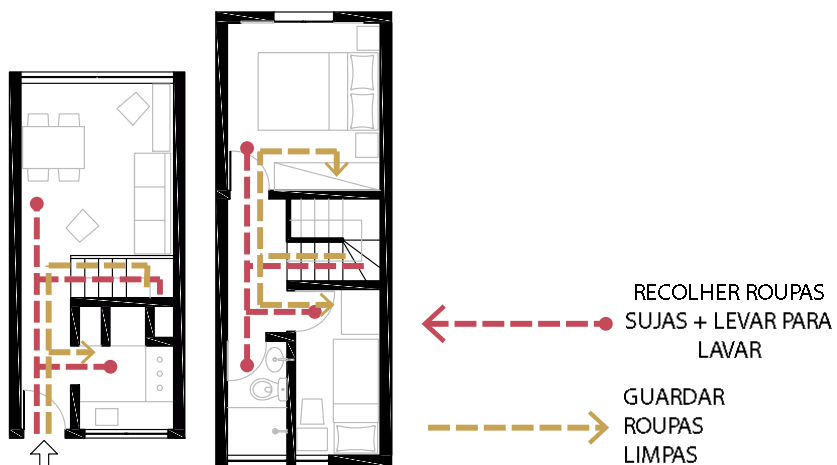
IR NA LAVANDERIA



- FLUXO DA COMIDA



- FLUXO DAS ROUPAS

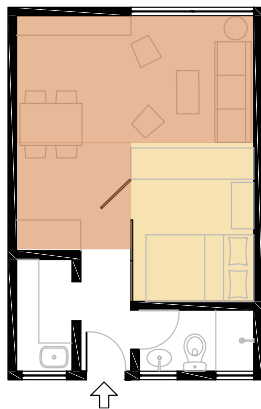


5.5 - GÁVEA – BLOCO CURVO – 1 quarto

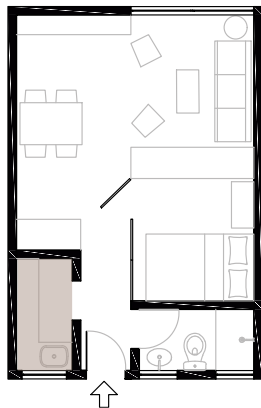
- DIVISÃO ESPACIAL



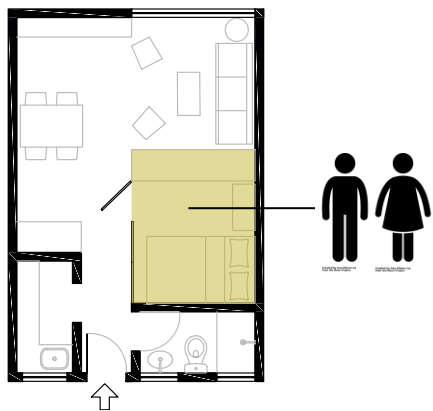
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



- TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS



LIMPEZA GERAL DA
CASA



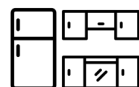
LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS



LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA



COZINHAR



ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA



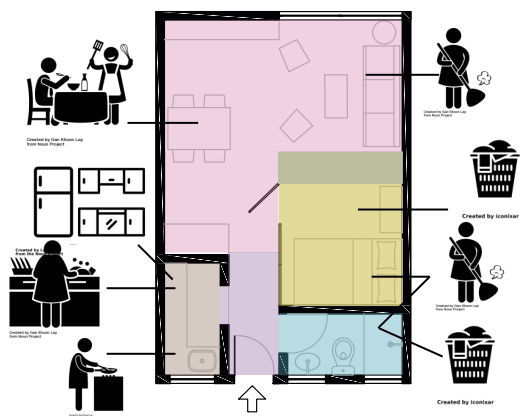
SERVIR A REFEIÇÃO



IR AO MERCADO



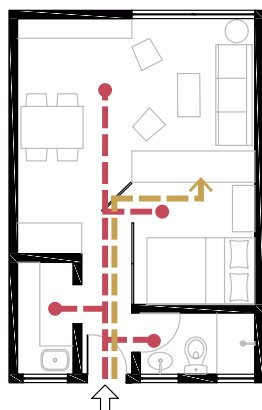
IR NA LAVANDERIA



- FLUXO DA COMIDA

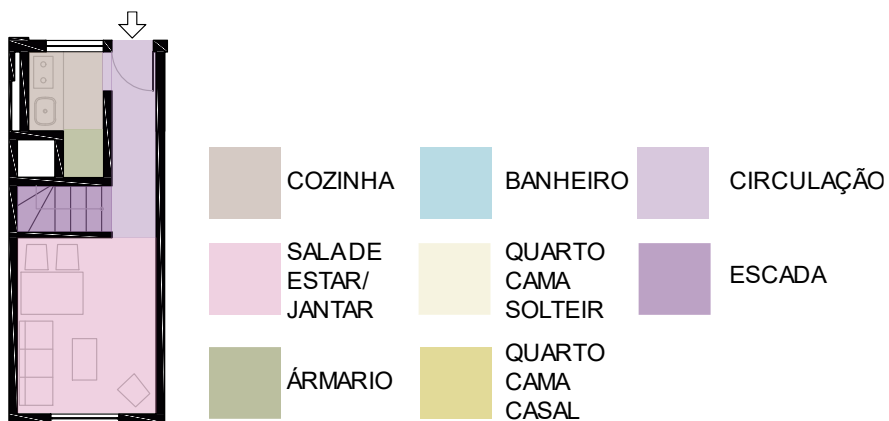


- FLUXO DAS ROUPAS



5.6 – VILA ISABEL – 1 quarto

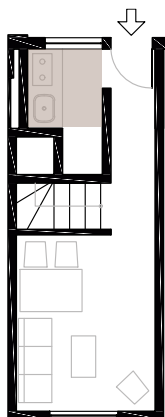
- DIVISÃO ESPACIAL



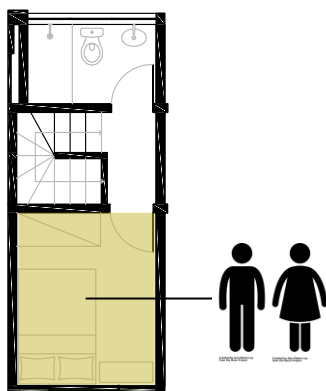
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



- TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



SERVIR A REFEIÇÃO

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



LIMPEZA GERAL DA
CASA

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



COZINHAR

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



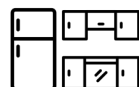
IR AO MERCADO

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS

Created by Isomilar



ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA

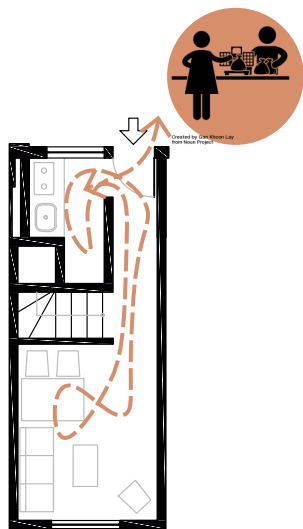
Created by Isomilar
from Niles Project



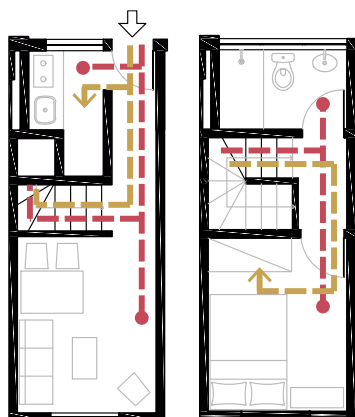
IR NA LAVANDERIA



- FLUXO DA COMIDA

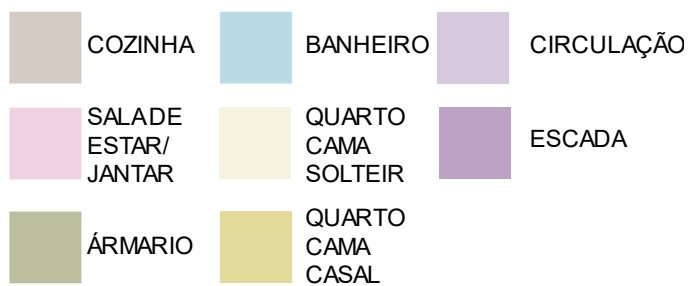


- FLUXO DAS ROUPAS



5.7 – VILA ISABEL – tipologia flexível

- DIVISÃO ESPACIAL



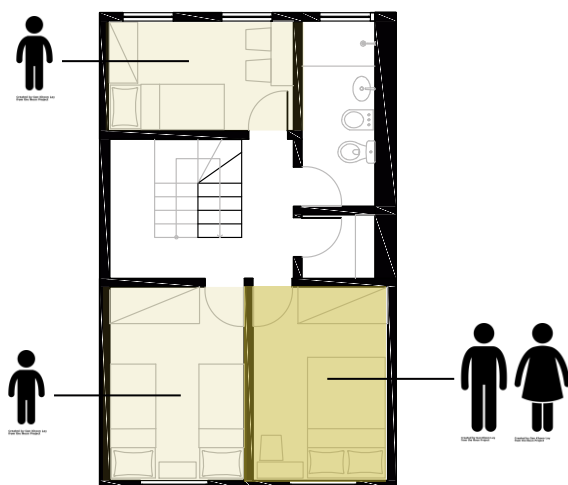
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



- TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



SERVIR A REFEIÇÃO

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



LIMPEZA GERAL DA
CASA

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



COZINHAR

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



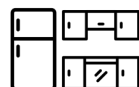
IR AO MERCADO

Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project



LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS

Created by Iconair

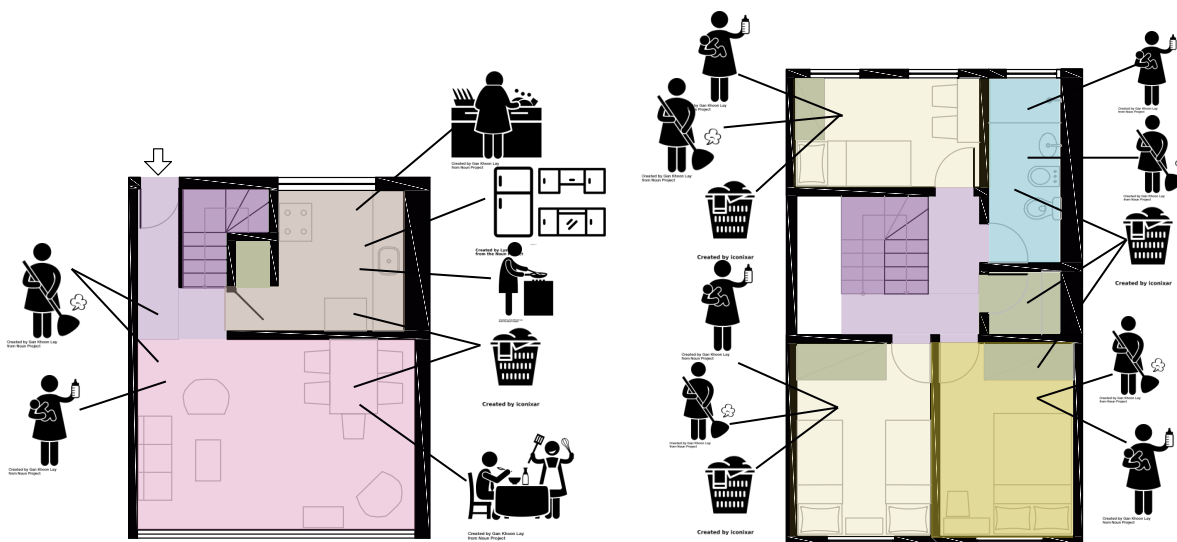


ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA

Created by Iconair
from Niles Project



IR NA LAVANDERIA



- FLUXO DA COMIDA



Created by Dan Whelan-Lay
from Niles Project

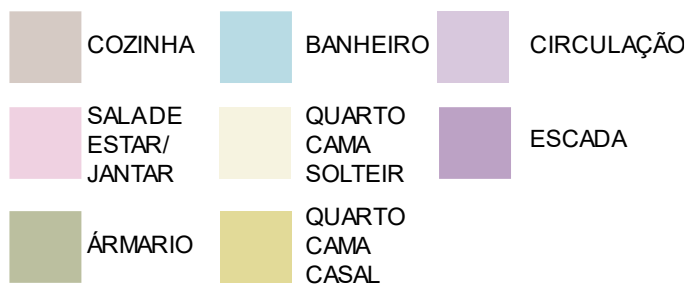


- FLUXO DAS ROUPAS



5.7 – PAQUETÁ

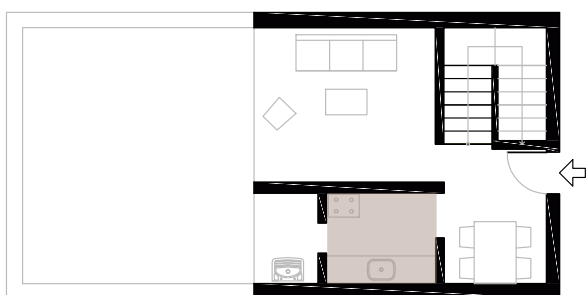
- DIVISÃO ESPACIAL



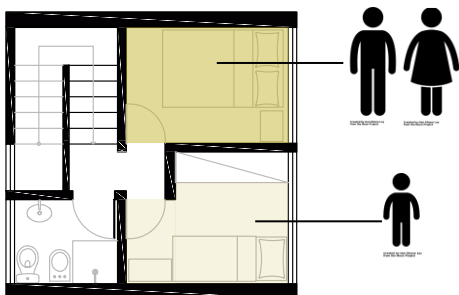
- SOCIAL X ÍNTIMO



- LOCALIZAÇÃO DA COZINHA



- HIERARQUIA DOS QUARTOS



TRABALHO REPRODUTIVO



CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS

Created by Dan Whelan-Lay
from Noun Project



LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA

Created by Dan Whelan-Lay
from Noun Project



SERVIR A REFEIÇÃO

Created by Dan Whelan-Lay
from Noun Project



LIMPEZA GERAL DA
CASA

Created by Dan Whelan-Lay
from Noun Project



COZINHAR

Created by Dan Whelan-Lay
from Noun Project



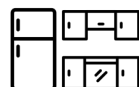
IR AO MERCADO

Created by Dan Whelan-Lay
from Noun Project



LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS

Created by Iconstar

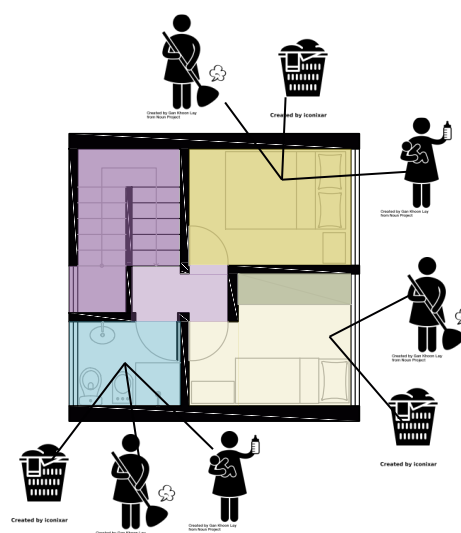
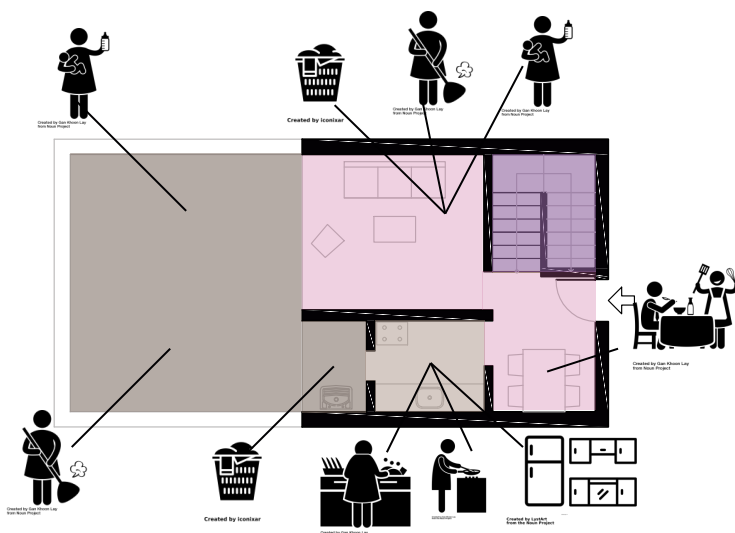


ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA

Created by Iconstar
from Noun Project



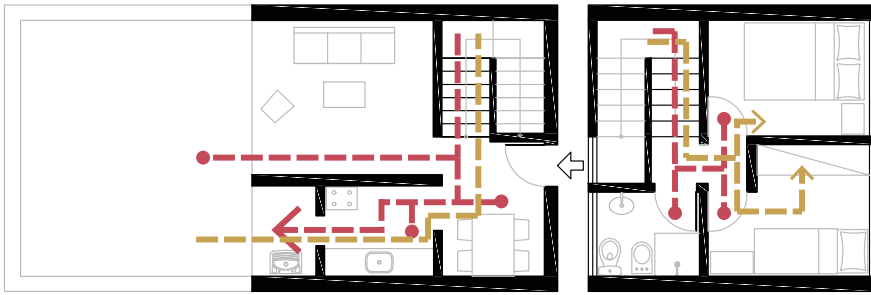
IR NA LAVANDERIA



- FLUXO DA COMIDA



- FLUXO DAS ROUPAS



6. CONCLUSÃO

O trabalho iniciou se questionando sobre a possibilidade do pensamento da feminista Carmen Portinho ter tido reflexos na elaboração dos Conjuntos Residenciais realizados pelo DHP sob sua direção. Levando em conta que, por mais que a urbanista se preocupasse com algumas questões específicas que envolviam o cotidiano feminino, não haveria como ocorrer mudanças radicais no papel da mulher, a partir do momento que não há mudanças radicais na própria sociedade.

No entanto, Portinho em seus textos identifica que as mulheres, principalmente as operárias, realizavam um exaustivo trabalho dentro e fora de casa. Ao reconhecer esse trabalho, a urbanista traça, dentro dos seus conhecimentos e alinhamentos profissionais, meios para aliviar essa rotina das trabalhadoras. É verdade que ela não questiona se os homens não poderiam exercer esse trabalho também, entretanto, não era um debate existente na época, podendo ser considerado como um avanço o reconhecimento do esforço extra dedicado para a realização das atividades domésticas.

É importante lembrar também que a equipe do Departamento responsável por elaborar um novo modo de morar era composta por maioria masculina, e, considerar que as pessoas que naquela época frequentavam o ensino superior eram de classe média. Dessa forma, vemos que, assim como Portinho não realizou debates feministas para além do feminismo burguês, também parece que não se pensava sobre a classe operária para além do lugar de carência e necessidade.

É minha hipótese estar a arquitetura moderna inserida em um movimento mais amplo dos intelectuais brasileiros que assumem postura intervencionista ou domesticadora em relação às camadas populares. [...] Os arquitetos tendem a pensar as formas existentes de moradia como anacrônicas, almejando propor soluções que interpretem 'correta' e modernamente a questão' (1987, CAVALCANTI, apud BONDUKI, 2018, p. 150)

Não tendo como ser diferente para a época, as mulheres acabaram por ser o foco da domesticação quase autoritária do Estado. Logo, ao encarar os fatos de que a

sociedade do período estudado, assim como a de hoje, espera que as mulheres cuidem de suas famílias – e que construam famílias, claro – em nome do amor e vocação natural dado a elas, e que esse “cuidado” é trabalho não remunerado¹⁰, e envolve diversas e exaustivas etapas, é possível reconhecer que os projetos realizados sob direção de Carmen Portinho contribuiriam para facilitar o cotidiano da mulher.

A proposta de Portinho para a elaboração de projetos residenciais destinados a população de baixo salário, pode ser vista como excelente iniciativa para aquele momento. Infelizmente não teve total êxito por diversos motivos, mas não pela falta de competência e esforço da equipe do DHP e principalmente da urbanista, a quem muitos autores afirmam ter sido a razão para terem alcançado tanto dentro do Departamento.

“No Brasil, porém, os equívocos da ação habitacional implementada pelo governo reduziram o impacto e a abrangência da proposta. Houve, assim, uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna, perdendo-se os generosos e desafiadores horizontes sociais, onde o resultado econômico não deveria se desligar da busca de qualidade arquitetônica e urbanística, e da renovação do modo de morar, com a valorização do espaço público.” (BONDUKI, 2017, p.142)

Assim, não se pode negar o esforço do DHP em realizar um projeto diferente de moradia para a cidade. Também não se pode negar que Portinho, como já dito, tinha em seus ideais a busca por melhorar a vida das mulheres, reconhecendo o trabalho exercido por elas e buscando amenizar os esforços diários.

Concluo que ainda há muito a ser investigado e analisado sobre o tema. Principalmente na compreensão de quem são as mulheres que foram ocupar esses espaços criados com os princípios modernos, racionais, argumentando melhoria de vida para elas. Existe uma invisibilidade com relação ao gênero dessas moradoras, locatárias, operárias etc., se tornando evidente o apagamento dessas personagens na nossa sociedade capitalista e patriarcal.

¹⁰ Referência a conhecida frase de Silvia Federici: “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLA, Marcela Marques. **Gênero e produção social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margareth Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer**, 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. Ed. São Paulo: UNESP, 2009.

LIMA, J. Feminismo: origens, conquistas e desafios no século 21, 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21>. Acesso em: 06 out. 2021.

MINDLIN, Henrique. **Arquitetura moderna no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, casa y ciudad**. Barcelona: dpr-barcelona, 2018

MUXÍ, Zaida. **Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric, Generalitat de Catalunya**: Barcelona: Institut Català de les Dones / Departament de Medi Ambient i Habitatge - Secretaria d'Habitatge, 2009.

NASCIMENTO, Flávia Brito. **Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, 1946-1960**. Coleção Biblioteca Carioca, v.53. Série Publicação científica. Rio de Janeiro, 2008.

NASCIMENTO, F. Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista. R. B. Estudo Urbanos e Regionais, v. 9, n.1/maio, 2007

NASCIMENTO, F. *Risco*, n.3, p. 43-55, 2006.

NOBRE, Ana Luiza. **Carmen Portinho: O moderno em construção**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/PCRJ, 1999.

PORTINHO, C. A arquitetura moderna e o desenho industrial [Julho, 1987]. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/entrevista-carmen-portinho/> .Acesso em 14/08/2021

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 10 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 17 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 24 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 31 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 07 de abril de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 14 de abril de 1946

REIDY, Affonso Eduardo. Conjunto residencial 'Prefeito Mendes de Moraes' em Pedregulho. *Arquitetura e Engenharia*, v.3, n.8, 1950, pp. 42-49

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEGRE, R. Carmen Portinho (1903-2001). Sufragista da arquitetura brasileira. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 015.00, Vitruvius, ago. 2001 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/853>>.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1993.

CARMEN PORTINHO E AS MULHERES NOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DO DHP

ALUNA: LUISA SERRAN VELOSO DE CASTRO

ORIENTADORA: ANA PAULA POLIZZO

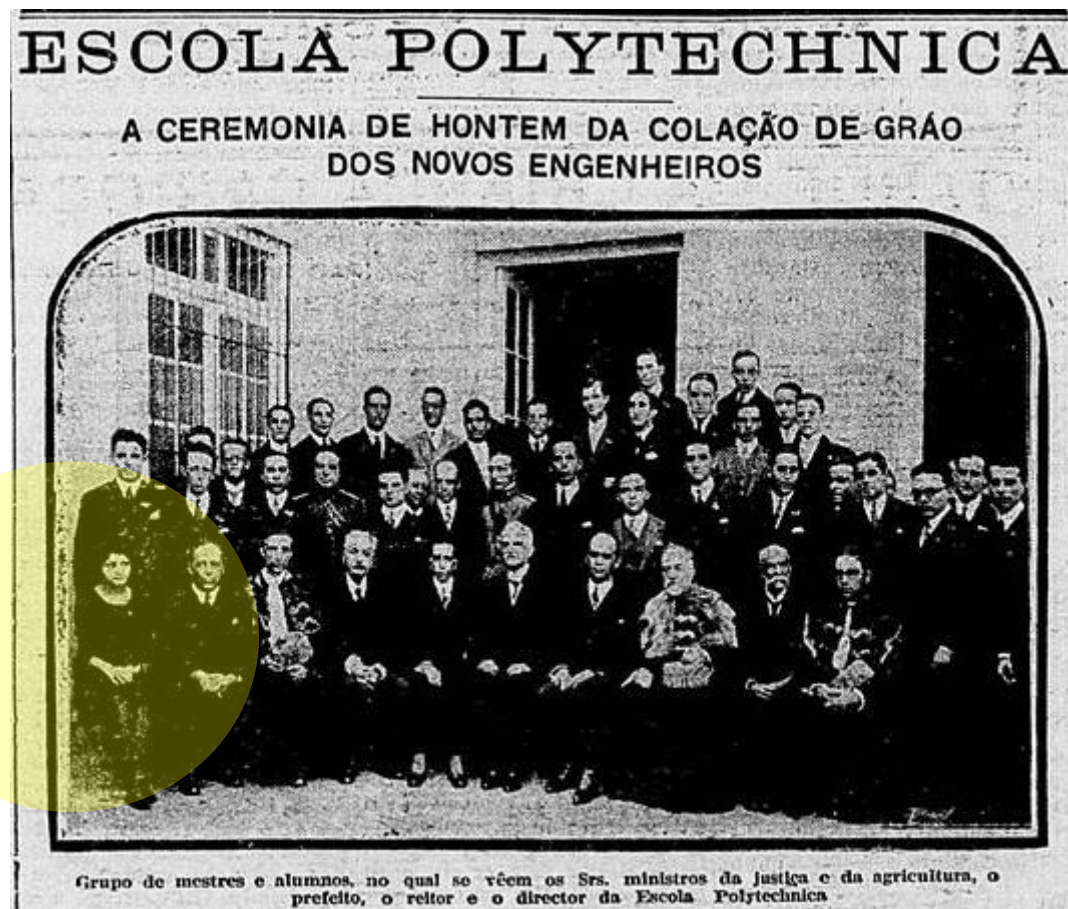
ESPAÇOS REFLETEM A SOCIEDADE CAPITALISTA PATRIARCAL



SOCIEDADE NÃO MUDOU, ESPAÇOS NÃO MUDARAM

CARMEN PORTINHO (1903 - 2001)

- 3ª MULHER ENGENHEIRA NO BRASIL (1926)
- 1ª URBANISTA BRASILEIRA (1939)



1º plano os barracos dos futuros moradores do conjunto em construção em 2º plano
FONTE: Revista Municipal de Engenharia, 1954

- FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO, PARTICIPARAM DA LUTA PELO VOTO FEMININO NO BRASIL EM 1934



1º plano os barracos dos futuros moradores do conjunto em construção em 2º plano
FONTE: Revista Municipal de Engenharia, 1954

O PROBLEMA DA MORADIA

.AUMENTO DESENFREADO DAS FAVELAS



Favela praia do pinto. Fonte: instagram @orioquenaovivi <https://www.instagram.com/p/CSTKhLerfa/>

CONTEXTO BRASILEIRO

- CRIAÇÃO DO NOVO HOMEM
- TRABALHADOR DA NAÇÃO



<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/vargas-cria-carteira-profissional-nos-anos-30-em-meio-modernizacao-do-pais-21071368>



https://alfredobottone.com.br/wp-content/uploads/2012/11/Vargas-Trabalhadores-homenageiam-Vargas-na-Esplanada-do-Castelo-1940-Rio-de-Janeiro-novahistorianet.blogspot.com_.br_.jpg

É nesse cenário que a moradia popular adquire importância e significado, passando a constar da agenda das intervenções laicas e religiosas. O ideal de que o meio forma decisivamente as atitudes, gestos e posições políticas dos trabalhadores brasileiros será defendido com afinco pelas diversas instâncias que trataram da questão. A casa operária gestará o “novo homem” (NASCIMENTO, 2008, p.34)

PAPEL DA IGREJA

- EDUCAÇÃO
- ASSISTENCIALISMO
- FAMÍLIA



Propaganda de Margarina, 1951. Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2019/08/margarina-saude.html>



Assistente Social Anna Augusta em atividade com as crianças no ginásio do pedregulho. Fonte: Entre a estética e o hábito

FEMINISMOS



Recepção oferecida pela Sra. Herbert Hoover às Associações Feministas no Palácio Guanabara, 1928. Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4944>



Setor de costura da Cia. Hering na década de 1950. Fonte: <https://fundacaohermannhering.org.br/museu-hering/exposicao/mulheres-tecendo-o-futuro>

SURGIMENTO DO DHP



ESTÁGIO DA CARMEN
NA INGLATERRA - 1945



BRASIL TAMBÉM PRECISAVA
DE HABITAÇÃO

Correio da Manhã

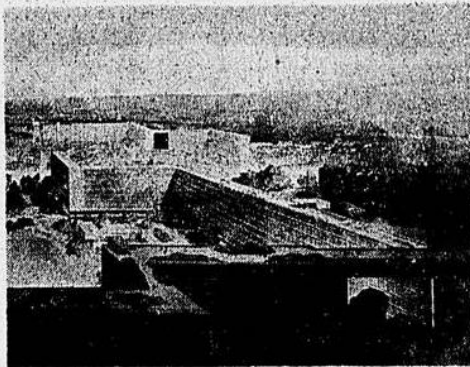
Rua Gonçalves Dias, 5 — RIO DE JANEIRO — Av. Gomes Freire, 81/83.

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN FORTINHO

O problema da habitação deve ser encarado como um todo. Fornecer apenas um teto ao homem não basta pois que outros problemas de igual importância se apresentam reclamando a solução em conjunto com o da habitação. Assim, por exemplo, temos a questão da assistência social. Ela só poderá ser proporcionada em caráter permanente com eficiência e economia, se agruparmos as populações em vez de distribuí-las em residências esparsas. O mesmo acontece com a educação, o recreio, o transporte e os serviços comuns. Seguindo esta orientação e baseado neste conceito é que ficou estabelecido o princípio dos "conjuntos residenciais", construídos em áreas previamente determinadas e distribuídos racionalmente por todo o centro urbano.

As grandes distâncias que separam, em geral, o trabalhador do local de trabalho, as dificuldades de transporte e todos os prejuízos trazem em con-



Projeto de reconstrução de um quarteirão insalubre de Paris, por Le Corbusier. Foram previstos, além das habitações, espaços livres, locais para recreio e edifícios destinados aos serviços comuns.

DOMINGO
10 de Março de 1946

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN FORTINHO



DOMINGO
17 de Março de 1946

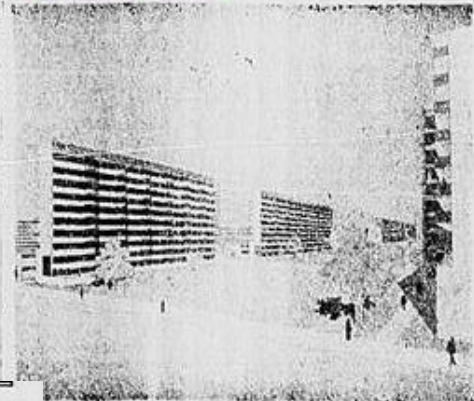
HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN FORTINHO

No estudo da habitação popular o ponto de partida é a "Unidade de habitação", que deve ficar nas proximidades dos locais de trabalho e a eles ligada diretamente. Nela serão previstos edifícios para o funcionamento da parte social, médica, educativa e administrativa. Espaços verdes para descanso e recreio, caminhos para pedestres completamente separados das ruas de tráfego, bem como, um serviço de abastecimento compreendendo lojas, mercados e entrepostos serão indispensáveis ao bom funcionamento do conjunto.

No projeto desses núcleos de habitação, deve-se ter em vista, antes de mais nada, a abstração do clássico lote. A área será considerada na sua totalidade e nela distribuídas as habitações, dotadas dos serviços gerais.

A casa isolada, como mostra-



esto de Walter Gropius, que faz parte e demonstrar que o desenvolvimento da, favorece a ampliação dos espaços para a diminuição dos alug

DOMINGO
21 de Março de 1946

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN FORTINHO

28 nos referimos, anteriormente, à necessidade de se incluir nos conjuntos residenciais a abstração de edifícios destinados a serviços comuns. De fato, as situações individuais, necessa-



Mansão antiga, situada em centro de grande jardim, de propriedade da cidade de Bath, que a adquiriu para habitação de pessoas idosas de pequenos recursos.

DOMINGO
31 de Março de 1946

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN FORTINHO

No estudo dos conjuntos residenciais vários são os problemas que se apresentam. Sua solução depende, em grande parte, da configuração dos edifícios, quer das autorizações federais e municipais, quer das particulares, interessadas no aluguel e aluguel a quadrado. Os serviços comuns, por exemplo, recebem a contribuição dos entes que em matéria de educação, saúde, assistência social, etc. Estes diversos serviços serão instalados em edifícios apropriados, passando a fazer parte integrante do conjunto residencial. Nelas, funcionarão escolas, bibliotecas, museus, exposições, centros de saúde, clubes, cinemas e o centro comunal.

Este conjunto de edifícios, destinados aos serviços comuns, constitui uma reminiscência dos grandes centros civicos do passado. Nela funcionavam as sedes dos governos, realizavam-se as grandes festividades civicas e esportivas e erguiam-se os templos dedicados aos deuses e heróis.

Na Inglaterra, nos planos de remodelação das cidades bombardeadas, vemos o centro comunal prevalecer em todos os conjuntos residenciais projetados. Um dos seus principais fins é desenvolver, entre os residentes, o hábito de viver em sociedade, proporcionar-lhes, ao mesmo tempo, facilidades de recreio e melhor aproveitamento das horas de lazer.

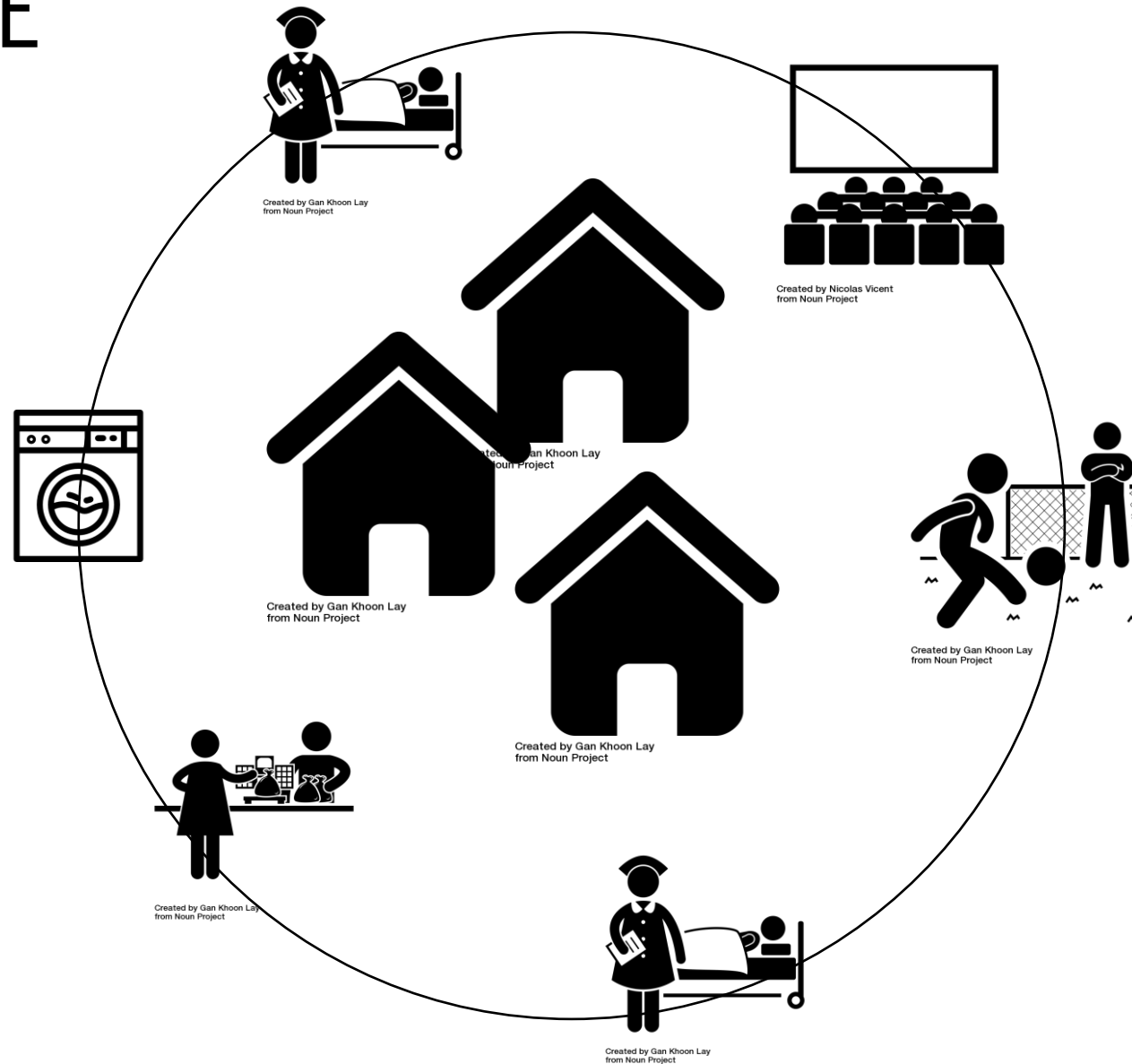
O centro comunal, deverá ser acessível a todos os que desajarem



Em cima: um grupo de crianças brincando no meio da rua.

DOMINGO
14 de Abril de 1946

UNIDADES DE VIZINHANÇA



CARMEN PORTINHO DISCURSANDO NA 1ª ENTREGA DO PEDREGULHO
FONTE: JORNAL CORREIO DA MANHÃ (RJ), 21/06/1950



finalidade dessas unidades de vizinhança era social: ter a criança perto da mãe; que pudesse ir para a escola sem atravessar a rua nem ter perigo de vida; era a mulher que podia se abastecer no mercado próximo, ou quando a criança estava doente ser levada para o ambulatório ao lado, e assim por diante. (PORTINHO, 1987)

CARMEN PORTINHO DISCURSANDO NA 1ª ENTREGA DO PEDREGULHO
FONTE: JORNAL CORREIO DA MANHÃ (RJ), 21/06/1950



A mão cansada da operária que além do trabalho da fábrica e da oficina, é obrigada a empregar os seus dias de folga na lavagem de roupa da família. (PORTINHO, 1946)

PADRÕES
MÍNIMOS DE VIDA



HABITAÇÕES
MÍNIMAS



35 a 70 m²

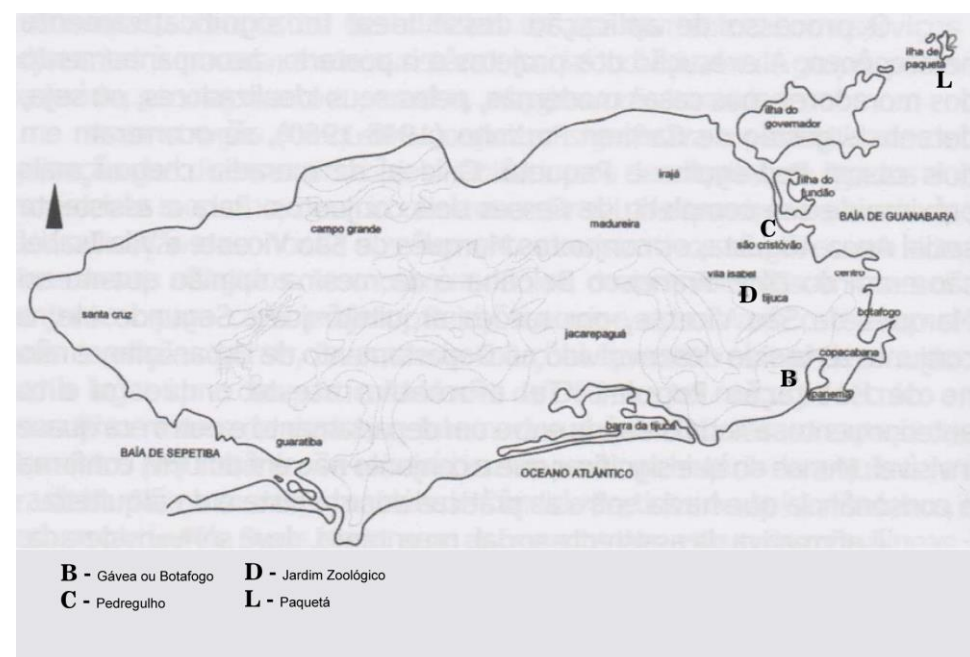
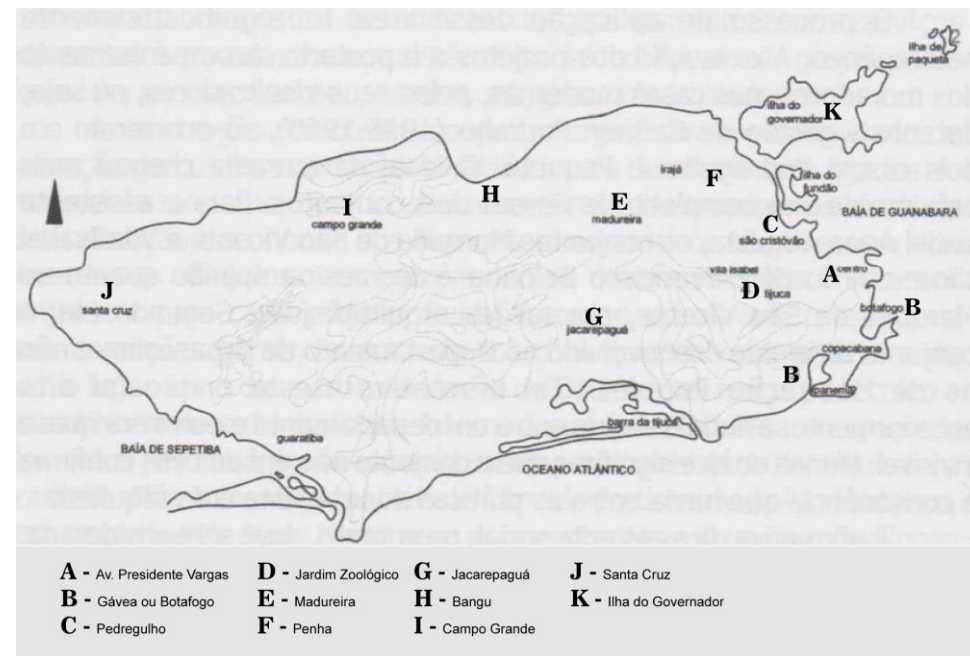


FAMÍLIAS DE
TAMANHOS
DIFERENTES

CRIAÇÃO DO DHP: 1946-1962



CARMEN PORTINHO TOMA POSSE NO DHP EM 17/02/1948
FONTE: LIVRO ENTRE A ESTETICA E O HABITO



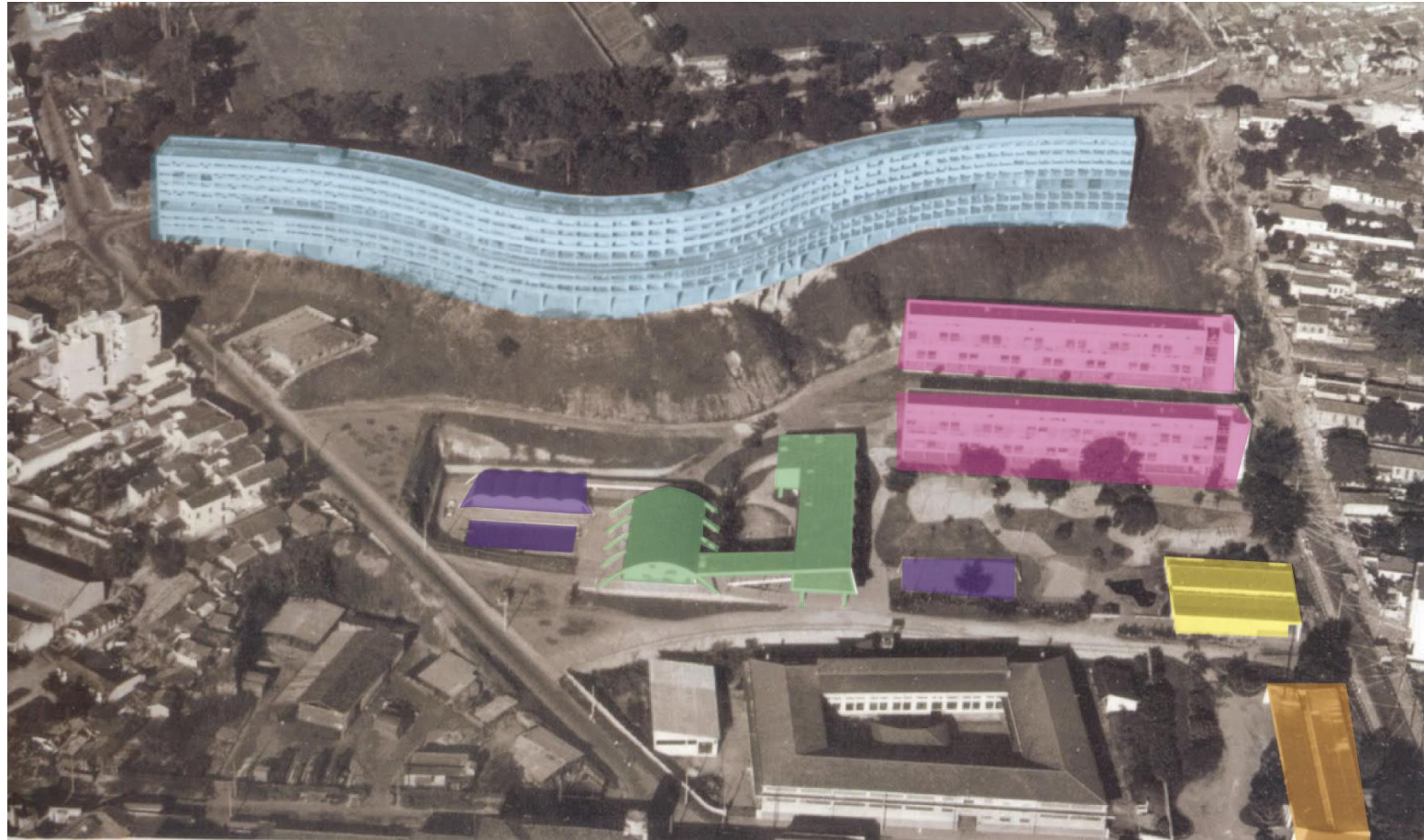


CONJUNTOS RESIDENCIAIS



PEDREGULHO (1946-1960)

REIDY



Created by Gan Khoun Lay from Noun Project



BLOCO A -
HABITAÇÃO



BLOCO B -
HABITAÇÃO



Created by Adnan Cokpet from Noun Project



EDUCAÇÃO



Created by Gan Khoun Lay from Noun Project



POSTO DE SAÚDE



Created by Gan Khoun Lay from Noun Project



LAZER



Created by Gan Khoun Lay from Noun Project

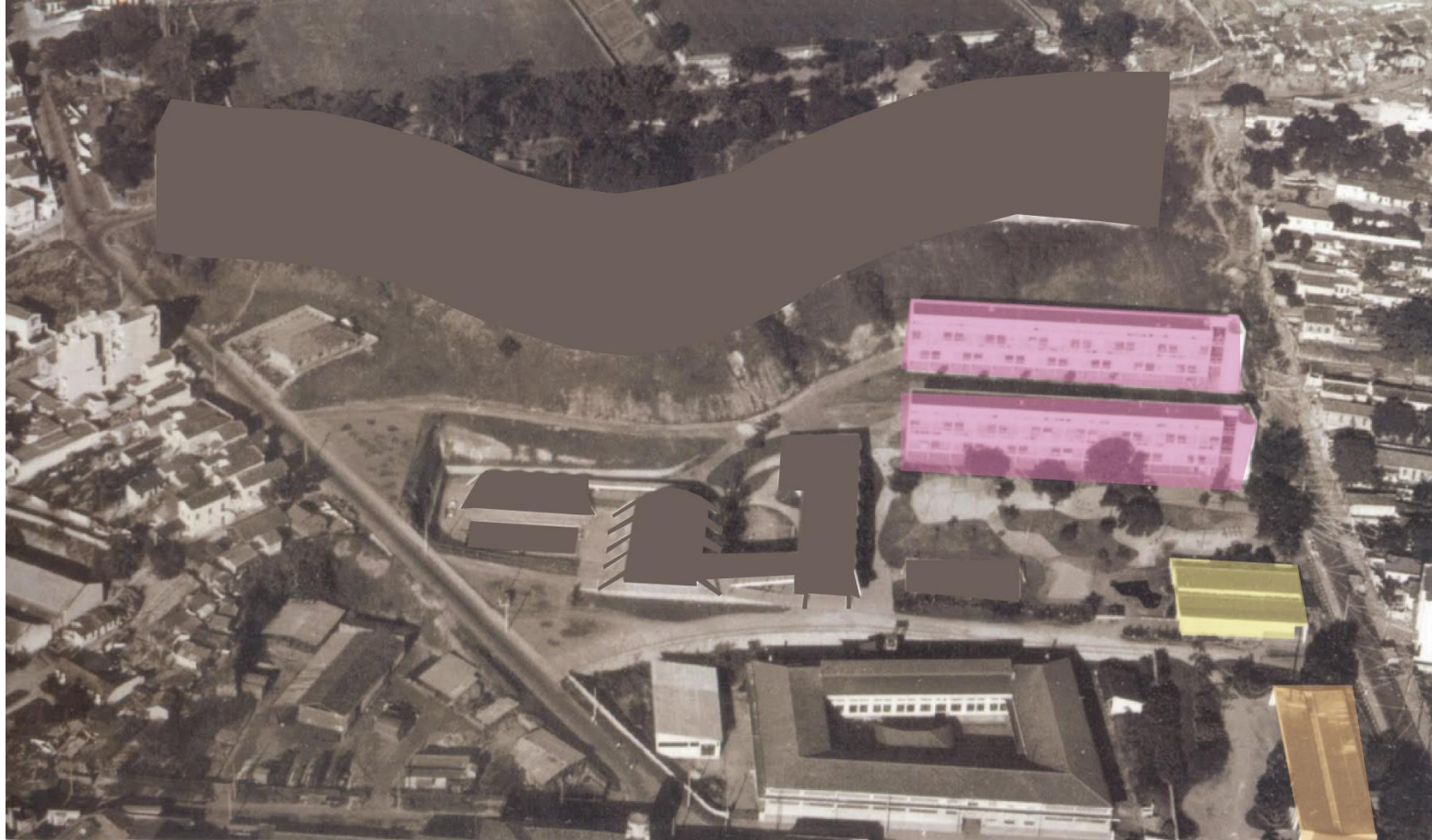


LAVANDERIA E
MERCADO



Created by Gan Khoun Lay from Noun Project

1950



Created by Dan Khoun Lay
from Noun Project



BLOCO B -
HABITAÇÃO



Created by Dan Khoun Lay
from Noun Project



POSTO DE SAÚDE



Created by Dan Khoun Lay
from Noun Project



LAVANDERIA E
MERCADO

1951



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project



BLOCO B -
HABITAÇÃO



Created by Adnan Cokpet from Nean Project



EDUCAÇÃO



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project



POSTO DE SAÚDE



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project



LAZER

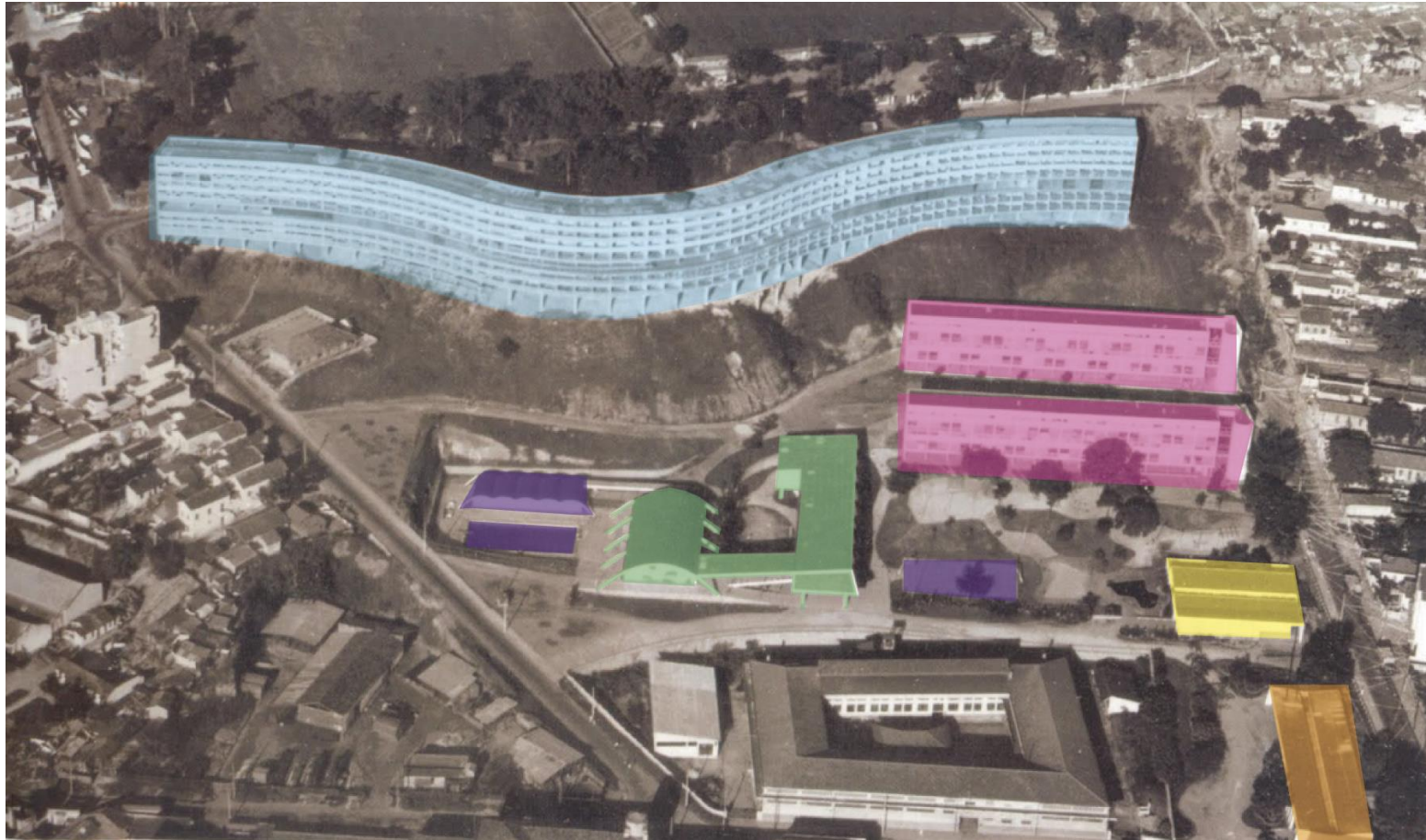


LAVANDERIA E
MERCADO



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project

ANOS 60



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project

BLOCO A -
HABITAÇÃO

BLOCO B -
HABITAÇÃO



Created by Adnan Cokpet from Nean Project

EDUCAÇÃO



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project

POSTO DE SAÚDE



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project

LAZER



Created by Gan Khoo Lay from Nean Project

LAVANDERIA E
MERCADO

TIPOLOGIAS

TIPOLOGIA BLOCO B



3 QUARTOS - DUPLEX

TIPOLOGIAS BLOCO A

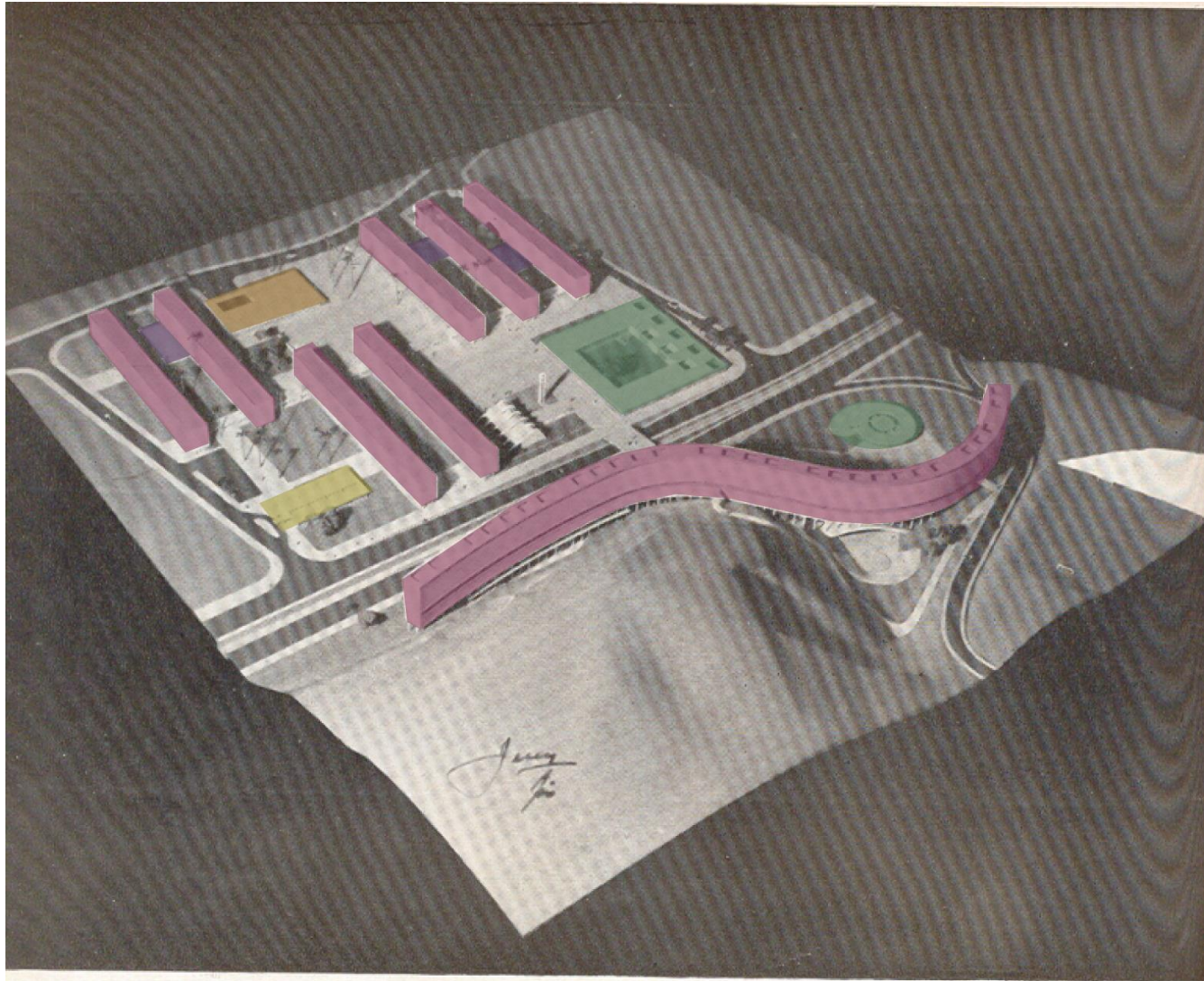


1 QUARTO

2 QUARTOS - DUPLEX

GÁVEA (1947-1958)

REIDY



Created by Gian Ribeiro Lay from Nour Project



HABITAÇÃO



Created by Adrian Cropanz from Nour Project



EDUCAÇÃO



Created by Gian Ribeiro Lay from Nour Project



POSTO DE SAÚDE



Created by Gian Ribeiro Lay from Nour Project



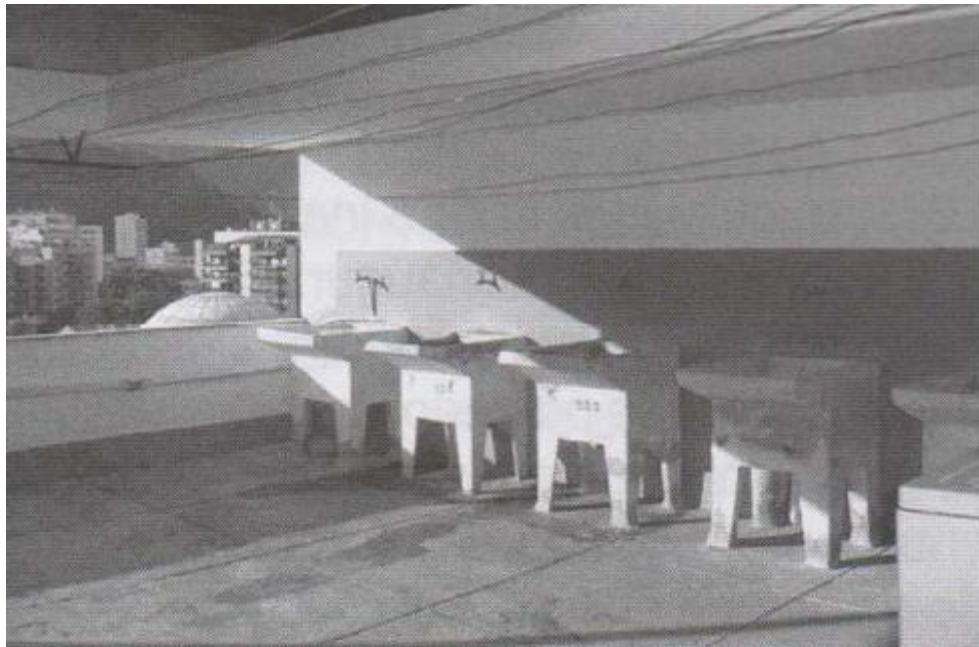
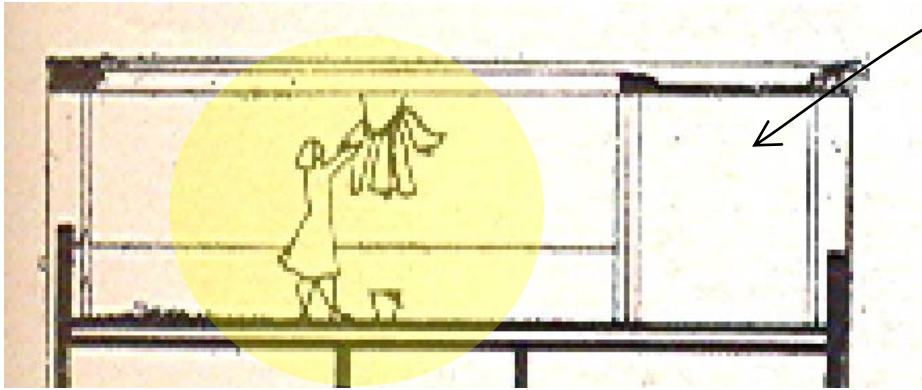
LAZER



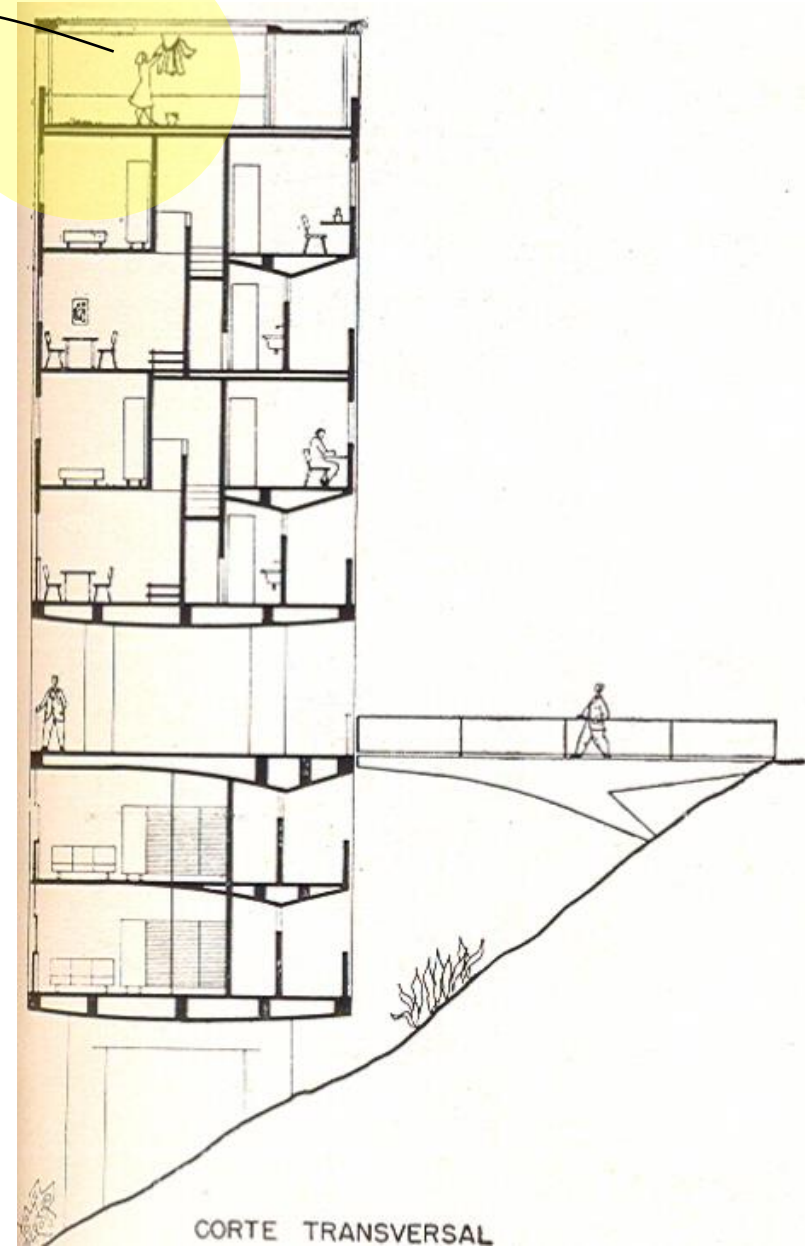
Created by Gian Ribeiro Lay from Nour Project



LAVANDERIA E
MERCADO



ANDAR DA LAVANDERIA DO CONJUNTO FONTE: LIVRO ENTRE A ESTETICA E O HABITO

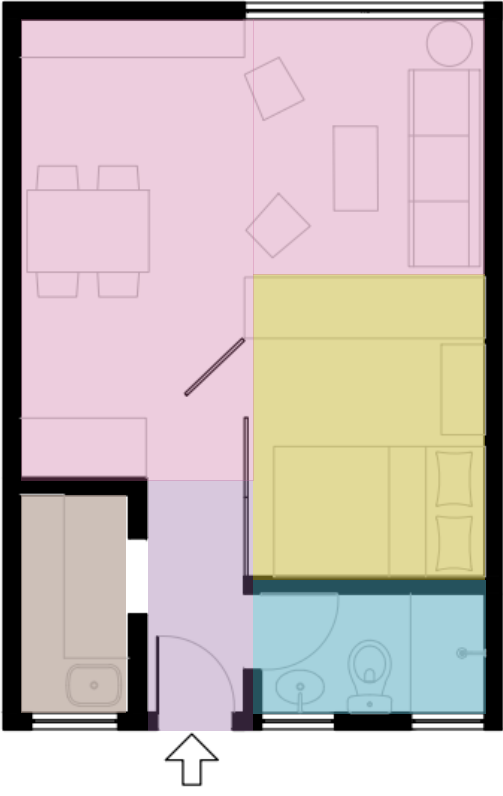


CORTE TRANVERSAL DO CONJUNTO RESIDENCIAL DA GÁVEA
FONTE: Reidy, Affonso Eduardo. Conjunto residencial. *Arquitetura e Engenharia*, n. 6, 1955, pp. 8-13

TIPOLOGIAS



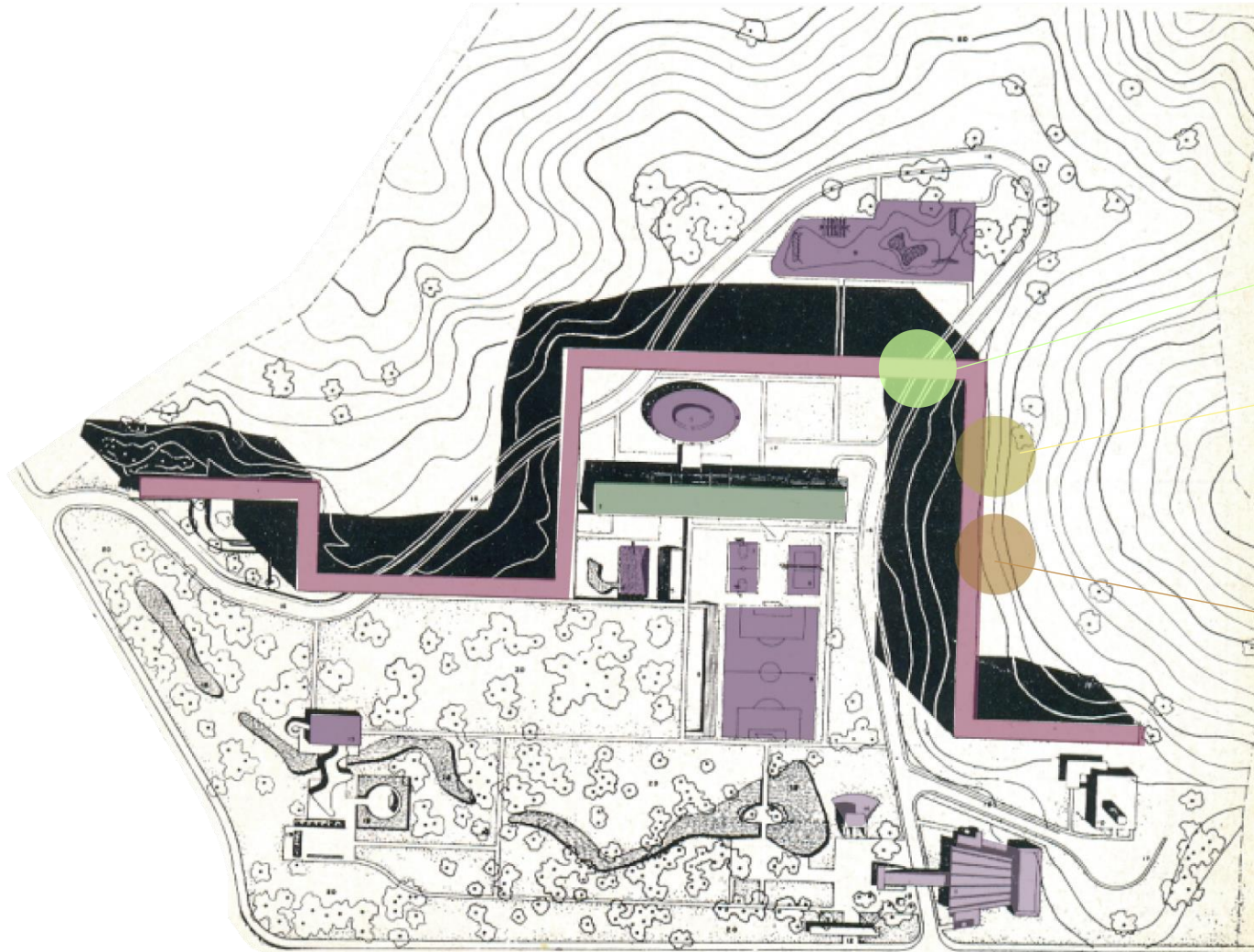
2 QUARTOS



1 QUARTO

VILA ISABEL (1948-1960)

FRANCISCO BOLONHA



Created by Gan Khoun Lay from Nour Project



HABITAÇÃO



Created by Andrei Copert from Nour Project



EDUCAÇÃO



Created by Gan Khoun Lay from Nour Project



CRECHE



Created by Gan Khoun Lay from Nour Project



POSTO DE SAÚDE



Created by Gan Khoun Lay from Nour Project



LAZER



Created by Gan Khoun Lay from Nour Project



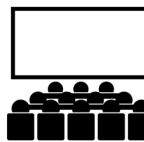
LAVANDERIA E MERCADO



Created by Gan Khoun Lay from Nour Project



CINEMA E TEATRO

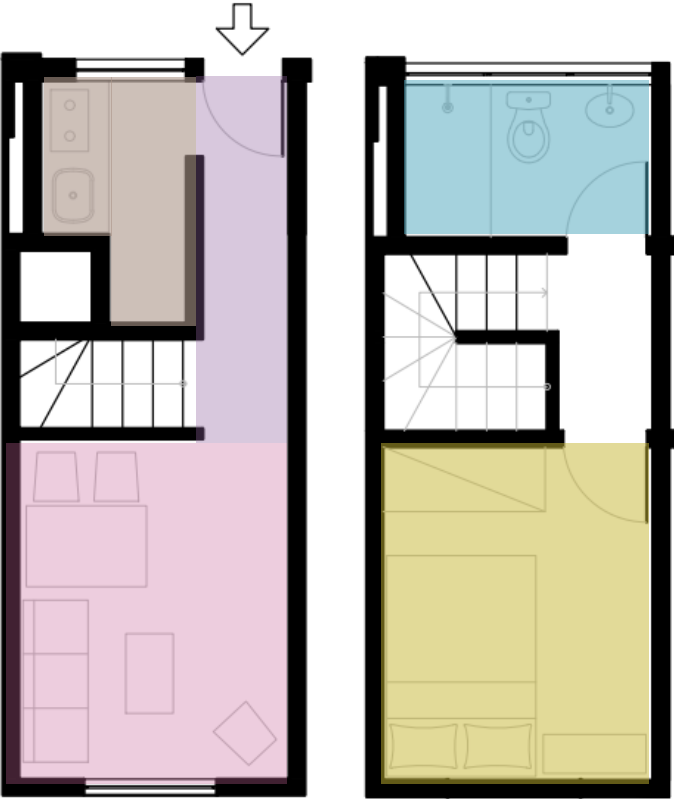


Created by Nicolas Wornat from Nour Project



EDIFÍCIO DE VILA ISABEL, 2021. FONTE: GOOGLE EARTH 10/2021

TIPOLOGIAS



1 QUARTO



3 QUARTOS

TIPOLOGIAS

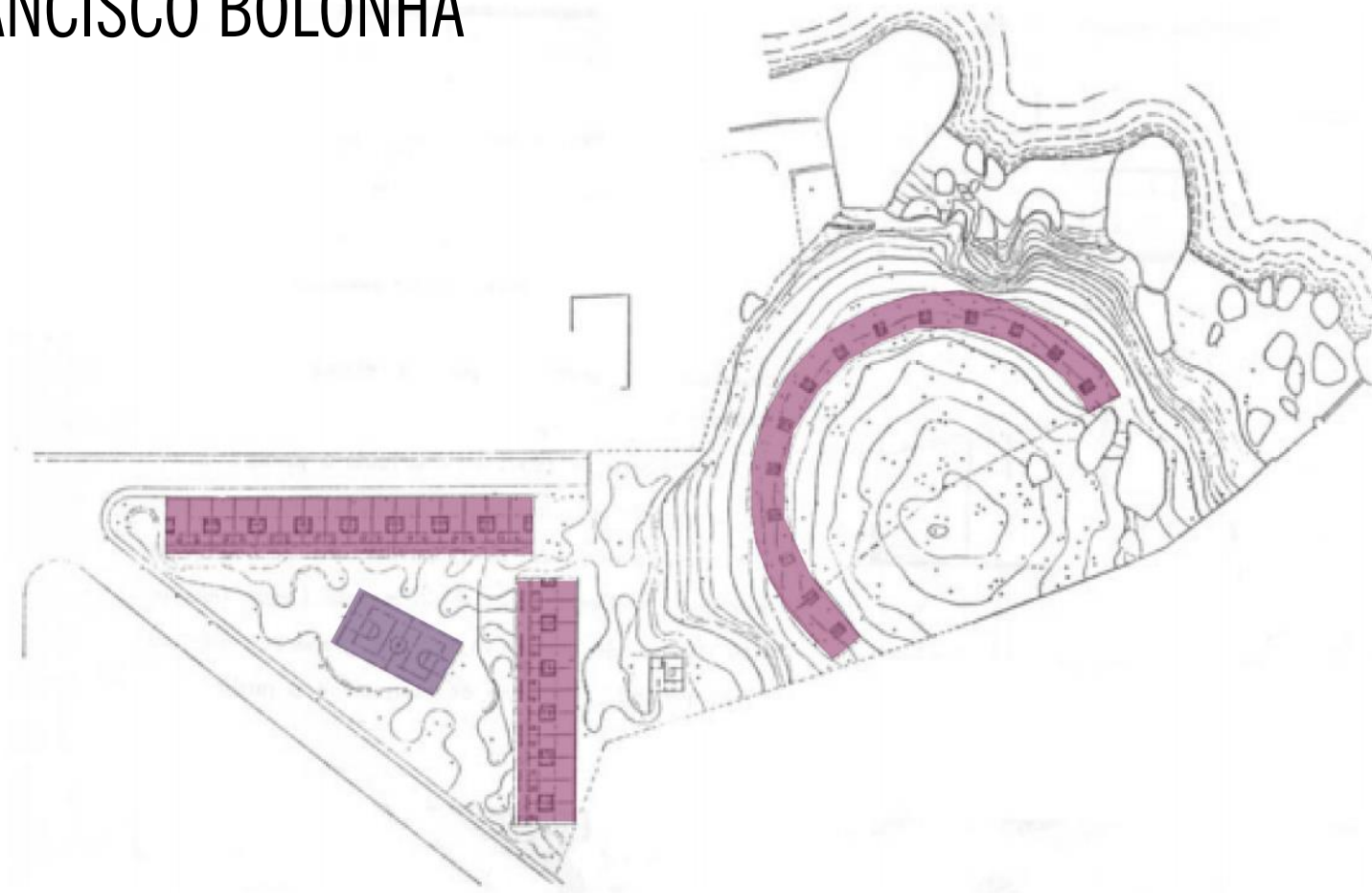


4 QUARTOS

2 QUARTOS

PAQUETÁ (1949-1952)

FRANCISCO BOLONHA



HABITAÇÃO



LAZER

Figura 1: Planta de situação do Conjunto Residencial de Paquetá. À esquerda os blocos construídos e à direita o bloco circular. Sem escala. (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, 1953, p.3)



ANÁLISE INICIAL DOS CONJUNTOS

PROJETADO X CONSTRUÍDO

EQUIPAMENTOS	PEDREGULHO (1947-1958)		GÁVEA (1952-1964)		VILA ISABEL (1954-1960)		PAQUETÁ (1949-1952)	
	P	C	P	C	P	C	P	C
EDUCAÇÃO								
CRECHE								
LAVANDERIA COLETIVA MECANIZADA								
POSTO DE SAÚDE								
LAZER								
MERCADO								
TEATRO / CINEMA								
Nº APARTAMENTOS	488	297	748	328	828	72	56	27

P – Projetado

C - Construído

TRABALHO REPRODUTIVO



Created by Dan Khouri Lay from Noun Project

CUIDADOS DIVERSOS
COM OS FILHOS



Created by Dan Khouri Lay from Noun Project

LIMPEZA DE
LOUÇA E CIA



Created by Dan Khouri Lay from Noun Project

SERVIR A REFEIÇÃO



Created by Dan Khouri Lay from Noun Project

LIMPEZA GERAL DA
CASA



Created by Dan Khouri Lay from Noun Project

COZINHAR



Created by Dan Khouri Lay from Noun Project

IR AO MERCADO



Created by Isidorus

LIMPEZA E
ARMAZENAMENTO
DAS ROUPAS



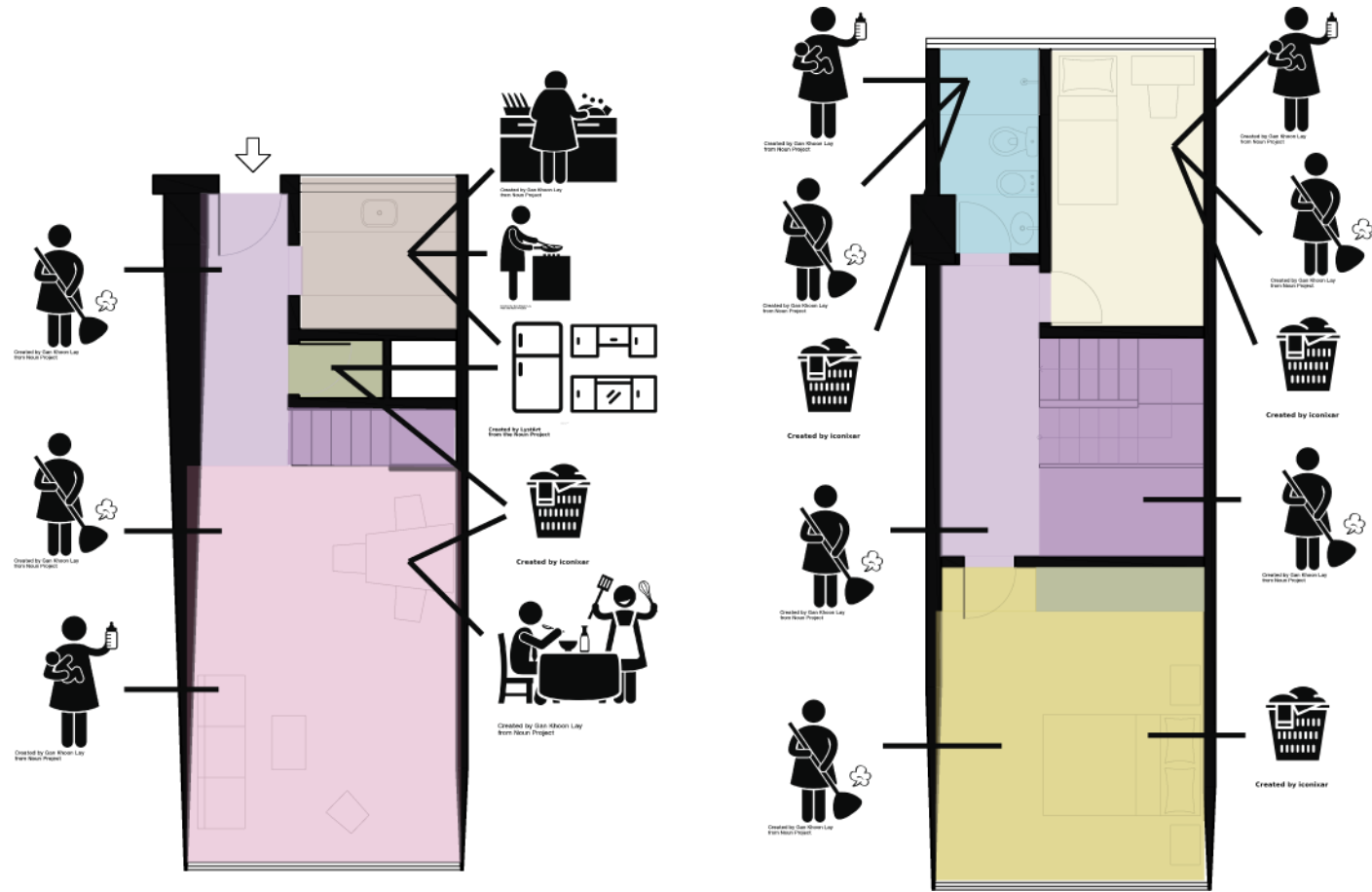
Created by Lyndell from the Noun Project

ARMAZENAMENTO
DE ALIMENTOS E CIA

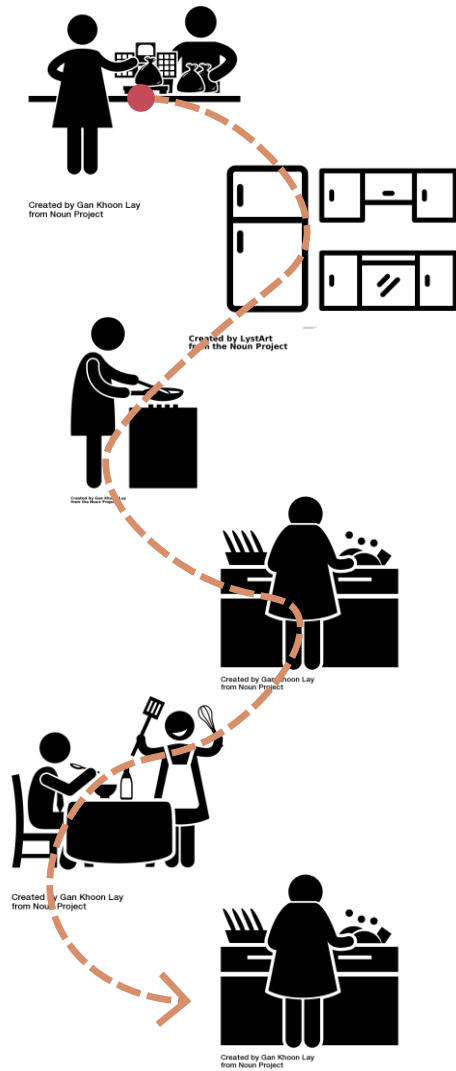


IR NA LAVANDERIA

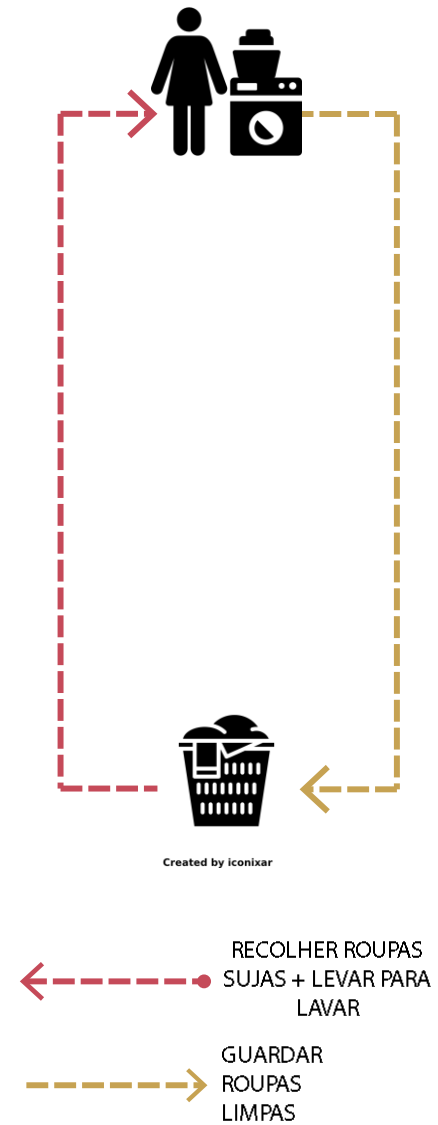
PEDREGULHO – BLOCO A – 2 QUARTOS



FLUXO DA COMIDA

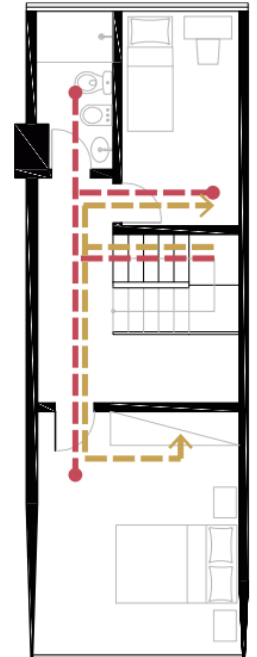
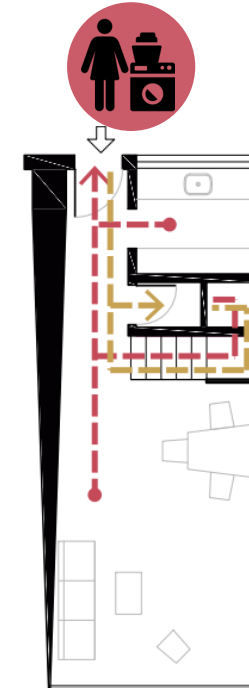
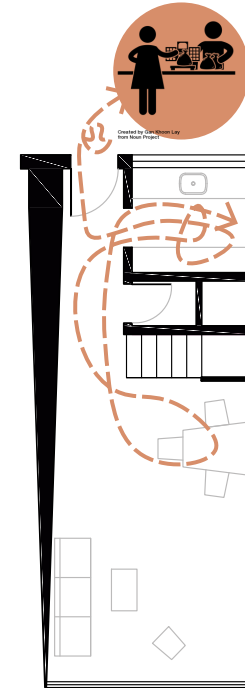
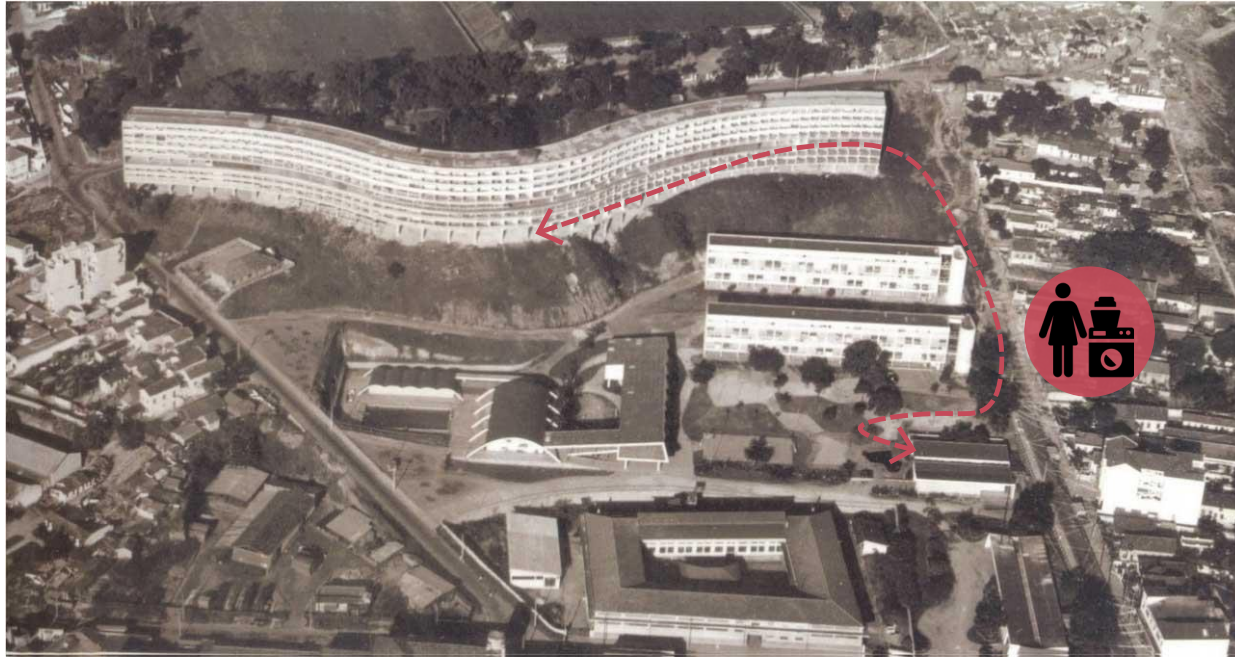


FLUXO DA ROUPA



FLUXO DA COMIDA E ROUPA

PEDREGULHO – BLOCO A – 2 QUARTOS

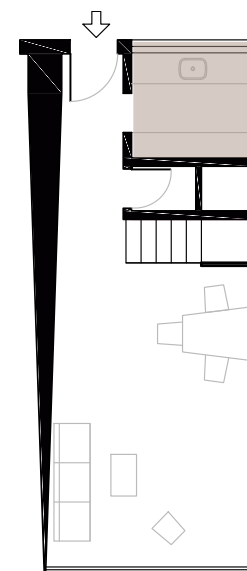


- ← RECOLHER ROUPAS SUJAS + LEVAR PARA LAVAR
- GUARDAR ROUPAS LIMPAS

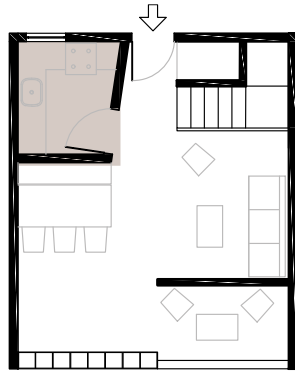
SOCIAL E ÍNTIMO



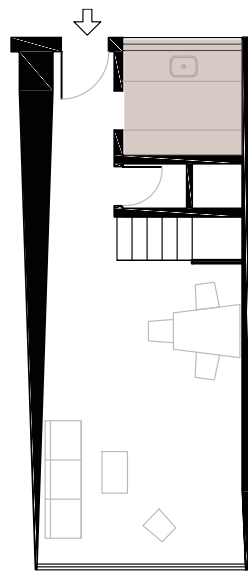
COZINHA



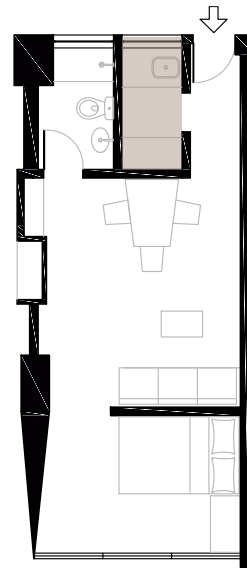
COZINHAS



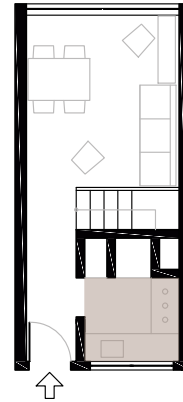
PEDREGULHO
BLOCO B - 3 QUARTOS



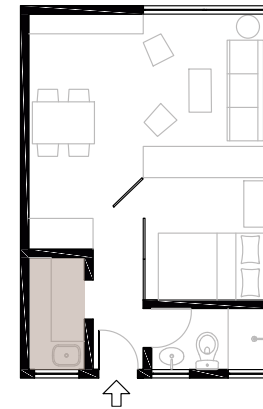
PEDREGULHO
BLOCO A - 2 QUARTOS



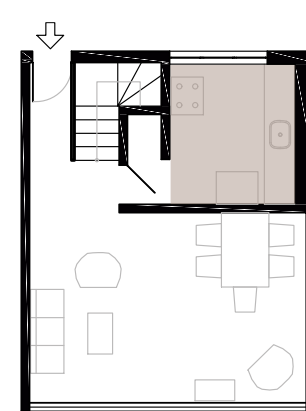
PEDREGULHO
BLOCO B - 1 QUARTO



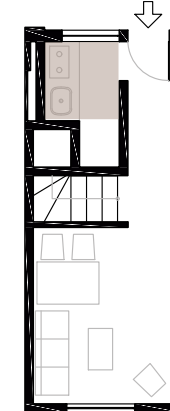
GÁVEA
BLOCO CURVO - 2
QUARTOS



GÁVEA
BLOCO CURVO - 1
QUARTO

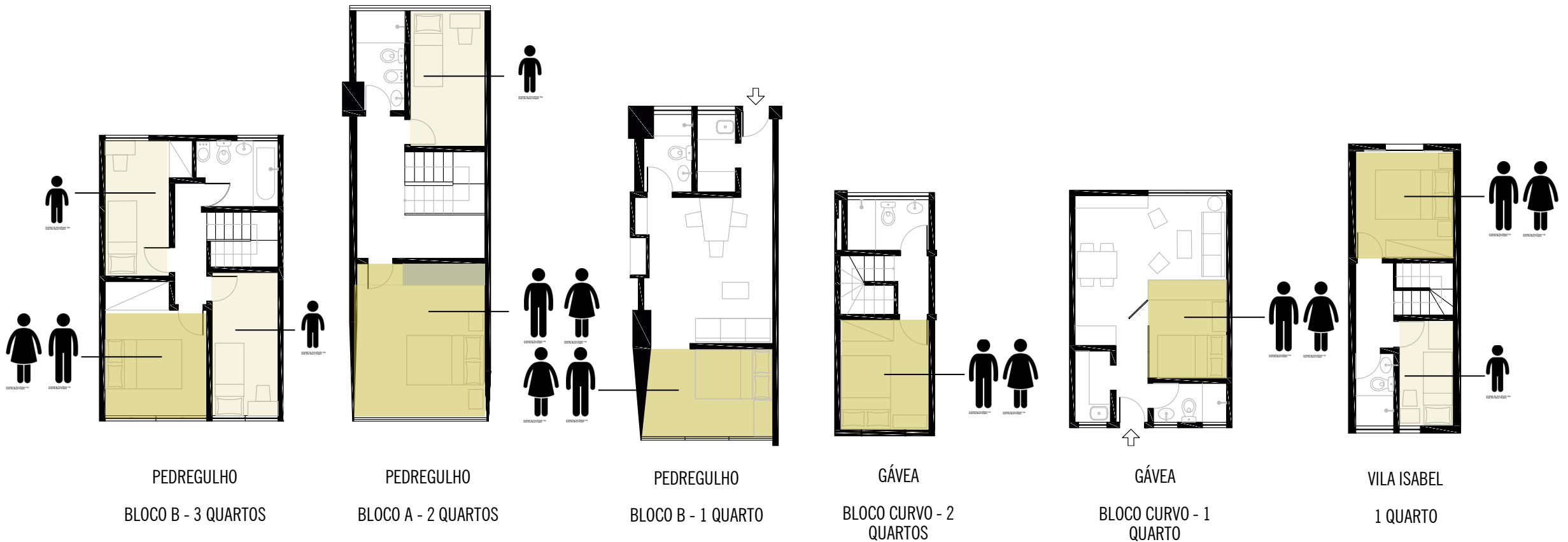


VILA ISABEL
3 QUARTOS



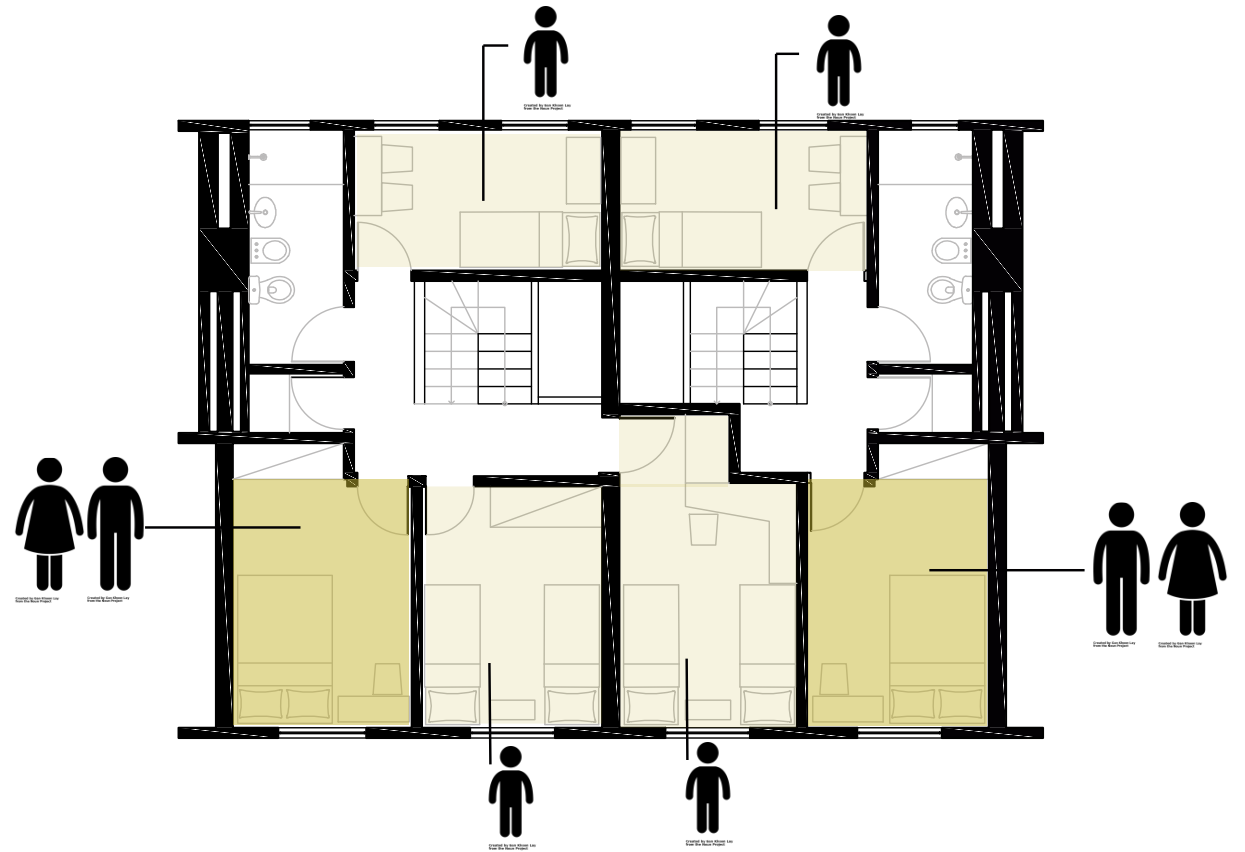
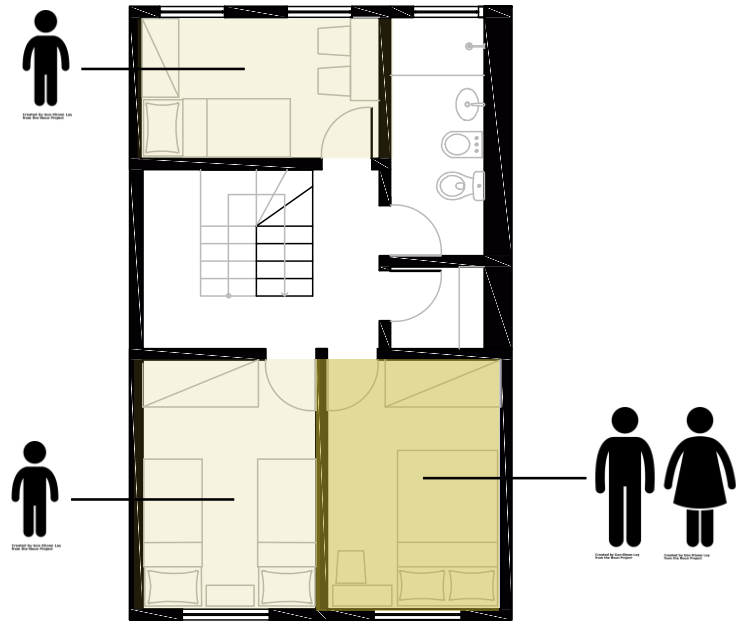
VILA ISABEL
1 QUARTO

HIERARQUIA



HIERARQUIA

VILA ISABEL – flexível



CONCLUSÃO

OBRIQADA!